

Dissertação de mestrado

**AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E
SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE O “PROGRAMA MATAS
LEGAIS” EM SANTA CATARINA**

MANUELA DE SOUZA DIAMICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Dissertação de mestrado

Florianópolis, 2011

**AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E
SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE O “PROGRAMA MATAS
LEGAIS” EM SANTA CATARINA**

Dissertação de mestrado
apresentada à banca examinadora
como requisito para a obtenção do
título de mestre no Programa de
Pós-Graduação em Sociologia
Política sob orientação do Prof^o. Dr.
Ricardo Muller.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

PAGINA DE ASSINATURAS

AGRADECIMENTOS

Gostaria de compartilhar os créditos deste trabalho com minha família, minha mãe Lindaura quem sempre me instigou a concretizar meus objetivos e lutar pelos meus anseios; meus irmãos Alexandra, Camilo e Bruno, pela inspiração para superar meus limites. Amo todos vocês!

Ao longo da vida encontramos pessoas que fazem permanente diferença em nossas vidas. Diego, obrigada por surgir em meu caminho. Nossas conversas, e divergências, foram ricas para construção dessa dissertação. Agradeço pelo apoio e inspiração. Agradeço o apoio de Edla e José Carlos, nesse caminho vocês se tornaram figuras importantes em minha vida.

Ricardo, meu orientador/mentor, que me acompanha desde a graduação, obrigada! Sem a liberdade e oportunidade que você me possibilitou não teria conseguido desenvolver as minhas inquietudes. Aos amigos, acadêmicos ou não, que passaram ou que ficaram, e que acompanharam essa jornada, obrigada. Sabrina um agradecimento especial a você que também esteve comigo desde a graduação.

Agradeço a PPGSP, a Capes e ao programa REUNI, sem a bolsa por eles financiada/possibilitada, a realização desta dissertação seria comprometida. Aproveitando o ensejo, gostaria de agradecer aos professores Lígia, Marisol, Alberto, Ricardo, Jacques e Julian, que acompanharam e construíram em conjunto o projeto Horizontes Profissionais, em atendimento às exigências REUNI. Foi um projeto interessante e que gerou frutos importantes.

RESUMO

No presente trabalho discutimos a formação da temática ambiental na sociedade contemporânea, seus desdobramentos e determinações. Analisamos como esta temática se constrói nas relações de produção, permeadas pelo mercado, por meio do estudo de caso do Programa Matas Legais, desenvolvido em parceria pela empresa Klabin e pela ONG APREMAVI. Este programa configura um projeto de fomento florestal para a produção de madeira para papel e celulose e que conta com o “apoio” do Estado para sua realização. Constatamos que as relações de produção envolvidas nesse processo não se resumem à empresa e à ONG, mas envolvem os mercados transnacionais de papel e celulose e o da conservação, bem como as relações com o Estado, por meio das políticas de crédito agrícola. Essas relações afetam o setor produtivo agrícola, em especial a agricultura familiar, dando forma ao processo que definimos como agroindustrialização familiar. Defendemos que a temática ambiental tem sido amplamente absorvida pelo mercado – espaço de trocas potenciais de bens e serviços –, mas ainda é um assunto secundário à concepção do desenvolvimento e que os argumentos em torno da temática ambiental permanecem atrelados e subordinados ao tema da eficiência econômica. Para compreender concretamente como ocorre essa apropriação da temática ambiental pelo processo produtivo e sua conversão em mercadoria (mercadoria verde), observamos o processo de produção e valorização (valor verde) da madeira para papel e celulose no plantio de eucalipto, e suas consequências socioeconômicas, trabalhistas e ambientais. O estudo de caso foi representativo para os objetivos da pesquisa devido à articulação, no mesmo processo produtivo, de uma empresa privada – indústria de papel e celulose, geralmente vista como agressora do meio ambiente pelos ambientalistas – junto com uma ONG ambientalista – que combate formas de produção destrutivas. Essa contradição se revelou bastante curiosa, principalmente porque o Programa inclui agricultores rurais categorizados como agricultores familiares. A articulação desses três atores envolve ainda instituições públicas em diferentes níveis – programas federais de incentivo agrário, prefeituras, secretarias e institutos de pesquisa agrária. O estudo demonstra como a temática ambiental se processa em mercadoria, as contradições, os efeitos sociais e a influência do discurso ecológico sobre esse processo. Esse quadro envolveu uma contextualização das relações entorno da

defesa da Mata Atlântica representando a conservação ambiental, por um lado, e por outro, questões de cunho social como as condições de trabalho do agricultor familiar. Constatamos que a lógica do consumo predatório do meio ambiente é consequência necessária das relações de produção próprias ao capitalismo e que a defesa do meio ambiente apenas se tornará eficaz na medida em que for incorporada estruturalmente à ação política fundada em outra ordem de necessidades que supere as determinadas pela lógica do capital (190p.).

Palavras-chave: sustentabilidade ambiental, mercado da conservação, desenvolvimento, agricultura familiar.

ABSTRACT

In this paper we discuss the formation of environmental issues in contemporary society, its consequences and determinations. We look at how this theme is built on relations of production, permeated by the market, through the case study of the "Matas Legais" Program, developed in partnership by the Klabin company and the NGO APREMAVI. This program sets a forest development project for the production of wood for cellulose and paper and which has the "support" of the state for its realization. We found that the relations of production involved in this process are not limited to the company and the NGO, but involve transnational markets for cellulose and paper and conservation, as well as relations with the State, through the agricultural credit policies. These relationships affect the agricultural production sector, especially the family farming, defined as a process that agri-industrialization. We argue that the environmental issue has been largely absorbed by the market - area of potential exchange of goods and services - but it is still a secondary issue to the design development and the arguments around the environmental issues remain tied and subordinate to the issue of economic efficiency. To understand concretely how this occurs ownership of environmental issues by the production process and its conversion into a commodity (commodity green), we observe the production process and your valuation (green value) of wood for cellulose and paper in the planting of eucalyptus, and the socioeconomic, labor and environmental consequences. The case study was representative for the purposes of research due to the joint, in the same production process, a private company - cellulose and paper industry, generally seen as a predatory of the environment by environmentalists - along with an environmental NGO - fighting forms destructive production. This contradiction is revealed very curious, especially because the program includes rural farmers categorized as family farmers. The relationship of these three actors also involves public institutions at different levels - federal programs to encourage agricultural, municipal governments, departments and institutes of agricultural research. The study demonstrates how the environmental theme is carried into a commodity, the contradictions, the social effects and the influence of eco-political discourse on this process. This situation involved a contextualization of relations around the defense of the Atlantic accounting for environmental conservation on the one hand, and on the other issues of social and working conditions of the family

farmer. We note that the logic of wasteful consumption of the environment is a necessary consequence of the relations of production specific to capitalism and the protection of the environment will only become effective in that it is structurally embedded political action founded in a different order of needs that exceed the determined by the logic of capital (190p.).

Keywords: environmental sustainability, market the conservation, development, family farming.

LISTA DE SIGLAS

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
AMAVI – Associação dos Municípios do alto Vale do Itajaí
AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana
APP – Áreas de Preservação Permanente
APREMAVI – Associação de Preservação ao Meio Ambiente e a Vida
ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia
BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel
CI – Conservancy Internacional
DFB – Diálogo Florestal no Brasil
DFMA – Diálogo Florestal da Mata Atlântica
EMPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSC – *Forest Stewardship Council*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBIO – Instituto Bio Atlanta
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PML – Programa Matas Legais
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial de Florestas
SPG – Secretaria de Planejamento e Gestão de Santa Catarina
TFD – *The Forest Dialogue*
TNC – *The Nature Conservancy*
USAID – *U. S. Agency for International Development*
WBCSD – *The World Business Council for Sustainable Development*
WCS – *Wildlife Conservation Society*
WRI – *World Resources Institute*
WWF – *World Wildlife Fund*

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Distribuição das propriedades fomentadas pela Klabin, participantes do PML:	100
Gráfico 2: Distribuição da receita da APREMAVI por setor financiador - 1987 a 1998.....	117
Gráfico 3: Crescimento dos recursos provenientes de ONG e governo, 1990 a 1998:	117
Gráfico 4: Crescimento comparado dos recursos destinados a APREMAVI oriundos do terceiro setor e o setor governamental - 1999 a 2006.....	118
Gráfico 5: Distribuição da receita da APREMAVI, por setor, de 1999 a 2006:.....	119
Gráfico 6: Crescimentos dos recursos provenientes de produtos vendidos pela APREMAVI e por empresas privadas.....	120
Gráfico 7 - Crescimento da população rural brasileira e catarinense, de 1970 a 2010:	143
Gráfico 8 - Percentual de financiamentos destinados pelo Pronaf, por região do país, 199 e 2011:.....	157
Gráfico 9 - Comparação entre os percentuais de recursos destinados pelo Pronaf e estabelecimentos rurais familiares	157
Gráfico 10 - Crescimento anual da produção de lavouras permanentes em Santa Catarina, 1990 a 2009.....	161
Gráfico 11 - Crescimento percentual da produção de lavouras temporárias em Santa Catarina, 1990 a 2009.	162
Gráfico 12 - Crescimento da produção de madeira em tora para papel e celulose em Santa Catarina, 1990 a 2009.....	163
Gráfico 13 - Crescimento percentual de produção de madeira em tora para papel e celulose, de 1990 a 2009, por mesorregião de SC.....	164
Gráfico 14 - Crescimento anual da produção de madeira em tora para papel e celulose (metros cúbicos), no Vale do Itajaí-SC.....	165

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Sede do Parque Ecológico da Klabin em Telêmaco Borba	92
Ilustração 2 - Reunião Itinerante na comunidade sede de José Boiteux	123
Ilustração 3 - Pausa para o <i>coffee break</i> . Reunião Itinerante na comunidade Ribeirão Griesebach em José Boiteux	124
Ilustração 4 - Fotos da apresentação da serraria móvel na reunião de sensibilização do PML	129
Ilustração 5 - Foto de uma das reuniões de sensibilização do PML, no salão da Igreja	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Lista de participantes de primeira reunião do Diálogo Florestal do Brasil	86
Tabela 2 - Distribuição de ONGs e Empresas por Fórum Florestal Regional	88
Tabela 3 - Distribuição da população por situação do domicílio, Brasil, Santa Catarina, Campos de Lages e Alto Vale do Itajaí.	104
Tabela 4 - Distribuição da população residente dos municípios participantes do PML na região do Alto Vale do Itajaí, por situação de domicílio.	105
Tabela 5 - População residente por situação de domicílio, na microrregião Campos de Lages e municípios participantes do PML na região Serrana, 2010.	108
Tabela 6 - proporção entre estabelecimentos agrícolas familiares e área ocupada.	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cadeia produtiva da celulose e do papel	70
Quadro 2- Resumo das principais características socioeconômicas das regiões Alto Vale e Serrana.....	109

Sumário

Apresentação.....	19
O processo da produção verde.....	20
O Objeto de estudo.....	21
Introdução.....	25
CAPÍTULO I – MEIO AMBIENTE OU DESENVOLVIMENTO: AS DIFERENTES ABORDAGENS AMBIENTA.....	31
1. A questão ambiental.....	34
2. A sustentabilidade (ou desenvolvimento-sustentável).....	36
2.1.Formação do ideal ambientalista.....	37
3. Enfoque Teórico.....	45
3.1.Ecodesenvolvimento: qual desenvolvimento?.....	45
3.2.Ecomarxismo: e a racionalidade ambiental.....	49
3.3.Marxismo e a ecologia política	51
3.3.3.Da necessidade.....	60
3.4.Síntese do Enfoque analítico.....	61
CAPÍTULO II – O SETOR FLORESTAL E AS ONGS.....	65
1. Introdução.....	65
2. Precedentes: o setor florestal e as ONGs.....	67
2.1.O setor florestal.....	68
2.2.Tendências corporativas – o mercado da conservação.....	75
3. O Diálogo Florestal: confluência entre ONGs e Setor privado...78	
3.1.Na direção do mercado da conservação.....	82
3.2.O Diálogo Florestal.....	83
3.3.Constituição do Diálogo florestal no Brasil.....	85
3.4.O Fórum Paraná e Santa Catarina e o PML.....	89
CAPÍTULO III - O PROGRAMA MATAS LEGAIS.....	97
1. Caracterização do PML.....	98
1.1.Caracterização da área de estudo: Alto Vale do Itajaí e Campos de Lages.....	100
1.2.A empresa Klabin AS.....	112
1.3.A ONG APREMAVI.....	114
1.4.Logística do Programa.....	120
1.5.Os agricultores.....	132
CAPÍTULO IV – AS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL: INDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR.....	141

1. Agri-cultura ou agro-negócio.....	142
2.Estratégias de Agroindustrialização da Agricultura Familiar.....	150
2.1.Influências Institucionais - o PRONAF.....	153
2.2.A situação da produção de Alimentos em Santa Catarina e na Região Vale do Itajaí.....	161
3. Considerações.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	181

Apresentação

Nosso interesse nesta dissertação é o de entender de que maneira a temática ambiental é incorporada pela sociedade contemporânea. Nossa pressuposição é a de que a temática ambiental tem sido absorvida pelo sistema capitalista na forma de mercadoria a partir da atribuição de um sobre-valor ao que é produzido sob o rótulo da sustentabilidade e do ecologicamente correto. Não pretendemos com isso minorar as iniciativas que visam mitigar a agressão ao meio ambiente no processo produtivo, mas chamar a atenção para a lógica implícita no processo capitalista de produção – baseada na exploração do ser humano e da natureza na produção das mercadorias – no qual a temática se envolve. Para compreender concretamente como se dá essa apropriação da temática ambiental pelo processo produtivo e sua conversão em mercadoria, chamada aqui de mercadoria verde, observamos o processo de produção da madeira para papel e celulose no plantio de Eucalipto e as consequências socioeconômicas e ambientais que esse processo acarreta. O estudo de caso foi realizado junto ao Programa Matas Legais (PML), desenvolvido em parceria entre uma empresa do setor de papel e celulose, a Klabin celulose SA, e uma ONG ambientalista, a Associação de Preservação ao Meio Ambiente e a Vida (APREMAVI). Esse Programa tem como objetivo central implantar o fomento florestal ambientalmente correto nas pequenas e médias propriedades de agricultores familiares nos Estados de Santa Catarina e Paraná. O estudo deste caso é representativo para nossos objetivos devido a articulação, no mesmo processo produtivo, de uma empresa privada – indústria de papel e celulose, que tradicionalmente é vista como agressora do meio ambiente pelos ambientalistas – junto com uma ONG ambientalista – que tradicionalmente combate formas de produção destrutivas. Essa contradição é bastante curiosa, principalmente se levado em consideração que esse programa de fomento é realizado com agricultores rurais categorizados como agricultores familiares pelo Pronaf, que tradicionalmente desenvolvem atividades relacionadas ao plantio de alimentos. A articulação desses três atores envolve ainda instituições públicas em diferentes níveis – programas federais de incentivo agrário, prefeituras, secretarias e institutos de pesquisa agrária. O estudo deste caso permitiu visualizar como a temática ambiental se processa em mercadoria, as contradições e as consequências sociais, especialmente no meio rural, e a influência do discurso ambiental nesse processo.

O processo da produção verde

Não nos é estranho relatar ações produtivas inseridas na preocupação ambiental. Muitos são os casos em que uma empresa reserva uma parcela de seus recursos para ações ambientais ou para investir em máquinas menos agressivas ao meio ambiente. Os meios de comunicação, no Brasil, e me refiro inclusive ao de maior alcance (a rede Globo), nos bombardeiam cotidianamente com notícias sobre ações ambientalmente corretas, o que nos tranquiliza com relação a destruição da Terra. Verificamos alterações climáticas, catástrofes ambientais, mas tendo consciência de que são – ou foram – causadas pelo modo de produção destrutivo (com máquinas que emitem gases estufa), concluímos que essa série de medidas ambientais pode reverter o quadro de agressões ao meio ambiente, e, então, estamos a salvo. Tal bombardeio de notícias, no entanto, não faz mais do que nos anestesiarmos e impedir questionamentos. Ao verificar – a partir das notícias – que alguma coisa está sendo feita, ficamos tranquilos e não precisamos nada reivindicar. Há uma variedade de maneiras de se noticiar medidas ambientais, desde programas que tratam da saúde humana, sobre natureza especificamente, ruralidade, até programas destinados ao público empresarial. No dia 28 de novembro de 2010, um programa de televisão me chamou a atenção por tratar do mesmo objeto de que trato nesta dissertação, programas de fomentos florestais ambientalmente corretos. O programa trata de ruralidade, o “Globo Rural”. A reportagem abordou as alterações paisagísticas ocorridas nos últimos anos no Rio Grande do Sul, decorrentes da produção massiva de florestas de eucalipto, os “mares de eucaliptos” promovidos pelos incentivos ao reflorestamento através dos Programas de Fomento Florestal realizados pelas empresas de papel e celulose e apoiados pelo governo Estadual. A reportagem defende que tal movimento tem trazido benefícios sociais e econômicos aos agricultores e também benefícios ambientais, já que as empresas de papel e celulose só financiam o plantio das árvores exóticas – no caso o eucalipto – se o agricultor rural estiver em conformidade com a legislação ambiental, a qual delimita áreas de preservação ambiental e áreas de “Reserva Legal”. O que eles não enfatizaram é que esses agricultores rurais deixam de plantar/cultivar alimentos para plantar monoculturas de árvores exóticas. Pelo contrário, enfatizaram a rentabilidade do negócio, que pode chegar, segundo a reportagem, a três vezes a rentabilidade da criação de gado; enfatizam a prosperidade do negócio, que cresce a cada dia junto com a projeção do produto no mercado internacional. No entanto, a paisagem

de 200 hectares de floresta de eucalipto não é tão favorável, nem ao meio ambiente nem aos seres humanos. Essa quantidade de floresta exótica plantada significa a mesma quantidade de alimentos deixados de produzir. A aposta é que esses agricultores terão mais dinheiro, no entanto, terão que comprar tudo o que antes plantavam, e ainda com preço mais elevado (lei da oferta e procura) – o que já é possível verificar, se observarmos que a inflação no setor de alimentos foi a que mais contribuiu para o aumento da taxa de inflação em 2010. Se fizermos uma análise de custo-benefício, em longo prazo essas talvez sejam ações insustentáveis econômica e ambientalmente.

O Objeto de estudo

Analizamos uma das etapas do processo de produção do papel e da celulose, o plantio da madeira. Tradicionalmente as empresas madeireiras são donas de grandes porções de terras onde plantam sua matéria-prima. Essa forma de produção, no entanto, está se alterando rapidamente. Atualmente a política adotada pelas empresas madeireiras segue dois caminhos: a do arrendamento de terras, sistema em que a terra não é da empresa, ela apenas planta nessa terra e paga um aluguel ao proprietário, que às vezes também é contratado para realizar o plantio; ou, o mais comum hoje, os programas chamados de “parcerias”, no qual os agricultores que possuem um mínimo de terra disponível, mas não têm o dinheiro para o investimento inicial do plantio, são financiados por empresas do setor florestal, através de programas de fomento florestal – uma forma de empréstimo, em que o pagamento é feito em madeira e não em dinheiro.

O caso estudado se insere na forma de produção via fomento florestal. No entanto, é um programa de fomento diferenciado, pois incorpora medidas relacionadas à sustentabilidade ambiental. O nome do Programa, “Matas Legais”, traduz, segundo os envolvidos – APREMAVI e Klabin – a adequação às normas e leis ambientais, isso porque envolvem, no contrato de parceria, questões relacionadas ao manejo ecologicamente correto nas propriedades participantes do programa. Fica contratada entre as “parcerias” a obrigatoriedade por parte do agricultor rural do cumprimento das responsabilidades ambientais e trabalhistas legalmente estabelecidas, isentando assim a empresa de todo e qualquer ônus proveniente do não cumprimento destas leis. Dessa maneira, é garantido o manejo “legal” das áreas

destinadas ao plantio de exóticas. Outro diferencial é a parceria com a ONG ambientalista, responsável pela orientação e fiscalização das áreas de preservação ambiental. Inclui-se nessa orientação a distribuição de mudas de árvores nativas – financiadas pela empresa e produzidas no viveiro da ONG – para serem plantadas nas propriedades parceiras da empresa. A distribuição dessas mudas visa aumentar a quantidade de árvores nativas nas propriedades e pode servir também para a recuperação de áreas degradadas.

O PML, dentro de nossos interesses, é bastante rico, pois suscita várias perguntas. A primeira delas, talvez, posto o envolvimento de uma ONG ambientalista, é como e o quê possibilitou a confluência desses dois setores aparentemente contraditórios. De acordo com os atores envolvidos essa confluência é uma tendência internacional que teve início da década de 1990, quando empresas florestais internacionais convidaram algumas ONGs para “dialogar”, instituindo em 1998 o chamado “The Forest Dialogue (TFD)” nos Estados Unidos. A ideia inicial era a de que os ambientalistas causam transtornos econômicos e midiáticos ao agirem de forma “agressiva” contra as empresas, com denúncias e protestos. A solução para resolver esse impasse, considerando também a crescente preocupação mundial com o meio ambiente, foi a de “dialogar” com os ambientalistas para desenvolver ações e medidas ambientais nas empresas.

Por outro lado alguns analistas políticos também atentam para essa nova tendência de “ação social”. Segundo Andion (2007) há uma tendência por parte do mercado de tornar o processo produtivo algo mais “humano” – sobretudo em termos midiáticos. Assim as empresas têm vinculado o seu nome a ações sociais e ambientais para passar uma imagem de “parceira” da sociedade. Sidney Tarrow (2009), um dos autores da Teoria do Confronto Político, também analisa essa tendência. Para ele essas “parcerias” são novas formas de ações políticas, em que as reivindicações sociais – dentre elas as ambientais – não se utilizam apenas de medidas de protestos e ataques às instituições públicas ou privadas, mas, com o advento da democracia, principalmente a partir da década de 1990, surgem novas formas de reivindicações sociais, como por exemplo, a formação de parcerias da sociedade civil com o Estado e com o setor privado. Essa nova forma de articulação, ou “repertório político”, utilizando o termo de Tarrow, não se desvincta dos interesses próprios de cada setor, mas faz com que esses setores tracem novas estratégias de atuação para atingir os respectivos objetivos. Com base nessa perspectiva, poderíamos entender o Programa Matas Legais como

uma estratégia de atuação em que a Empresa tem a oportunidade de construir uma imagem “limpa”, não agressora da natureza, e por sua vez a organização ambientalista pode atuar mais “efetivamente na conservação do meio ambiente”, com o apoio financeiro garantido pela empresa. Uma estratégia em que, aparentemente, as partes não abrem mão de seus objetivos, mas procuram articular-se para alcançá-los.

Baseando-se nessas análises temos a impressão de que a contradição se desfaz. A partir de uma análise da atuação dos diferentes setores por meio de explicações advindas das teorias da Escolha Racional – uma das bases da Teoria do Confronto Político, em que os resultados são mais importantes do que os meios para alcançá-los –, poderíamos entender esse movimento como algo próprio da sociedade racional moderna. No entanto as contradições continuam permeando esse movimento. Em primeiro lugar, a empresa liga seu nome a uma ação “ecológica e politicamente correta”, mas sua lógica produtiva se mantém por meio da exploração do trabalho e do meio ambiente. Em segundo lugar, embora a organização ambientalista consiga atuar mais “efetivamente”, sua atuação é limitada pela lógica produtiva do setor privado, uma vez que está diretamente envolvida e depende do financiamento da empresa¹. Em terceiro lugar, o agricultor, público alvo do fomento, consegue permanecer no campo, mas também sujeito à lógica corporativa do agronegócio.

Além das questões socioeconômicas envolvidas na formação da parceria surgem também questões relacionadas ao meio rural e a forma como este vem sendo tratado pelos planos de desenvolvimento governamentais. Diante das dificuldades apresentadas ao meio rural, fundadas na competitividade produtiva desigual, fruto da sociedade moderna, os “incentivos” ao meio rural resumem-se a todo e qualquer empreendimento que prometa renda e segurança. Assim ficam presos a uma política que não pode ser considerada agrária, mas que procura “tapar os buracos” de uma má administração e da falta de uma política realmente agrícola que atenda as necessidades desses agricultores. Nesse contexto, embora os interesses econômicos dos agricultores estejam, a princípio, sendo atendidos, em médio e longo prazo são insustentáveis, pois o monocultivo historicamente se mostrou destrutivo econômica e ambientalmente. Assim, embora possamos identificar interesses e motivações, as contradições iminentes do processo produtivo capitalista

¹ Diegues, 2008, faz uma análise sobre as condições limitantes em que as ONGs ambientalistas vêm se colocando no mundo. A partir de uma estratégia de angariar fundos e poder intervir no processo destrutivo das empresas, elas acabam por limitar suas ações e principalmente críticas.

permanecem. A análise da produção da mercadoria verde nos permite compreender melhor tais contradições.

Introdução

Para Luiz Pereira (1978), representante da Sociologia do Desenvolvimento – abordagem bastante difundida principalmente a partir da década de 1970 com a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) – o desenvolvimento de um país está diretamente ligado ao tipo de planificação empreendido, e este, por sua vez, ao processo social encadeado. A planificação, nessa perspectiva, é um processo instrumental para o desenvolvimento. Ela envolve fundamentalmente as seguintes variáveis: o desenvolvimento de técnicas sociais racionais; a definição de objetivos (meios e fins) a serem alcançados – que correspondem às estratégias políticas; a delimitação dos centros de decisão – que devem ser coerentes com os objetivos; e a definição da forma como serão tomadas as decisões (governo) – mediação entre técnica e política (Pereira, 1978, p. 17).

Adverte Pereira (1978) que as decisões não são tomadas exclusivamente por meio de pareceres técnicos, que apesar de podendo, e mesmo devendo, subsidiá-las, a tomada de decisões deve ser resultado das escolhas políticas. O investimento em técnicas específicas, a definição de objetivos e a forma como serão geridas as decisões correspondem às escolhas políticas. A planificação, sendo um instrumento, não é algo pronto, é um projeto que se constrói por meio de objetivos, valores e técnicas relacionados à Política empreendida. A planificação não é, ela mesma, Política, mas está intimamente relacionada a ela e ao desenvolvimento objetivado. Dessa forma, para compreender o significado dado a noção de “desenvolvimento”, tem-se que antes buscar indícios das relações sociais e políticas envolvidas.

A chamada crise ambiental² tem sido tema de debates e discussões desde a década de 1960 e se intensifica em 1972, com a Conferência da ONU em Genebra e da elaboração do Relatório Meadows, no mesmo ano. Tal crise refere-se à constatação das consequências indesejadas e imprevistas decorridas de uma sociedade industrial, baseada na exploração sem limites dos recursos naturais e humanos e que coloca em risco a reprodução das sociedades futuras. O termo “desenvolvimento sustentável”, desde então, tem sido divulgado representando uma vontade de gerir o desenvolvimento social produtivo

2 “Crise ambiental” ou “problemática ambiental”, usaremos os dois termos, refere-se à percepção dos constrangimentos ambientais por nós testemunhados, fruto do desenvolvimento produtivo despreocupado com suas possíveis consequências – processo que afastou a humanidade de seu meio, a natureza.

de maneira diferente da que vem sendo empreendida, com o objetivo de permitir a reprodução da sociedade atual e futura. Nesse sentido a vontade de preservar o meio ambiente está associada à noção de desenvolvimento, a qual, como analisa o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, “é uma das noções mais inclusivas existentes no senso comum e na literatura especializada” (1991, p. 60). Sua importância na sociedade moderna equivale quase a de uma religião, mesmo que secular, posto que essa noção recobre toda a organização social, envolvendo desde direitos individuais até as relações internacionais. É uma ideia dotada de tamanha elasticidade que seu conteúdo comporta inúmeras interpretações ou definições, tais como: a do desenvolvimento industrial, do desenvolvimento capitalista ou socialista, do desenvolvimento dependente ou, atualmente, do desenvolvimento sustentável. Cada uma delas acompanha um momento histórico e reflete as ânsias de um determinado período. Apesar dos diversos tipos, nenhuma das inúmeras versões do desenvolvimento está desligada da pedra fundamental do mundo moderno, a ideia do progresso, centrada na crença na racionalidade e de que o futuro será melhor.

Da mesma forma, incorporando a variável ambiental em suas análises, Leff (2002) aponta que a crise ambiental “re-coloca”³ as variáveis valor, técnica e procedimentos político-sociais em debate. A crise ambiental, segundo esse autor, é entendida como a constatação das consequências nocivas (para a natureza e para os seres humanos) do tipo de desenvolvimento empreendido até o momento: poluição e degradação do meio e com elas a possibilidade de escassez de recursos naturais (principalmente energéticos e de alimentos) e aprofundamento das desigualdades sociais. Considera-se a crise ambiental, então, como a crise da racionalidade produtiva (técnica e econômica) da sociedade moderna. Para o autor, a constatação de seus limites revela a necessidade de uma nova racionalidade social, uma racionalidade que

3 O pensamento econômico predominante está associado à corrente Política liberal, a qual sobressaiu em relação a outras correntes. Essa predominância foi atingida por intermédio de lutas político ideológicas que após a dissolução da União Soviética parecem não mais ter espaço na agenda política. Durante muitas décadas a ideia de crescimento esteve associada exclusivamente a crescimento econômico, não dando espaço para questionamentos sobre outras variáveis como desenvolvimento social ou ambiental - como veremos mais adiante no texto. Isso porque o pensamento economicista disseminou a ideia de que através do crescimento econômico todas as outras instâncias da vida social também se desenvolveriam, fato que não aconteceu. A discussão em torno da questão ambiental, como evidencia Leff, coloca essas questões novamente em pauta no debate sobre desenvolvimento, mais precisamente sobre o desenvolvimento sustentável. Por esse motivo Leff utiliza a expressão “re-coloca” e não “coloca”.

incorpore a preocupação ambiental aos planos de desenvolvimento (LEFF, 2002, p. 59).

Com base nessas advertências, questiona-se o conjunto de relações sociais envolvido na formação do chamado “desenvolvimento sustentável”. Leff (2002) alerta para o papel da ideologia na construção da ciência, da técnica e dos processos políticos decisórios, pois quando se trata da problemática ambiental, os intelectuais “tendem a 'naturalizar' os processos políticos de dominação e a ocultar os processos econômicos de exploração provenientes das relações sociais de produção e das formas de poder que regem o processo de expansão do capitalismo” (LEFF, 2002, p. 67). São insuficientes as tentativas ideológicas de agregar uma variável ambiental ao desenvolvimento empreendido.

Embora haja um aparente consenso em torno desse preceito base (de incorporação de uma temática ambiental a um tipo de desenvolvimento), muitos têm sido os conflitos em torno dos procedimentos a serem tomados para alcançar um “desenvolvimento sustentável”. A grande questão a ser respondida por esse paradigma é de que maneira garantir o padrão de desenvolvimento atual e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente, fonte de recursos, para as sociedades futuras? Procuramos problematizar esse paradoxo, meio ambiente e/ou desenvolvimento, ao buscar entender de que maneira tem se construído a temática ambiental diante do sistema produtivo capitalista e quais são as contradições inerentes a este processo. As diferentes percepções da problemática ambiental dentro do paradigma vigente levam a constatações diferenciadas sobre o tema, na prática e na teoria, que, por sua vez, influenciam os projetos políticos desenvolvidos (LEFF, 2002, p. 68). A palavra sustentabilidade, popularmente ligada à ideia de proteção ambiental, pode associar-se, como veremos, a outras variáveis em nome de objetivos que não correspondem exatamente aos da proteção ambiental, mas que, pelo contrário, continuam baseados na manutenção da lógica capitalista de produção, fundada na mais-valia nos diversos setores produtivos por meio da exploração do trabalho e da natureza – o que será evidenciado ao apresentarmos os dados referentes à influência dos planos de “desenvolvimento rural sustentável” sobre a agricultura familiar, impulsionados pela adesão do agricultor familiar ao agronegócio. A constatação da crise ambiental, como crise da

racionalidade, preconiza outra forma de entender a natureza e as relações sociais. Não se trata de agregar a temática ambiental a um tipo de plano de desenvolvimento, mas de repensar a própria ideia de desenvolvimento em termos de conjunto do ser humano e da natureza, de co-evolução⁴ (FOSTER, 2005), redefinindo assim as noções de natureza e de desenvolvimento.

Embora a proposta de “desenvolvimento sustentável” pareça “natural”, ou seja, “naturalizada” nos debates midiáticos – como, por exemplo, nos diversos programas transmitidos pela “Globo News” que apresentam soluções “sustentáveis” nos processos produtivos –, após a constatação das consequências nocivas trazidas pela lógica produtiva vigente, veremos que questões estruturais relativas à política e à economia estão envolvidas e implicam sobremaneira na formação da visão em torno do assunto. Portanto, nossa problemática é delineada pelas contradições envoltas na construção da temática ambiental sob o paradigma vigente, que coloca desenvolvimento e meio ambiente em um mesmo patamar, embora não questione as relações sociais envolvidas.

Ao organizar a discussão sobre esta temática, estruturamos esta dissertação em quatro capítulos. No capítulo primeiro apresentamos uma discussão sobre as diferentes abordagens para as questões ambientais. Com base em autores como Antônio Carlos Diegues (2008), Jonh Bellamy Foster (2005), Enrique Leff (2002), Paulo Vieira (2000), resume-se um histórico das diferentes tendências ambientalistas. Esse contexto é importante para entender de que maneira a “crise ambiental” tornou-se um tema relevante nas últimas décadas e problematizar a coexistência de suas distintas abordagens. Apresenta-se um panorama das abordagens ao tema, buscando refutar a ideia de “neutralidade” propagada por políticos e técnicos que reduzem a questão à gestão administrativa de recursos, negligenciando a discussão política estrutural envolvida. Pretendemos apontar diferentes influências políticas e econômicas sobre as alternativas apresentadas – tanto na caracterização da problemática ambiental como na proposta para superá-la. Dentre as diferentes correntes abordadas na construção da linha argumentativa, destacaremos as abordagens ecomarxista, marxista e ecodesenvolvimentista, apontando traços em comum que comunicam conceitos e críticas. Apesar das mútuas críticas, o diálogo entre elas oferecerá variáveis importantes de análise, como indicadas a seguir.

4 A concepção de co-evolução ser humano - natureza, conforme expõe Foster (2005), foi utilizada por Marx em sua análise sobre o processo social como um processo metabólico.

O ecodesenvolvimento, corrente bastante difundida no meio acadêmico e nos movimentos ambientalistas, busca compatibilizar sustentabilidade ambiental à ideia de desenvolvimento. A concepção fundamental de um “outro desenvolvimento” evidencia a relação ser humano-natureza e propõe uma forma de diagnosticar os problemas ambientais, percebendo-os como parte de um processo co-evolutivo.

Da corrente marxiana retomamos a concepção de natureza em Marx e sua teoria do valor. A discussão sobre “a natureza em Marx” recai também sobre a relação entre ser humano e natureza, mas, sob uma perspectiva distinta. Tal discussão utiliza o conceito de “processo metabólico”, para evidenciar ser humano e natureza como partes de um mesmo metabolismo em desenvolvimento num processo uno e fundamental para a sobrevivência dos seres vivos na Terra. Mas, diferente do ecodesenvolvimento, além de evidenciar essa co-relação, problematiza o modo como ela é percebida na sociedade atual, como partes dissociadas. Discute os motivos que levaram a essa percepção em que ser humano e natureza são colocados em “lados opostos”, apontando as relações produtivas capitalistas como motor desse processo dissociativo. A teoria do valor de Marx nos fornece subsídios para entender esse processo dissociativo como um processo de “humanização” da natureza, permeado pelas relações produtivas capitalistas. Com essas análises, fundamentadas em autores como Altvater (2007), Burkett (2007), Foladori (2000), Foster (2005) e Meszáros (1987), buscamos compreender de que maneira a ideia de sustentabilidade é incorporada ao sistema produtivo. O intuito é diagnosticar os conflitos existentes e as possibilidades de superação dessa visão disjuntiva do processo.

Leff (2002), representante do Ecomarxismo, discute o conceito de “racionalidade ambiental”. A principal contribuição desse conceito é a sua formulação da problemática ambiental como uma crise da racionalidade produtiva moderna, também apontada pelo ecodesenvolvimento e pelos autores marxianos citados. Leff (2002) propõe uma visão crítica sobre a forma como a temática é abordada e evidencia a importância da análise macro-social para a elaboração de medidas consistentes para superar a crise.

Os três próximos capítulos apresentam o estudo de caso focando, cada um, nas diferentes instâncias das relações socioeconômicas envolvidas. No **segundo** capítulo analisamos a realização da parceria entre ONGs e Empresas, destacando que este é um processo mundial e não restrito ao programa em estudo. Iniciamos pela descrição do

histórico de inserção da empresa no “Diálogo Florestal”, fórum de ações e discussões sobre a sustentabilidade do ciclo da madeira e a rede de atores envolvidos. Essa contextualização é importante, pois, como será demonstrado, esse fórum exerce grande influência sobre o Programa Matas Legais. Para contextualizar essas ações apresentamos uma discussão sobre as transformações experimentadas pelo setor privado e o terceiro setor nas últimas décadas com relação à temática – baseada em dados empíricos sobre os investimentos do setor madeireiro e a política transnacional de financiamento de ONGs.

No terceiro, estudamos mais detidamente o PML, caracterizamos os procedimentos utilizados na sua execução, as percepções dos atores envolvidos e as da autora. Apresentamos alguns resultados do trabalho de campo, notas metodológicas e percepções sobre o programa. Nesse capítulo algumas informações fornecidas nos capítulos anteriores ficam mais evidentes, como a influência do mercado na adesão aos programas ambientais e as inconsistências de planos de desenvolvimento exclusivamente econômicos, que embora maquiados de verde, não o são de fato.

No quarto retomamos a discussão sobre desenvolvimento para evidenciar os principais resultados alcançados pelo Programa. Pretendemos apontar questões levantadas pelos próprios atores envolvidos na implantação do Programa: Diálogo Florestal, Programa Matas Legais, incluindo os agricultores, a Klabin e a APREMAVI. Com base na pesquisa de campo podemos identificar que a incorporação dos custos ambientais ao valor das mercadorias é um tema problematizado, principalmente pelos agricultores, que se sentem injustiçados com a legislação ambiental. Essa questão envolve a discussão sobre as estratégias de atuação, não só das ONGs e das empresas privadas, conforme apresentaremos nos capítulos anteriores, mas, sobretudo a participação do Estado, que leva a questionar o seu papel diante da temática ambiental. Ao esboçar esse quadro de influências fica evidente a necessidade de debater sobre a situação agrária/agrícola no país relacionando os incentivos ao agronegócio e a situação dos agricultores familiares envolvidos. Verificamos que a adesão ao PML não é um evento peculiar, mas que participa do processo chamado por alguns atores de “agroindustrialização da agricultura familiar”, em que o agricultor rural perde suas características “retrógradas” de plantio de alimentos para adequarem-se “ao moderno modo de produção”.

CAPÍTULO I – MEIO AMBIENTE OU DESENVOLVIMENTO: AS DIFERENTES ABORDAGENS AMBIENTAIS

A característica mais marcante da vida social moderna, segundo Giddens (1991), consiste no fato de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformuladas. Isso é consequência do próprio dinamismo da sociedade moderna, em que os conhecimentos não são estáticos nem absolutos, resultando numa sociedade em permanente reflexão sobre seu cotidiano. Giddens (1991) denomina tal sociedade de “sociedade reflexiva”. Considerando a reflexividade como intrínseca a todos os aspectos da vida cotidiana da sociedade moderna, não poderia ser diferente com a temática ambiental. Essa temática, além de complexa – no sentido dos vários saberes e técnicas “mais” ou “menos” adequadas à proteção ambiental –, tem importância cada vez maior no cotidiano não somente dos cientistas e políticos, mas também da sociedade civil, influenciada em muito pela mídia que, por sua vez, divulga práticas ambientais já recorrentes, retoma outras ou ainda cria novas em nome do dito ambientalmente correto (HANNIGAN, 2000).

Ao analisar a influência das preocupações ambientais na prática cotidiana Hannigan (2000) pretende captar a forma como estes problemas são forjados, percebidos e classificados. Chama a atenção para a importância do papel desempenhado pelos meios de comunicação no processo de inclusão da “preocupação ambiental” na agenda cotidiana das “pessoas comuns”. Ao pensar a forma como os problemas ambientais tornam-se questões sociais, o referido autor não pretende negar a existência de uma crise ambiental enquanto crise de relações sociais e crise da produtividade – que pode ser verificada pelas diversas catástrofes naturais, certamente causadas pela degradação ambiental massiva que se estende por séculos. Seu objetivo é chamar a atenção para as relações de poder envolvidas – políticas, econômicas e de status – e a possibilidade de banalização da temática ambiental, sugerindo que a forma como os meios de comunicação em massa informam sobre esse tema pode esvaziá-lo de conteúdo e torná-lo lugar comum e, então, nada reflexivo. Esse questionamento é importante, pois alerta sobre a diversidade de tipos de ambientalismo, cada qual com diferentes abordagens e objetivos que divulgam distintos “cenários” sobre a crise ambiental: sob a ótica da tecnologia, ou do processo produtivo, ou do padrão de consumo, etc.

Existe uma vasta literatura sobre meio ambiente e, também, muitos eventos e fóruns de debate sobre os impactos negativos da

utilização desmedida dos recursos naturais. Como exemplos desses diversos debates em torno da problemática ambiental podemos citar: a Conferência de Estocolmo (1972); o Simpósio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a Conferência das Nações Unidas Sobre o Comércio e Desenvolvimento, realizados em 1974; a elaboração, pelo PNUMA, do Relatório Brundtland (1987), a Conferência do Rio de Janeiro (1992); a conferência Rio + 10 em Johannesburgo (2002), recentemente, a COP-15 (2009), que tratou dos limites do crescimento mundial e trouxe à tona, mais uma vez, o fracasso em atingir as metas estabelecidas em fóruns internacionais, e a COP 16 (2010), que discutiu, entre outras coisas, a possibilidade de recompensas para os países que preservam suas florestas e a importância do reflorestamento (considerando reflorestamento o plantio de exóticas). O resultado das pesquisas desenvolvidas para essas conferências, bem como de outros esforços, como o dos movimentos ambientalistas a partir principalmente da década de 1980, foi a divulgação da problemática ambiental e da incorporação desses problemas no ideário dos indivíduos em geral.

Nesse movimento uma das variáveis identificadas como causadoras da crise foi o modo de produção industrial⁵, baseado na ideia de produção ilimitada e despreocupado com a utilização massiva dos recursos naturais. Este modo de produção – ou racionalidade produtiva nos termos utilizados por Leff (2002) – é atualmente questionado e alternativas ditas “sustentáveis”⁶ têm sido incorporadas, ao menos no nível discursivo (político-ideológico). Uma das formas de se verificar essa tendência é a partir dos bens e serviços dispostos no mercado em escala mundial. As estratégias de marketing atualmente voltadas à problemática ambiental ganham cada vez mais espaço no mercado e agregam cada vez mais valor às mercadorias. Hoje praticamente qualquer mercadoria “ecologicamente correta” – *sustentável*, conforme nota ⁶ – tem legitimidade para possuir um “valor” (preço) mais elevado do que uma mercadoria “tradicional”. Consequentemente cresce o

5 Utilizo o termo “produção industrial” e não modo de produção capitalista, pois as críticas assim o referem.

6 Termo que começou a ser delineado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972 e apresentado sistematicamente no Relatório Brundtland de 1987, definido como: “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.

número de empresas que adotam estratégias sustentáveis para “melhorar sua imagem”, como, por exemplo, a rede de supermercados Wall Mart (GUIVANT, 2008) e a empresa de papel e celulose Klabin SA. Podemos citar também os serviços bancários, a exemplo do Banco Real (que ganhou no ano de 2010 o prêmio de “Banco sustentável do Ano” do jornal Britânico *Financial Times* e que há seis anos faz uso de papel reciclável); e a incorporação das preocupações ambientais no âmbito institucional (a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1983, que encampou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), instituído em 1981 e regulamentado em 1990). Por conseguinte, organismos de proteção e certificação têm surgido como mecanismos de legitimação dessas mercadorias “verdes”. É o caso da certificadora de serviços internacional ISO, com a Instrução Normativa ISO 14000, do Conselho de Manejo Florestal (FSC - *Forest Stewardship Council*)⁷, do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), etc. Esses são exemplos da maneira como a temática é absorvida pelo sistema produtivo, influenciando em todos os segmentos produtivos e/ou financeiros. A noção de crise ambiental, portanto, tem sido incorporada nos debates políticos internacionais, nas organizações internacionais, nas instituições governamentais, nas agências para o desenvolvimento, no setor privado e na sociedade civil. Mesmo com toda essa projeção não deixa de ser um tema bastante polêmico (COLBY, 1989, DIEGUES, 2008, VIEIRA 2006,). Isso porque, apesar do termo “sustentável” ser bastante divulgado, na prática o conceito é controvertido; muitas e diferentes concepções em torno dele têm sido geradas. Dessa forma, a proposta de “sustentabilidade”, conforme alerta Colby (1989), pode tornar-se insustentável enquanto não alcançar consensos reais e mudanças concretas de atitude. Em outras palavras, parece que o desenvolvimento teórico e discursivo, ou político-ideológico tem avançado mais do que as práticas efetivamente sustentáveis. (SACHS, 2007; VIOLA & LEIS, 1995; COLBY, 1989; DUPUY, 1980). Com base nesse argumento podemos inferir que a maneira pela qual a problemática tem sido incorporada ao sistema produtivo é através da formação de mercadorias e do valor a elas agregado e não de uma reconfiguração do processo produtivo, o qual permanece fundado na lógica da produção crescente de mercadorias, um dos principais entraves para ações efetivamente sustentáveis. Com base no referido impasse,

7 Uma das preocupações da empresa Klabin S. A, a qual compõe o Programa Matas Legais, é a obtenção deste selo, uma vez que é parte do mercado madeireiro internacional. Fato que será debatido adiante, quando apresentarei os dados relativos ao trabalho de campo.

procuramos entender de que maneira acontece esse distanciamento entre o discurso político ideológico de “sustentabilidade” e a prática concreta do modo de produção capitalista, baseada na exploração (do ser humano e da natureza). Partimos do pressuposto de que a forma aparente sob a qual a sustentabilidade surge no processo de produção é o valor-de-troca (expressa na forma preço), considerando o grande apelo midiático sobre o consumo ecologicamente consciente que acaba por aumentar a demanda por esses produtos ainda que assumam um preço mais elevado do que os produtos considerados tradicionais⁸. A questão colocada é como entender esse novo valor, aqui chamado *valor verde*. A hipótese é a de que, embora a temática tenha uma força persuasiva de grande fôlego, ao ser transformado em “mercadoria” o que se tem é a fetichização da problemática ambiental, que faz dissociar a relação orgânica entre ser humano e natureza. A criação dessas novas mercadorias, no entanto, não gera um “valor novo”, mas um “novo valor” dentro da lógica produtiva. Há, portanto, a incorporação de uma temática ambiental, mas não uma transformação estrutural na forma como se produz ou nas relações de produção, que continuam fundadas na exploração. Esse processo intensifica não apenas problemas ambientais, forma usual em que a questão é apresentada, mas gera, fundamentalmente, problemas sociais.

1. A questão ambiental

A temática ambiental tem sido analisada em diversas perspectivas sociológicas que, por vezes, deslocam ou subestimam a relação da problemática ambiental com o conjunto das relações sociais, dando ênfase apenas à formulação de políticas públicas específicas e não questionando suas bases estruturais. Os problemas são postos na agenda de debate como questões meramente gerenciais, que envolvem cálculos “virtuais” de utilização de recursos, além de serem separados por áreas, como se a sociedade fosse formada por fragmentos que não se comunicam. No debate envolvendo a temática ambiental isso fica claro quando, embora haja um consenso sobre a crise ambiental trazer riscos nocivos a própria natureza e à existência humana, o problema é tratado por meio do equacionamento dos recursos e do aumento correspondente

8 Movimento verificado inclusive nos arranjos econômicos internacionais como, por exemplo, na tentativa de acordo internacional para o meio ambiente, ocorrido em 2009, a COP 15, na qual a pauta principal versou sobre quanto e quem deve pagar pelos transtornos ambientais.

de seu preço, ou por meio do desenvolvimento de tecnologias “alternativas”, mas dentro da mesma lógica produtiva. Lógica que conduz, por sua vez, a ações limitadas apenas à elaboração de tecnologias de gestão dos recursos humanos e não humanos – tecnologias muitas vezes focalistas e construídas sob um arcabouço argumentativo de resultados no longo prazo. Isso não é um problema *per se*, no entanto, quando desvinculados das variáveis estruturais envolvidas, impede uma ampla efetivação das medidas que propõem e a avaliação e acompanhamento da eficiência e/ou eficácia de tais medidas.

Em meio a esse processo de construção da problemática ambiental, a perspectiva materialista histórica discute a relação estrutural envolvida na formação da “mercadoria/valor verde”, entendido como o valor agregado à mercadoria produzida sob o rótulo “sustentável”. Essa variável é importante para entender concretamente a relação ser humano/natureza, pois baseada nas relações sociais vivenciadas. A discussão desenvolvida por essa corrente problematiza a incorporação dos constrangimentos ambientais ao valor das mercadorias (Burkett, 2007). Foster (2005), estudioso da obra de Marx, aponta que para haver uma crítica construtiva às práticas produtivas sustentáveis é preciso avaliar as estruturas envolvidas nas relações de produção.

Com uma revisão inicial da literatura hegemônica sobre a temática ambiental verifica-se que a principal questão colocada relaciona-se ao modo de produção industrial calcado numa cultura centrada na produção e consumo de bens cada vez mais sofisticados e, em certa medida, cada vez mais descartáveis. As críticas feitas são as de que esse processo civilizatório, que inaugura e permeia a sociedade moderna, trouxe consigo uma noção de progresso e desenvolvimento desligados das preocupações com os limites ambientais e com as consequências de ultrapassá-los. Diante da constatação dos limites desse crescimento, a questão a ser resolvida, de acordo com a literatura sobre desenvolvimento sustentável é: como tornar compatíveis as tensões entre desenvolvimento e meio ambiente. Discutimos as contradições dessa proposta por meio da análise das concepções de “desenvolvimento” e “meio ambiente” envolvidas, evidenciando a distância entre elas, questionando a possibilidade de serem compatíveis.

Essa discussão versa sobre a influência que o modo de entender a relação ser humano -natureza tem sobre a abordagem socioambiental. Acreditamos ser profícuo destacar a multiplicidade de enfoques em torno dessa temática, ressaltando as diferentes formas de pensar a relação ser humano/natureza em cada uma delas. Um caminho analítico

importante, pois o tema do meio ambiente, atualmente, participa de inúmeras instâncias da vida cotidiana. A disseminação da temática é, como já dissemos, uma aparente “vitória”, no entanto na prática torna-se um contrassenso na medida em que corre o risco de virar lugar comum. Ao evidenciar as diferentes concepções e seus fundamentos, pretendemos problematizar a influência e o efeito que a visão de mundo e as escolhas políticas têm no delineamento dos objetivos e das metodologias traçadas em nome da sustentabilidade.

2. A sustentabilidade (ou desenvolvimento-sustentável)

O conceito de sustentabilidade começa a ser delineado a partir da década de 1960 quando passam a ser evidenciados os impactos destrutivos causados pela ação antrópica sobre o sistema socioecológico mundial (Vieira, 2005). A discussão é intensificada na década de 1970, especialmente com a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), e a publicação do Relatório Meadows em 1972, no qual, pela primeira vez, o termo sustentabilidade passa a ser conceituado e divulgado. Os principais fatores apontados como condicionantes da destruição do meio ambiente referem-se aos estilos de desenvolvimento empreendidos até o momento: uma forma de organização que levou ao esgotamento tanto das organizações sociais (que aprofundaram os abismos sociais em todas as instâncias da vida), quanto dos recursos naturais. O que está em jogo é a possibilidade de escassez dos recursos naturais, essenciais para a manutenção e reprodução social e ambiental. Dupuy⁹ (1980), pensando esta questão discute o tipo de desenvolvimento desejado: a manutenção do projeto de desenvolvimento capitalista atual ou um desenvolvimento baseado em uma “outra lógica social”? (DUPUY, 1980, p.15). O que está em jogo, portanto, é a própria ideia de desenvolvimento.

O desenvolvimento moderno, baseado na concepção do progresso científico-técnico ilimitado, marco maior do ideal produtivista, não cumpriu sua promessa de bem estar generalizado, mostrando-se nocivo à sociedade e ao meio ambiente. Essa constatação de que o tipo de desenvolvimento não é nocivo somente à natureza, mas também à sociedade humana, conforme evidenciam Viola & Leis (1995), leva a

9 Um dos primeiros autores a falar sobre “ecologia política”, discutir e divulgar suas ideias sobre o tema, já na década de 1970, inclusive, vindo ao Brasil – palestra proferida no Instituto de Medicina Social na UERJ em 1979. Seu livro neste período intitulado “Introdução à crítica da ecologia política”.

uma concepção da crise ambiental como uma crise de relacionamento social; remete ao fato de que o problema está precisamente na forma como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Sachs, importante referência ao tema, corrobora essa avaliação e propõe uma nova forma de pensar o crescimento, mais comprometida com as condições de vidas humanas e não humanas (SACHS, 2007). Essa percepção, no entanto, não é generalizada nem surge diretamente com as primeiras inspirações ambientalistas. A percepção do inter-relacionamento existente entre ser humano e natureza, ou, entre meio ambiente e desenvolvimento, nem sempre esteve em pauta nos debates sobre meio ambiente ou crescimento. Como veremos a seguir, ainda hoje algumas abordagens sobre a crise ecológica colocam os seres humanos apenas como causadores, mas não como sofrendores da crise.

A discussão sobre a crise ambiental, iniciada sistematicamente a partir da década de 1960 (COLBY, 1998; DIEGUES, 2005 e 2008; DUPUY, 1980; LEFF, 2002; LEIS, 2004, VIEIRA, 2005 e 2007 entre outros), trouxe uma série de abordagens referentes ao tema, cada qual tendo como pano de fundo uma concepção específica da relação ser humano-natureza. A maneira de perceber essa relação refletirá diretamente sobre a postura assumida mediante a problemática ambiental. A centralidade desse aspecto, como se verá adiante, refere-se ao esforço para compatibilizar desenvolvimento com proteção ambiental. Para compreender como vêm se formando as diversas noções em torno do tema apresentamos as principais divergências e propostas de intervenção prática.

2.1. Formação do ideal ambientalista

De acordo com autores como Dupuy (1980), Diegues (2008) e Andion (2007), a inserção da temática ambiental nos debates públicos iniciou-se por intermédio do movimento ambientalista, principalmente do movimento ambientalista norte americano a partir da década de 1980. Tinha-se, então, uma perspectiva preservacionista do meio ambiente, que consistia na proposta de que a natureza deveria ser preservada e, para tanto, isolada do convívio humano. Baseavam-se na concepção de que os seres humanos invariavelmente agredem e destroem a natureza e que, por isso, a melhor forma de manutenção do meio ambiente seria minimizar seu contato com os seres humanos. A estratégia de atuação era a de criar “ilhas de natureza” – surgindo, assim, as primeiras áreas

de preservação ambiental, na forma de parques no modelo *Yellowstone*—, livres da pressão humana e onde os seres humanos poderiam, no máximo, visitar¹⁰ (DIEGUES, 2008). Por conseguinte, a relação do ser humano com a natureza era percebida como destrutiva ou, melhor dizendo, não era percebida. A natureza deveria ser intocada (DIEGUES, 2005).

Essa concepção, segundo Diegues (2008), acarretou alguns problemas sociais e ambientais. Primeiramente, a concepção de que os seres humanos não fazem parte da natureza marginalizou populações tradicionais ribeirinhas. A delimitação de áreas de não intervenção humana trouxe disputas de terras com essas populações, as quais eram expulsas de suas propriedades em nome da preservação da natureza. Em segundo lugar, levantou a problemática geopolítica, uma vez que muitas dessas áreas acabavam delimitadas por Organismos Internacionais, do norte, nos países subdesenvolvidos, com a justificativa da disponibilidade de terras ainda preservadas nos países do Sul. Uma concepção que Diegues (2008) caracteriza como neocolonial uma vez que as orientações são impostas de “cima para baixo”. Como estratégias para afastar organismos ambientalistas internacionais grandes áreas foram degradadas¹¹.

Em consequência das complicações trazidas por essa abordagem a relação inevitável entre ser humano e natureza ficou evidente, o que fez surgir uma nova forma de pensar e proceder diante da natureza, a conservacionista (DIEGUES, 2008). Esta percebe as mútuas influências entre ser humano-natureza, o que implica uma forma distinta de abordar a problemática ambiental, incluindo as questões sociais nas políticas ambientais. É nesse novo movimento que surge, de forma mais efetiva, a discussão do termo “sustentabilidade” e com ele a discussão sobre como intermediar o estilo de vida dos seres humanos, seu processo moderno de produção da vida – fundado no modelo de produção industrial, com exploração massiva dos recursos naturais e humanos – e a conservação ambiental.

A inovação trazida pelas perspectivas “conservacionistas” ou “sustentáveis” – a partir do Relatório Brundtland (1987) – é a ideia de ecossistema e a de que a humanidade dele fazem parte. Nesse

10 Diegues apresenta vários dos problemas enfrentados pelas comunidades locais tradicionais com a política de implantação de parques e reservas ambientais preservacionistas.

11 Antônio Carlos Diegues discute as contradições da incorporação da temática ambiental e seus prejuízos às populações tradicionais nos livros “O mito moderno da natureza intocada” (2005) e em “A ecologia política das Grandes ONGs transnacionais conservacionistas” (2008), que discute também o papel das ONGs nesse processo.

movimento a variável cultural – conservação das culturas tradicionais – é incorporada ao debate ambiental, levando a compreender a relação ser humano-natureza como indissociável. As análises ambientais, orientadas por essa perspectiva, têm adotado estratégias de racionalização dos recursos, envolvendo as comunidades locais na implantação de técnicas de “manejos” sustentáveis e em práticas de educação ambiental (DIEGUES, 2008).

Note-se que o conceito de “preservação” é substituído pelo de “conservação”. O debate passa, então, a acontecer em termos de conservar a natureza em compatibilidade com as necessidades humanas. Essa transformação, essa virada de concepção, reflete diferentes formas de entender a natureza e de perceber as ações humanas no mundo. Concretamente essa transformação não é direta nem tão bem delimitada. No entanto essa distinção é importante para entender o fundamento das diferentes concepções sobre meio ambiente e desenvolvimento que atuam concomitantemente. Inicialmente elas podem parecer semelhantes; entretanto têm pressupostos – visões de mundo– e objetivos distintos. Esse contexto é importante para entender a relevância dada à *crise ambiental* nas últimas décadas e as contradições existentes nas diferentes abordagens. Para Michael Colby (1989), o que fundamentalmente diferencia essas perspectivas é a percepção que possuem sobre a relação entre ser humano e natureza. Nas duas perspectivas apresentadas – a preservacionista e a conservacionista – fica evidente essa diferença: enquanto para a conservacionista existe uma relação de reciprocidade entre homens e natureza, para a preservacionista essa relação é de segregação. Com base na taxonomia das cinco principais correntes ambientalistas apresentadas por Colby (1989): a Fronteira Econômica, a Ecologia Profunda (DeepEcology), a Proteção Ambiental, a Gestão dos Recursos e o Ecodesenvolvimento – veremos que cada uma delas tem uma propensão para uma ou outra perspectiva, entre a preservacionista e a conservacionista, mas cada orientação defenderá uma posição própria. Para este autor o importante, ao conhecê-las, é entender suas contribuições para o debate, mais do que avaliá-las. Cada paradigma tem diferentes abordagens, perguntas e respostas sobre a relação ser humano/natureza e é isso que pretendo evidenciar. Apresentamos, a seguir, uma breve caracterização de cada uma delas, acrescentando observações de Diegues (2008).

Não pretendemos fazer um debate aprofundado nem uma avaliação sobre todas essas diferentes concepções, mas apenas apontar algumas de suas características com base nos dois autores referidos. O

objetivo é analisar as temáticas levantadas em cada tendência e as propostas de atuação e demonstrar sua relação com a forma de pensar a interação ser humano-natureza. Dessa forma pretende-se construir um panorama sobre as bases filosóficas (nos termos de Diegues) da problemática ambiental, bases estas que engendram as diferentes estratégias de atuação de movimentos ambientalistas, ONGs e Estados.

- *Frenteira Econômica*

Essa concepção surge na década de 1960, em países industrializados, tendo como proposição central o entendimento que a natureza é fonte de recursos a serem utilizados em benefício da humanidade (COLBY, 1989). A ideia de desenvolvimento corresponde ao crescimento exclusivamente econômico – baseado no aumento das condições econômicas da população e na distribuição de terra. A preocupação com a natureza, portanto, não é predominante nessa perspectiva. Quando está presente, é com relação à possibilidade de escassez de recursos que, a seu ver, é causada pela sua administração ineficaz. A forma como administram esse problema é através do cálculo tanto da escassez quanto da agregação de valor às mercadorias. É considerada uma concepção antropocêntrica, baseada no que Colby (1989) denomina de “fê” no progresso e na ciência; fê de que o avanço técnico pode resolver qualquer problema, inclusive o ambiental (COLBY, 1989).

- *DeepEcology*

A DeepEcology – criada em 1972 por Arne Ness (DIEGUES, 2005) – é uma corrente influenciada, ou remanescente, da visão preservacionista da natureza, mas com o objetivo de ser ainda mais “profunda”. Seus pressupostos básicos são: oposição ao utilitarismo; os seres humanos não têm direito de reduzir a biodiversidade, a não ser para suprir suas necessidades vitais; necessidade de decréscimo populacional humano, tanto para preservar a natureza como para manter as culturas humanas; a atual interferência humana na natureza é excessiva (DIEGUES, 2005). Esta corrente é considerada por autores como Colby (1989), Foster (2005) e Diegues (2005), uma visão biocêntrica (DIEGUES, 2008), pois embora proponha um “equilíbrio” entre as bioespécies, afirma que tal objetivo só pode ser alcançado com a diminuição da população humana e com o decréscimo produtivo. Propõe uma mudança radical nos sistemas social, jurídico e econômico, e uma definição de desenvolvimento cujo norte seja o retorno a uma vida em harmonia com a natureza; a busca rumo a uma “simbiose com a natureza” (COLBY, 1989, p. 12). A crítica que se faz é que suas

propostas são inviáveis, uma vez que não há possibilidade de regressar a um estado de “natureza intocada”, conforme a expressão de Diegues (2008).

- *Proteção Ambiental*

Formada na década de 1960 sob a influência do livro de Rachel Carson (1962), ‘Primavera Silenciosa’, os adeptos desta corrente dedicam-se a estudar assuntos relacionados com poluição ou destruição de habitats. Segundo Colby (1989), essa corrente constituiu-se em meio ao debate entre a Fronteira Econômica e a DeepEcology, como alternativa ao “economicismo” e ao “anti-desenvolvimento”. Apresentam a ideia de “gestão ambiental”, que consiste em incluir a preocupação dos custos ambientais nas políticas públicas ou incluir a prática de desenvolvimento com resiliência¹² ambiental (COLBY, 1989). Uma das soluções propostas é o investimento em tecnologias de mitigação da poluição, ancorado no protecionismo governamental – propostas como do poluidor-pagador¹³. Segundo Colby (1989) essa concepção ainda mantém uma crença excessiva na tecnologia, que por sua vez esbarra nos limites das controvérsias científicas relativas às tecnologias ambientalmente eficazes. Existe a constatação da interferência negativa das ações humanas sobre a natureza, mas ainda não existe a percepção clara sobre a influência da natureza sobre a organização humana.

- *Gestão de recursos*

É uma concepção também muito próxima do paradigma economicista¹⁴ da Fronteira Econômica. O que as difere é a admissão da finitude dos recursos naturais, o que torna essa corrente mais atenta à alocação dos recursos. Sua proposta é de aplicação de crescentes taxas (financeiras) para extração e distribuição dos recursos na tentativa de saldar os débitos com a natureza e ao mesmo tempo suprir as necessidades básicas da população mundial que permanece em crescimento – o que os leva a propor um projeto para estabilizar o nível populacional. Segundo esta corrente apenas através de esforços comuns em otimização da utilização dos recursos, conservação, gestão eficiente

12 Resiliência refere-se à capacidade de auto-regeneração. A proposta então é a de continuar o desenvolvimento social sem comprometer a capacidade de regeneração da natureza.

13 A proposta do poluidor pagador preconiza que se estabeleça uma taxa referente ao uso indevido dos recursos naturais. É a concepção que permeia atualmente os debates internacionais sobre quem paga os custos ambientais, conforme pôde ser visto nos debates realizados na COP 15 em dezembro de 2009.

14 O termo economicista refere-se ao reducionismo econômico, para diferenciar de “econômico”, referente a uma das esferas sociais.

e políticas de integração dos princípios ecológicos à economia é possível resultados globais realizáveis – por isso a gestão do risco (como o crescimento populacional excessivo) é um aspecto central dessa corrente (COLBY, 1989). A relação entre ser humano e natureza é entendida como uma relação de interdependência, uma vez que um desenvolvimento realmente sustentável depende da compreensão de que as atividades humanas interferem na natureza a qual por sua vez se reflete na qualidade de vida humana (COLBY, 1989, p. 19). Isso conduzirá a uma nova concepção de gerenciamento de recursos, que passa a incorporar a preocupação com a manutenção dos recursos no futuro.

- *Ecomarxismo*

Segundo Diegues (2008) o ecomarxismo é originado na década de 1960 de um movimento interno ao marxismo clássico de crítica à visão dominante sobre natureza (DIEGUES, 2008, p. 49). Suas preocupações estão direcionadas às relações do ser humano com a natureza. Para esta corrente os fatores que levam à desigualdade social são os mesmos que levam à degradação da natureza. Apesar de fundada no marxismo, seus adeptos discordam de alguns de seus argumentos. Criticam a visão de natureza de Marx que, para Enrique Leff, seu principal autor, está limitada a pensá-la apenas enquanto matéria prima – base da mercadoria. Em contrapartida introduzem a noção de “força produtiva da natureza”, ou seja, para eles essa variável não está presente na teoria marxista. A discussão sobre natureza, portanto, é central. Entendem-na como parte integrante da própria humanidade, não permitindo diferenciação. Para essa concepção a intervenção humana não é um problema para a natureza – afinal essa é uma relação que sempre existiu –, mas sim a forma como se dá historicamente tal intervenção.

Foladori (1999), em sua resenha crítica do livro “Ecologia e Capital”, de Enrique Leff (1994), observa que o eco-marxismo guarda pouca relação com o marxismo, uma vez que critica sua concepção de natureza e nega a teoria do valor. Trazemos essa abordagem para o trabalho por considerarmos algumas formulações elaboradas por Enrique Leff bastante profícuas para compreender a maneira pela qual o paradigma hegemônico se distancia crescentemente da natureza e das próprias relações sociais. Ao abordarmos o tema não entraremos no debate proposto por essa corrente em torno da concepção de Marx sobre a natureza. A esse respeito fundamentamos nossos argumentos em

autores como Altvater (2007), Foladori (1999 e 2000) e Foster (1999 e 2005).

- *Ecodesenvolvimeto*

De acordo com Colby (1989) o ecodesenvolvimento vê no esforço para o desenvolvimento uma possibilidade real de gerir o relacionamento ser humano/natureza. Pretendem eliminar a dicotomia entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social e ambiental. Sua meta é substituir a necessidade de mecanismos como o do “poluidor-pagador” – concepção da Fronteira Econômica – por uma reestruturação econômica em acordo com novos princípios, os ecológicos. Para essa corrente o crescimento é possível e necessário, mas deve acontecer de forma diferente da que vem se desenhando. Propõem um desenvolvimento baseado mais em informação, conscientização e em uma atitude econômica qualitativa, do que na intensificação quantitativa da produção. O processo de desenvolvimento proposto focaliza a utilização política dos saberes e experiências antropológicas em nome do meio ambiente. A sua principal contribuição, conforme Colby (1989), reside nas noções de “crescimento verde” e integração co-evolutiva entre humanos e natureza.

Verifica-se que concepções preservacionistas ainda estão presentes nos movimentos ambientalistas mundiais, mas diante das severas críticas recebidas tiveram que incorporar o discurso conservacionista. Embora algumas atitudes venham sendo tomadas junto às comunidades influenciadas por projetos ambientalistas, no sentido de minimizar os impactos sobre elas, nota-se que a percepção sobre a relação ser humano-natureza ainda está fortemente fundada no paradigma preservacionista. Atualmente tal distinção não é sequer mencionada, sendo utilizados os dois termos sem discriminação. É importante destacar, todavia, que uma concepção conservacionista não está diretamente ligada a uma posição de defesa de um “desenvolvimento alternativo” que entende a crise ambiental como a crise da racionalidade produtiva. A constatação da inter-relação entre humanidade e natureza – como, por exemplo, na Fronteira Econômica – pode significar apenas uma preocupação com a finitude dos recursos naturais, considerando-a um problema ‘pontual’ a ser pensado do ponto de vista técnico e do investimento em tecnologias alternativas que substituam os recursos hoje utilizados – por exemplo, a substituição do combustível fóssil pelo etanol de cana-de-açúcar –, sem questionar a lógica produtiva dominante. Esse aspecto leva a um impasse nos debates ambientais, pois, embora as concepções conservacionistas tenham

alguma intuição sobre uma interdependência entre ser humano e natureza, não conseguem sair do debate sobre preservação ambiental (meio ambiente) ou gestão eficiente da produção (desenvolvimento).

Tendo ciência das diferentes possibilidades de entendimento da crise, constata-se que – mesmo com o auxílio de Diegues (2005) ao identificar os dois paradigmas, se assim podemos chamar o preservacionismo e o conservacionismo – ainda assim, não damos conta de entender a complexidade do tema. De acordo com Vieira & Bredariol (2006), essa oposição corresponde às diferentes orientações dentro da ciência ecológica sobre a natureza. O termo ecologia, segundo os autores, nasce como “uma ciência que designasse a economia da natureza ou as relações dos organismos com a natureza” (2006, p.39). As principais correntes nascem da biologia, da geografia, da engenharia ambiental, da ecologia política, do planejamento, do desenvolvimento e das questões do comportamento humano. O debate atual sobre as diferentes correntes reflete um debate político entre elas, deixando de ser uma ciência única para tornar-se um debate sobre correntes do pensamento ecológico. Esse debate torna ainda mais complexo o entendimento do movimento ecológico moderno. Nossa visão parte da ecologia política, vertente da economia política. No entanto, para a análise do movimento ecológico atual procuramos evidenciar os principais discursos em torno do debate ambiental, advindos também da ecologia liberal (fronteira econômica) e a ecologia do desenvolvimento (ecodesenvolvimento), visões predominantes no debate ambiental. Acreditamos que os enfoques do ecodesenvolvimento, do ecomarxismo e do marxismo¹⁵ possibilitam uma compreensão mais aprofundada sobre essa problemática.

15 Cabe ressaltar que a principal diferença entre essas duas abordagens está na concepção de meio ambiente, segundo a corrente ecomarxista não abordada na obra de Marx. Por outro lado, defende o autor marxista Altvater (2007), de fato Marx não trata especificamente da natureza, mas sua análise das relações sociais de produção a envolvem. Para a concepção materialista histórica e dialética não há separação entre ser humano e natureza, pois, a natureza é entendida como parte das relações sociais e não como algo fora dela. Fato que deve ser reavaliado diante da fragmentação realizada pela racionalidade produtiva moderna. Conforme Altvater: “A razão que costuma ser mal interpretada pelos críticos do conceito marxista de natureza é a seguinte: a natureza é maravilhosamente produtiva, a evolução das espécies na história do planeta e sua tremenda diversidade e variedade demonstram isso. Mas a natureza não produz mercadorias para vender no mercado. Não há mercado na natureza. O mercado é uma construção social e econômica. O mais formoso dos pássaros ou uma velha árvore em uma selva tropical ou o ferro em uma mina não são mercadorias; somente se convertem em mercadorias por meio de um processo de valorização (Inwertsetzung; mise-en-valeur). É o trabalho o que obtém a metamorfose da natureza em mercadoria.” (Altvater, 2007, p.7).

3. Enfoque Teórico

3.1. Ecodesenvolvimento: qual desenvolvimento?

O ecodesenvolvimento, segundo apresentação de Vieira (2006), surge como uma proposta alternativa ao desenvolvimento economicista vigente, baseado numa lógica de crescimento econômico ilimitada com tendência à reprodução do estilo europeu de desenvolvimento, que visa estabelecer o mesmo padrão civilizatório para toda a humanidade. O ecodesenvolvimento, portanto, critica a “ideologia economicista”¹⁶ (utilitarista) cujo princípio norteador é o crescimento exclusivamente econômico; critica as estratégias de planejamento tecnocrático-autoritário, que não permitem a participação efetiva das populações afetadas no delineamento de suas prioridades; critica os critérios globais de avaliação social e ambiental com base exclusivamente em dados quantitativos, pois esses indicadores desconsideram a complexidade envolvida nas dinâmicas socioambientais (VIEIRA, 2007). Por isso acenam para um “novo projeto civilizador”, que considere as particularidades de cada contexto (VIEIRA, 2006). Conforme assinala Sachs (2007), o meio é parte do desenvolvimento, não pode dele ser dissociado. Esse novo projeto civilizador é fundado sobre:

[Um] conjunto interdependente de postulados normativos que inclui a satisfação das necessidades fundamentais (materiais e intangíveis), a equidade, a autonomia (ou self-reliance), e a participação; a prudência ecológica e a superação da ideologia economicista. Na opinião de Ignacy Sachs (2000), todos esses postulados poderiam ser subsumidos no princípio fundamental de *apropriação, por todos os seres humanos, de todos os direitos fundamentais – inclusive do direito ao desenvolvimento e a um meio ambiente saudável* [grifo do autor]. (VIEIRA, 2005, p. 26).

A ideia fundante é incorporar ao Planejamento os custos socioambientais, estes entendidos como os problemas causados por uma gestão social e ambientalmente destrutiva, que leva à perda do controle social através da marginalização socioeconômica e político-cultural de amplos segmentos sociais e a alterações nos grandes equilíbrios biosféricos (VIEIRA, 2005).

16 Vieira (2006) se referente ao reducionismo econômico e a ideologia utilitarista.

A proposta é de incorporar ao desenvolvimento um novo enfoque de planejamento e de gestão norteado por um conjunto de postulados interdependentes identificados como o “atendimento de necessidades humanas fundamentais, promoção da autoconfiança e prudência ecológica (...) em nome de uma diretriz preventivo-adaptativa alimentada pela pesquisa dos sistemas complexos” (VIEIRA, 2007, p. 12). Em outras palavras, é baseado na noção de desenvolvimento de “baixo para cima”, que considera as variáveis culturais e ambientais locais para a elaboração de planos e projetos de ação. A participação democrática dos atores locais é fundamental para o desenvolvimento de um novo tipo de planejamento e gestão

Em meio às diferentes correntes ambientalistas, e como uma alternativa às controvérsias, o ecodesenvolvimento surge com a proposta de “outro desenvolvimento”, baseado em um novo paradigma, o dos “sistemas abertos” (SACHS, 2007). Essa perspectiva busca uma re-inserção na história das relações humanidade-natureza como um todo único e complexo e uma nova forma de pensar “desenvolvimento” e “planejamento e gestão”, moldada por uma visão preventivo-proativa (VIEIRA, 2006, p. 253).

Para compreender as inovações trazidas por esta concepção e a magnitude de sua proposta, é preciso entender um pouco sobre seus pressupostos. A teoria dos sistemas abertos – baseada na Teoria Geral dos Sistemas de Von Bertalanfy (1901-1972) – e a concepção de complexidade – sistematizada e difundida por Edgar Morin (1995) – são complementares entre si e fundantes dessa nova visão de desenvolvimento. A proposta de “sistemas abertos” ajuda a entender a forma como o ecodesenvolvimento percebe a relação ser humano-natureza, na medida em que coloca essa relação em termos de conjunto interdependente e único – diferindo de concepções que compreendem os seres humanos como sujeitos e o meio como objeto, separados entre si. A ideia de complexidade¹⁷ permite lidar com as diferentes variáveis advindas dessa nova postura em relação ao meio.

O paradigma sistêmico oferece um aporte para entender as interligações entre as variáveis em jogo na formulação de uma problemática socioambiental; pressupõe que “qualquer realidade conhecida pode ser concebida como uma associação combinatória de elementos diferentes” (MORIN, 1995, p.28). Com isso, não corrobora concepções “simplificadoras” que, por exemplo, separam economia das

¹⁷ Lukacs elaborou o conceito de “complexo” dentro do campo do marxismo. Não trataremos dessa conceituação aqui, mas para melhor apreciação sobre o tema ver Fortes, 2011.

outras dimensões da problemática socioambiental – como as dimensões ambiental, cultural, social e política. A teoria dos sistemas abertos, segundo Morin (1995), trouxe importantes subsídios teóricos para entender a complexidade desse quadro. Trouxe: 1) as noções de que “as leis da organização do ser vivo não são de equilíbrio, mas de desequilíbrio, recuperando ou compensando, de dinamismo estável; e 2) a inteligibilidade de um sistema deve ser encontrada não apenas no próprio sistema, mas também na sua relação com o meio, e que esta relação não é de uma simples dependência, é constitutiva do sistema” (MORIN, 1995, p. 32). Essas noções podem ser traduzidas nos termos de complexidade e interdependência.

O ecodesenvolvimento, por meio da percepção de interdependência propõe “(re)unir” o sujeito com o seu objeto (meio), separados pelo pensamento disjuntivo tradicional, levando a perceber o sujeito como parte do meio. O sujeito é entendido, conforme explica Morin (1995), não apenas como um ser consciente (que pensa no meio) e munido de sentimento e subjetividade, mas como integrante do meio – “ser sujeito é colocar-se no centro do seu próprio mundo” (MORIN, 1995, p. 95). Isso significa colocar o sujeito interligado e dependente ao sistema: “ser sujeito é ser autônomo, sendo ao mesmo tempo dependente” (MORIN, 1995, p. 96). Uma concepção de sujeito consciente de sua condição de dependência com o meio, o que funda uma nova forma de perceber a relação da humanidade com a natureza

Essa nova forma de pensar o sujeito reflete-se em uma nova postura frente aos problemas socioambientais e às ações demandadas. Essa nova postura é construída sob um ponto de vista que percebe a questão ambiental como um sistema socioambiental complexo e dinâmico e que exige ações que correspondam a essa perspectiva. A ação é encarada como “uma decisão, uma escolha, mas é também [como] uma aposta” (MORIN, 1995, p. 118), pois interage com o risco e com a incerteza próprios de uma forma sistêmica de se perceber a problemática socioambiental. Ela (a ação) é vista como o reino do concreto e, portanto, das incertezas e indeterminações. Por isso, as ações devem estar baseadas em estratégias bem delineadas. A ação estratégica implica em ter consciência sobre as diversas possibilidades de cenários para e a partir da ação. As estratégias são determinadas a partir da consideração dos imprevistos – com base nas experiências podem-se supor consequências inicialmente não esperadas, das adversidades e das informações diversas que surgem no decorrer do processo; ela é a forma de lidar com o aleatório, pois possibilita entrever a complexidade das

operações (MORIN, 1995, p. 130). Essa noção é fundamental para elaboração de uma nova proposta de planejamento e gestão.

A incorporação da análise dessas múltiplas variáveis, advindas do pensamento sistêmico, é possibilitada por uma forma de pensar e organizar as informações próprias do pensamento complexo (MORIN, 1995). O pensamento complexo se opõe ao pensamento tradicional, disjuntivo, o qual, segundo o referido autor, separa os níveis de conhecimento em nome da simplificação e da ordem – ótica que permeia a ciência moderna desde o século XVII. As consequências nocivas desse pensamento disjuntivo só começaram a ser percebidas no século XX, quando se constata o não cumprimento das promessas de bem estar geral e que as aspirações de ordem e progresso só fizeram agravar as desigualdades sociais e a degradação dos recursos naturais: “O princípio da disjunção isolou radicalmente uns dos outros, os três grandes campos do conhecimento científico: a física, a biologia e a ciência do homem” (MORIN, 1995, p. 17). Morin (*Idem*) chama essa forma de pensar de “inteligência cega”, pois destrói os conjuntos e as totalidades, separa os objetos daquilo que os envolvem. O pensamento complexo também percebe uma ordem, mas uma ordem dinâmica, própria dos seres vivos, não a ordem estática com que o pensamento tradicional percebe a organização do mundo (MORIN, 1995, p. 43). Complexidade é entendida, já nos referimos, como uma forma de pensar: ela percebe o mundo como “um tecido de acontecimentos, ações, interações, retroação, determinações, acaso, que constituem nosso mundo fenomenal” (MORIN, 1995, p. 20). O pensamento complexo não busca respostas bem definidas e acabadas, pelo contrário, complexidade liga-se a questionamento, a identificação de possibilidades. Essa forma de pensar, unida à ideia de sistema, possibilita a consideração de variáveis antes deixadas de lado pelo pensamento tradicional, como as variáveis qualitativas que envolvem todo e qualquer fato social. É, portanto, um fundamento que afeta simultaneamente “a ontologia, a metodologia, a epistemologia, a lógica e consequentemente a prática, a sociedade, a política” (MORIN, 1995, p. 80).

O ecodesenvolvimento caracteriza-se, portanto, como uma atitude de enfrentamento da crise ambiental, tendo as noções de sistema aberto e complexidade como os fundamentos para uma nova forma de entender o desenvolvimento, como uma nova proposta de ação, de postura frente à problemática ambiental. Envolve, portanto, o entendimento sobre as relações socioambientais para o planejamento de ações de desenvolvimento.

3.2. Ecomarxismo: e a racionalidade ambiental

Leff (2002)¹⁸ sugere a concepção “racionalidade ambiental” para compreender a temática ambiental. O fundamento dessa categoria de análise baseia-se em proposições progressistas de movimentos ambientais¹⁹ que, segundo ele, pretendem a legitimação para “um conjunto de valores e direitos que normatizam o comportamento social, mobilizando processos materiais e ações sociais para gerar padrões alternativos de produção, bem como novos padrões de consumo e de vida” (LEFF, 2002, p. 123). Padrões que envolvem a ideia de novos valores de natureza e de democracia participativa numa nova configuração de organização social. No entanto, para que tais objetivos sejam eficazes, deve-se considerar as forças em disputa. A proposta de substituição de uma “racionalidade econômica” por uma “racionalidade ambiental” não deve ser considerada apenas como uma questão de “conscientização ecológica”. Ela vai além, envolve a análise da conjuntura produtiva, financeira e política.

Nesse sentido, uma das preocupações levantadas é: se o problema ambiental envolve a relação do ser humano com a natureza, então, qual o lugar para se pensar “a humanidade”? Por outro lado a proposta de uma “racionalidade ambiental” pode deixar à margem questões sociais, tal como a desigualdade de condições materiais verificadas em todo o mundo. Desigualdade de condições, inclusive, para incorporar o “modo de vida sustentável”, uma vez que a mercadoria sustentável tem um maior valor agregado. Partindo dessa contradição Leff (2002) propõe a categoria “racionalidade social” como alternativa ao pensamento exclusivamente ambientalista. A partir dessa categoria pretende evidenciar tal contradição que fica por vezes camuflada ao se pensar meio ambiente. Para o autor “a contradição entre a racionalidade ambiental e a racionalidade capitalista é uma confrontação de interesses opostos arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais.” (Leff, 2002, p. 125). É por essa razão que a questão ambiental não pode ser enfrentada apenas por um ecologismo extremo ou fundado somente numa “racionalidade ecológica”, ela envolve diferentes ideologias, comportamentos, ações e práticas (LEFF, 2002).

18 Dos representantes do ecomarxismo, aponto apenas Enrique Leff. Os demais autores de tradição marxista serão tratados em item próprio.

19 Os movimentos progressistas apontados por Leff referem-se aos ecodesenvolvimentistas.

Na tentativa de formular uma “racionalidade” mais próxima do objetivo de estabelecimento de uma relação harmônica entre ser humano e natureza, Leff (2002) utiliza os dois conceitos: o de “racionalidade ambiental” e o de “racionalidade social”. A “racionalidade ambiental” como uma possibilidade de incorporar o *ethos sustentável* na racionalidade social. Ressalta, no entanto, a importância de agregar uma estratégia política para efetivar os ideais de uma “racionalidade produtiva alternativa”, esta entendida como um modo de produção e de relações entre os homens e a natureza baseadas não na racionalidade economicista, mas numa racionalidade fundamentada num ideal de busca pelo bem comum.

Dessa forma também o ecomarxismo problematiza a concepção de desenvolvimento. Denuncia a naturalização da ideia de “desenvolvimento sustentável” que acabou por se tornar uma máxima não refletida. Propõe um desenvolvimento baseado nas abordagens cepalinas de planificação, cujo *telos* é o de traçar projetos e estratégias sociais que envolvam tanto a natureza quanto a humanidade²⁰.

Por outro lado Foladori (1999), diretamente, e Altvater (2007), Burkett (2007) e Foster (2005), indiretamente, apontam críticas às análises ecomarxistas, uma vez que estas deixam de lado algumas categorias fundamentais ao materialismo histórico e dialético. Ao tentar se diferenciar do marxismo ortodoxo, observa Foladori, os ecomarxistas deixam de lado as categorias fundamentais de uma abordagem marxiana, a saber, o método materialista histórico e a teoria do valor. Em contrapartida, teóricos marxistas, especialmente Foster (2005) e Burkett (2007), que realizaram estudos aprofundados sobre a teoria de Marx, defendem a abordagem materialista histórica e dialética de Marx para análise e compreensão dos fenômenos sociais, em especial da crise ambiental atual. Burkett (2007), com relação à teoria do valor de Marx, explica que “a contradição entre o valor de uso e o valor de troca [...] não deve ser tomada como algo meramente abstracto e formal, como por vezes ocorre em algumas interpretações modernas do trabalho de Marx. Inversamente, deve ser vista como o desenvolvimento histórico da tensão entre os requisitos de produção monetária e sua valorização, por um lado, e das necessidades humanas e de desenvolvimento sustentável, por outro”. Assim, torna-se necessário, reconhecer as contribuições do

20 As propostas cepalinas denunciavam a ênfase demasiada no desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social das sociedades Latino Americanas, da mesma forma, parece fazer Leff, quando tenta evidenciar a dissimulação dos problemas sociais ao se focar apenas na problemática ambiental. Disjunção essa denunciada também pelas abordagens do ecodesenvolvimento e marxianas.

ecomarxismo, mas ao mesmo tempo diferenciá-lo do marxismo. Fazem parte de nosso referencial autores marxistas, que embora não requeiram o título de “eco”, também tratam da questão ambiental, fundamentalmente da relação ser humano/natureza, conforme exposto a seguir.

3.3. Marxismo e a ecologia política

Uma das principais constatações que se faz mediante a crise ambiental é, como vimos, a de que o processo de produção industrial, fundado na ideia de progresso e desenvolvimento, é o principal responsável pelas catástrofes ambientais. Essa constatação, apesar de sua centralidade, não tem ganhado consistência nos debates ambientais. Procuramos, a partir desse paradoxo, compreender de que maneira o processo produtivo industrial é responsável pela crise ambiental, mas não só, posto que as relações econômicas extrapolam o modo de produção industrial. Em nosso entendimento as relações de produção capitalista, que envolvem o modo de produção industrial, estão no centro das degradações ambientais e sociais. Procuramos entender de que maneira o modo de produção capitalista engendra a crise socioambiental e as consequências ideológicas para ações consistentes no sentido da compatibilização das relações humanas com a natureza.

Em “A Ecologia de Marx” Foster (2005) busca reconstituir algumas das teorias centrais de Marx para evidenciar a importância que a natureza tem em sua teoria. Aponta que para Marx o fundamento dos problemas causados pelo modelo capitalista de desenvolvimento é justamente a disparidade entre cidade e campo, resultante da mecanização e exploração ininterrupta do modelo industrial. Com a industrialização e a necessidade crescente de mão de obra cresceram as cidades e diminuíram as populações no campo. Depois, com a mecanização do campo, cada vez mais força de trabalho foi liberada do campo e concentrada na cidade. Esse movimento gera uma necessidade cada vez maior de produção no campo para atender a cidade, que produz cada vez menos. O resultado é a exaustão do solo que leva a busca por outras terras agricultáveis e sua posterior exaustão. Combinado à exaustão do solo está o desmatamento, para aquisição de novas terras agricultáveis, a emissão de poluentes das fábricas, que afetam o ar, e a concentração cada vez maior de rejeitos humanos e industriais, que afetam a qualidade das águas. Todas são constatações já apontadas por

Marx e também Engels no século XIX e que ficaram, por motivos políticos ideológicos, relegados ao esquecimento.

Para evidenciar a centralidade da natureza em Marx, Foster (2005) retoma a discussão filosófica clássica sobre materialismo *versus* metafísica, a partir de diferentes pensadores, dos quais destacamos: Epicuro (341-270 a.C), Feuerbach (1804-1872) e o próprio Marx (1818-1883). A importância dessa discussão para entender o lugar da natureza nas teorias de Marx está na sua fundamentação materialista. A construção do materialismo histórico por Marx traz muitos avanços no modo de perceber e interpretar as relações sociais. O interessante ao analisar a construção do materialismo está no debate instaurado contra a metafísica, pois o materialismo se funda naquilo que é sensível, diferente da metafísica. A discussão entre materialismo e metafísica é uma discussão sobre o sensível e o abstrato. Nesse debate, conforme aponta Foster (2005), o interessante é perceber como o que é sensível e o que é abstrato vai se transformando, se invertendo. Ou melhor, como essa relação se transforma e (re) transforma, em diferentes períodos, como resposta a diferentes movimentos políticos ideológicos. Constatação essencial para compreendermos como a construção do ideário ambiental contemporâneo transforma o problema concreto da destruição da natureza para se tornar uma discussão abstrata sobre custos ambientais e o seu valor, o valor verde.

A construção do materialismo histórico de Marx não pode ser entendido separadamente do debate entre materialismo e metafísica, posto que é uma construção resultante da negação das teorias abstratas. É um assunto bastante complexo, não poderíamos retratá-lo de forma contundente nesta dissertação. Ainda assim, com base principalmente em Foster (2005), Chagas (2009), Schulz (2009), Souza (2009) e Jappe (2006), apontaremos algumas passagens importantes nesses debates para entendermos como a ideologia e a política influem na formação do ideário de uma sociedade, suas preocupações e organização, para chegarmos à formação da mercadoria.

Epicuro, Feuerbach e Marx centram suas críticas na teologia. O argumento fundamental refere-se ao fato de as explicações teológicas delegarem a responsabilidade sobre os fenômenos terrenos a entidades não terrenas. Ou, dito de outro modo, de tirar a autonomia dos homens em relação aos acontecimentos terrenos e subjugar-los a algo inexistente, ao menos não ao nível da realidade (sensível) apreensível, a Deus, ou ao

medo da morte²¹. Pois, ao estarem presos a algo que está fora de si os homens não podem alterar suas relações. Epicuro, em Carta a Heródoto, argumenta contra as explicações teológicas:

"Nada pode originar-se do nada. Se assim fosse, tudo poderia ter origem em tudo, sem que para isso se necessitasse, pelo menos, de uma matéria criadora. E se aquilo que desaparecesse se dissolvesse no nada, então tudo o que existe realmente já há muito se teria perdido, pois nada existiria em que pudesse se dissolver. A totalidade daquilo que se acha na natureza é imutável desde o início e por toda a eternidade, porque nada existe em que pudesse se transformar. Nada existe fora do universo que possa penetrar nele e provocar tal transformação" (EPICURO, 2008, 48).

Entendendo o “nada” como aquilo que não é sensível, as noções apriorísticas, metafísicas, o deus ou a ideia. Para Epicuro, nesse sentido, a submissão à religião significava a perda da razão e da autonomia, a perda da capacidade de criar e de permitir a plena realização da própria natureza, inclusive a humana. Da mesma forma Feuerbach fala que a religião e o idealismo são formas de adestrar a natureza. Para ele o teísmo ou o idealismo (referindo-se a teoria de Hegel) “desconhecem completamente a autonomia e a independência da natureza, porque eles a concebem meramente como obra do criador, ou, como puro desdobramento e exteriorização da atividade do espírito” (CHAGAS, 2009, p. 38). Feuerbach, inversamente, entende que a natureza “possui o primado ante o espírito; ela é a primeira estrutura da existência e diante dela se opõe o entendimento como algo secundário” (CHAGAS, 2009, p. 38). Questiona “como pode nascer do espírito a matéria?” (CHAGAS, 2009, p. 42). Feuerbach critica a religião e o idealismo, explica Schulz (2009), porque essas formas de pensar cristalizam noções caras à sociedade como o Amor, a Justiça e a Verdade na própria

21 Sobre o medo da morte escreve Epicuro: "Acostuma-te à ideia de que a morte, para nós, é um nada. Todo o bem e todo o mal residem na faculdade de sentir; a morte, porém, é a privação desse sentimento. Assim, o conhecimento de que a morte nada é torna deliciosa nossa vida efêmera. Evidentemente, esse saber não modifica o limite temporal de nossa vida, contudo livra-nos do desejo de sermos imortais, pois para quem ficou ciente de que nada de terrível existe na ausência da vida, nenhum terror pode haver no viver. Mas se alguém argumentar que não teme a morte por causa da pena que ela trará quando vier, mas sim porque o simples fato de sua vinda já lhe é doloroso, é um tolo; pois é doidice que algo que não nos cause receio quando acontecer, possa-nos trazer pena, durante a espera, pelo fato de ser esperado!" (Epicuro, Carta a Meneceu, Martin Claret, 2008, p. 38)

religião/ideologia, desligando-as da natureza e da humanidade. Essa postura é uma contribuição importante para a concepção materialista, pois coloca em cena o sensível, o concreto, a natureza. As convenções sociais como justiça e amor passam a ser entendidas em sua relação com o concreto, questionando sua elaboração abstrata/religiosa. No entanto, esclarece Schulz (2009), ele próprio, Feuerbach, cristaliza aqueles predicados, embora fundados em coisa diversa, na humanidade. Para Feuerbach o amor existe e é natural, ele quase prescinde à humanidade. Isso significa que embora critique a postura religiosa e a idealista, não consegue desvencilhar-se das noções essencialistas/absolutas, portanto, subjetivas. Marx irá criticar exatamente essa subjetividade, essa visão essencialista da concepção feuerbachiana, a qual chama de “contemplativa”. Para Marx os valores sociais são construídos e praticados na medida em que as relações sociais se estabelecem. Eles não possuem uma essência absoluta, cristalizada. Essa constatação de que as coisas sociais se constroem na medida em que as relações sociais acontecem dá à concepção materialista de Marx uma âncora nas relações sociais históricas, concretas. Percebe, a partir daí, que aquilo que se apresenta como concreto, ou essencial ao indivíduo, não está vinculado necessariamente ao real, ou às relações sociais materiais, embora assim sejam percebidas. A “aparência” não está ligada necessariamente ao concreto. Tal constatação é central para elaboração de sua teoria do valor, culminando em sua obra O Capital.

O debate materialista, portanto, pretende explicar as coisas terrenas por meio também do que é sensível, mas não apenas através de puras abstrações. Muito embora reconheça tais abstrações como partes do processo de construção do conhecimento – o próprio conceito é uma categoria abstrata –, o sensível é que o fundamenta, sendo a abstração consequência deste, e não o revés. Assim, ao contrário das concepções idealistas, o materialismo não afasta a natureza nem tenta domesticá-la. Busca sim uma concepção que envolva as relações entre os homens e também deles com a natureza, eliminando a alienação do ser humano e da natureza. A defesa do materialismo contra a alienação, conclui Foster (2005), perpassa inicialmente a luta contra qualquer concepção essencialista (teleológica ou teológica) das coisas.

A construção da sociedade moderna evidencia essa luta, pois seu desenvolvimento apoia-se na transformação das explicações teológicas em explicações científicas. A visão teológica foi predominante até o século XIX, quando a ciência renascentista/iluminista, baseada em

grande parte no materialismo epicurista²², trouxe novas explicações sobre o mundo. A partir dessas novas visões de mundo se desenvolveram outras versões sobre os eventos terrenos:

"a terra foi desalojada do centro do universo; descobriu-se que o tempo e o espaço eram infinitos (e até que a história da terra estava atrelada ao "profundo abismo" do tempo); e por fim, demonstrou-se que os seres humanos compartilhavam com os macacos de uma ancestralidade comum, originando-se de um galho da mesma árvore evolucionária. (...) A cada passo dado pelo materialismo, Deus era desalojado do universo material" (FOSTER, 2005, p. 28).

Essa transformação representou uma virada histórica na forma de pensar o mundo e as relações sociais, que passaram a ser explicadas com base na "razão" e na "ciência", culminando em uma nova configuração social, agora centrada no desenvolvimento técnico e produtivo, o sistema capitalista.

Tem-se nesse momento uma vitória do materialismo sobre a religião. No entanto, a modernidade adquiriu uma nova versão metafísica das coisas. Deus, na modernidade, foi substituído por outro "ente", o capital. O apriorismo e o teleologismo (tipos de essencialismos) agora perpassam a ideologia capitalista, reproduzindo uma noção de que todo o desenvolvimento social alcançado até o momento é fruto – e somente – de seu funcionamento e que o desenvolvimento subsequente da história da humanidade (o futuro) já está definido em termos de "desenvolvimento técnico e produtivo" ilimitado. Marx explicita o impacto destrutivo da relação humanidade-natureza instituída por esse novo sistema, demonstrando que as relações de produção capitalistas fazem alienar o ser humano de si, da sociedade e também da natureza. Para Marx humanidade e natureza não podem ser entendidos separadamente, estão envolvidos, ambos, no mesmo processo de produção social. O conceito desenvolvido por Marx de metabolismo aponta para o processo de trabalho (relações sociais, portanto) enquanto um "processo harmônico entre o homem e a natureza" (FOSTER, 2005, p. 201) e que a "falha metabólica", o desligamento da sociedade e da natureza, é fruto do processo de produção capitalista, inicialmente pela separação entre campo e cidade (FOSTER, 2005, p. 201). Essa teoria

22 Epicuro foi tema da tese de doutoramento de Marx. Daí sua influência à formação do materialismo de Marx.

preconiza que o sistema de produção capitalista incentiva o crescimento das cidades e diminui a concentração populacional no campo. Essa disparidade resulta numa “falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social (...). A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza - o solo e o trabalhador” (FOSTER, 2005, p. 220). Para Foster (2005) o conceito de “metabolismo” é o que melhor traduz a inter-relação ser humano-natureza, e o faz através da análise da realização do trabalho (FOSTER, 2005, p. 221). Ele (o conceito de metabolismo) é utilizado para descrever:

“Tanto a real interação metabólica entre a natureza e sociedade através do trabalho humano (...) quanto, num sentido mais amplo (...), para descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo” (FOSTER, 2005, p. 222).

A partir dessa perspectiva Foster (2005) aponta que é necessário explicar não como se dá a interação entre natureza e sociedade, mas como se forma a percepção de que o ser humano não é natureza, de que dela está dissociado. Partimos do pressuposto de que a forma por meio da qual essa separação ocorre é o processo de produção da mercadoria.

3.3.1. Um novo ente: o valor

Como vimos, os debates nacionais e internacionais envolvendo a temática ambiental tratam-na como um problema de gestão/racionalização da produção. O questionamento sobre o modo de produção está fundado na possibilidade de escassez de recursos e as alternativas apresentadas giram entorno de racionalizar os recursos, o que significa repensar as técnicas de produção. O objetivo apresentado nos discursos institucionais sobre o tema é diminuir a emissão de poluentes. Essas alternativas, no entanto, trazem “custos” à produção e, por consequência, redução de lucros – o contrário do objetivo geral do sistema de produção capitalista. Constata-se, então, uma contradição nos termos. Para sair do impasse os incentivos para adesão às preocupações ambientais perpassam a criação de novos arranjos financeiros, monetários (virtualizados), tais como certificações e abatimentos fiscais, ou ativos, relacionados à percentuais correspondentes à cotas de poluição. Em outras palavras, temos a criação de novas mercadorias. A

problemática ambiental torna-se, em última instância, mercadoria e como tal esconde, ou aliena, as relações sociais envolvidas em sua formação. Como se processa esse movimento de alienação?

Perguntamos de que maneira essas questões são incorporadas ao processo produtivo e, ao mesmo tempo, por que não são polemizadas? A questão levantada por Foster (2005), de que devemos buscar entender não como se dá a relação ser humano/natureza, mas sim como elas foram dissociadas, é fundamental para traçarmos possibilidades reais de atuação social e ambiental. Segundo Foster (2005) a luta pelo meio ambiente é, indissociadamente, a luta pelos seres-humanos. Em outros termos, a alienação do ser humano é também a alienação da natureza. Andrioli (2007) expressa essa dupla exploração argumentando que “a continuidade do modo de produção capitalista, orientado, prioritariamente, pela maximização dos lucros, conduz, tendencialmente, a uma crescente exploração, alienação e expropriação da força de trabalho, por um lado, e, por outro, à deterioração da base de produção econômica, da fonte da riqueza, ou seja, da natureza” (ANDRIOLI, 2007, p. 01).

A importância da teoria do valor de Marx nesse trabalho, assim como para autores como Altvater (2007), Burkett (2007), Foladori (2000) e Foster (2005) está na sua compreensão do processo de produção capitalista, o que contribui para melhor entender como a ideia de sustentabilidade é incorporada a esse processo e explicar sua forma de valor – preço. Apesar de ser acusada de economicista, a teoria do valor de Marx nos permite analisar variáveis quantitativas (a valoração em si, ou o valor-de-troca) e qualitativas (que envolve a discussão sobre as necessidades humanas, ou valor-de-uso).

3.3.2. A formação do valor

A clássica teoria da formação do valor de Karl Marx é fundamental para compreender como os valores das mercadorias, embora pareçam abstratos, não o são. Pelo contrário, são socialmente construídos e reproduzidos.

Marx (1996) inicia a apresentação de sua teoria pela análise da mercadoria, pois pressupõe que o acúmulo de riqueza é a força motriz da sociedade capitalista e que a mercadoria é a forma concreta assumida por ela. A mercadoria é um objeto exterior ao indivíduo, uma “coisa” que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Posto isso, é necessário compreender que para Marx essa “coisa

qualquer” – a mercadoria – pode ser concebida sob o duplo aspecto da quantidade e da qualidade – “a diversidade destas medidas decorre, em parte, da natureza diversa dos objetos a medir, em parte, de convenção” (sic. MARX, 1996, p. 165). Sendo, portanto, a medida das coisas historicamente datadas e socialmente construídas.

Tendo em vista estas duas possibilidades de medida das “coisas” Marx (1996) demonstra que o valor atribuído a uma mercadoria é composto em primeiro lugar pelo seu valor de uso. O “valor de uso” representa uma medida qualitativa: a medida qualitativa relacionada à utilidade inerente a coisa/objeto de suprir uma necessidade. Esse valor qualitativo não pode ser diretamente comparado a qualquer outra qualidade de outro objeto qualquer. Por isso uma valoração quantitativa se faz necessária para conferir a um objeto a possibilidade da troca²³. Dessa necessidade surge o segundo aspecto da formação do valor: o “valor de troca”. O “valor de troca [...] surge, de início, como uma relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, relação que muda constantemente no tempo e no lugar” (MARX, 1996, p. 166). Na troca o “valor de uso” de um objeto perde sua peculiaridade e passa a valer tanto quanto outro objeto qualquer, desde que se encontre a proporção adequada. Para alcançar essa “proporção adequada” é necessário encontrar um denominador comum sob o qual qualquer objeto possa ser reduzido. No sistema capitalista de produção esse denominador comum corresponde ao trabalho humano abstrato, que por sua vez só pode ser medido em quantidade de “tempo de trabalho socialmente necessário”, ou o trabalho social, ao qual corresponderá um valor em moeda [correspondente universal], o preço (MARX, 1996).

O preço por sua vez é traduzido por um símbolo, o dinheiro. Conforme expressa Altvater:

“O dinheiro é introduzido como mediador entre o produtor e o homem com necessidades. O dinheiro é o vínculo entre o trabalhador e as necessidades individuais [...]. O trabalho tem um duplo caráter, produz valores de uso, que satisfazem as necessidades de outros, e produz valor (de troca). [ou seja,] [...] O trabalho social, não está somente determinado por sua capacidade

23 É importante destacar que os conceitos de “valor” e “troca” são bastante problematizados pelas ciências sociais, mediante as cargas de subjetividade neles incutidas, conforme explicitados por Weber – “A objetividade do Conhecimento”. No entanto, a forma como aqui são empregados remonta aos conceitos marxianos.

de produzir valores de troca, mas sim também deve produzir valores de uso, isto é, produtos que satisfaçam necessidades sociais.” (Altvater, 2007, p. 5) 24.

Essa relação do valor de uso com o valor de troca, portanto, fica cristalizada na forma do valor. Evaporam-se todas as relações e convenções socialmente estabelecidas e evidencia-se apenas um número, uma abstração, o valor. A transmutação proporcionada pelo dinheiro, do valor de uso das *coisas* em valor de troca, esconde as relações sociais implicadas nesse processo. A esse “evento” Marx chama “fetiche”. Esse distanciamento entre a qualidade e a quantidade é o que desorienta uma apreensão das relações sociais concretas: “a mensagem [de Marx] é muito clara: não é fácil entender as relações sociais entre os homens e entre os homens e a natureza, porque requer um trabalho intelectual para superar o fetichismo inerente a tais relações” (ALTVATER, 2007, p. 06). Ou seja, para compreender a incorporação da variável ambiental à sociedade contemporânea tem-se que recorrer às análises de sua inserção estrutural na vida social, como por exemplo, em termos de valor agregado, aqui denominado *valor verde*.

Interessa-nos, em particular, da reflexão sobre as duas formas de valor implícitas na mercadoria, a constatação de que como “valores-de-uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade como valores de troca, só podem ser de quantidade diferente” (MARX, 1996, p. 167). Essa distinção é de suma importância para compreender a incorporação do valor “verde” às mercadorias na sociedade atual, marcada pela expectativa ambiental, uma vez que a questão ambiental pode ser interpretada tanto como valor de uso (valor qualitativo, cultural) quanto como de troca (quantitativo, econômico).

Temos então duas concepções de valor fundamentalmente opostas, ambas constituintes do preço das mercadorias. Ao estudar o “valor” – mesmo no sentido econômico do termo, que poderia levar a uma análise meramente quantitativa – Marx elucida a importância da variável qualitativa, fundamentalmente subjetiva (entendendo a subjetividade como uma relação do indivíduo e seu meio) do preço que, em geral, não é percebida. A construção do “valor de uso”, para análise do valor agregado pelas preocupações ambientais nos ajuda a perceber como a temática ambiental é também fragmentada, estando de um lado a ideia de finitude dos recursos naturais e suas possíveis consequências

24 O artigo, versão online, não possui numeração de páginas. A identificação de página ficou a critério da autora para facilitar a localização das referências para os leitores.

nocivas, essa qualidade formando um valor de uso e, de outro, os procedimentos realizados para lidar com essa qualidade, que é a forma como essa qualidade é absorvida pelo processo de produção, as mercadorias verdes, determinando seu valor de troca. Obedecendo a essa lógica, ocorre que da mesma forma que o valor-de-uso nos é alienado na vida cotidiana, também a qualidade/necessidade da preocupação ambiental nos é estranha, como em qualquer outra mercadoria.

3.3.3. *Da necessidade*

Conforme exposto por Marx (1996) na formação do valor, o que fundamenta o valor, preço, de uma mercadoria é a sua qualidade. Mas a construção das qualidades, ou valor-de-uso, está diretamente relacionada com sua capacidade de corresponder às necessidades dos indivíduos. As necessidades, por sua vez, são construídas socialmente, o que significa dizer que na medida em que o sistema de produção avança também as necessidades dos homens se complexificam. Além disso, “os seres humanos têm que satisfazer suas necessidades e o fazem de maneira social, de forma tal que as necessidades de uns são satisfeitas pelo trabalho de outros (...). O conceito de necessidade é uma categoria central no pensamento marxista que assinala o caráter mútuo das atividades de produção e consumo do homem em uma sociedade determinada” (ALTVATER, 2007, p. 04).

A formação da necessidade está diretamente ligada à compreensão das várias influências sociais ou individuais, estruturais ou intencionais que compõem processo de desenvolvimento sócio cultural, ou seja, a construção da necessidade é um fenômeno social material e historicamente construído. Explica Postone (2006) que a necessidade é “não estática, mas antes um resultado da dialética do valor e do valor de uso, possuindo uma dinâmica imanente (...)” (POSTONE, 2006, p. 13). Portanto, a categoria necessidade é uma variável importante para compreender o fenômeno do “valor verde”, e seu processo de incorporação ao processo de produção.

Esse processo de esquecer, ou não pensar sobre a construção das necessidades também é explicado pelo fetiche. O processo de fetichização do valor de uso nos leva a perceber o valor verde apenas como valor²⁵. Nesse processo:

25 Na forma de taxas, recompensas ou novas mercadorias.

“o concreto torna-se um simples portador do abstracto. O concreto só tem existência social na medida em que serve ao abstracto para que este dê a si mesmo uma expressão sensível, a mercadoria. E se a mercadoria é a “célula germinal” de todo o capitalismo, isso significa que a contradição entre o abstracto e o concreto nela contida regressa em cada estágio da análise, constituindo de algum modo a *contradição fundamental* da formação social capitalista” (JAPPE, 2006, p. 36-37).

Embora o valor esteja fundado nas relações sociais, que por sua vez geram necessidades, o que temos é aquela inversão metafísica em nome de algo abstrato, o capital. Dessa maneira, ainda que sejamos bombardeados diariamente com propagandas, notícias ou mercadorias ambientais, uma discussão real sobre sustentabilidade e processo produtivo (quanto e como produzir) está cada vez mais distante. Para superarmos a crise ambiental, precisamos superar a crise social, fundada numa concepção metafísica, individualista de ser humano, onde este nada mais é do que um trabalhador subjugado à acumulação de algo que concretamente não existe, ou não existe *per se*, o capital.

3.4. *Síntese do Enfoque analítico*

O enfoque marxiano, conforme sistematizado por Foster (2005) possibilita um enfoque crítico e coerente com o objetivo e visão da autora. Essa abordagem permite entender a problemática ambiental não como algo separado das relações sociais, mas como parte integrante da maneira como os homens se relacionam. Ou seja, não se entende a natureza como o “em torno” das relações sociais humanas, mas como dialeticamente intrínseca a elas. Conforme rememorado por Foster: “O homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu corpo e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza, significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem é dela parte.” (Karl Marx, Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844, in. Foster, 1999, p. 165). Portanto, para entender a problemática ambiental deve-se correlacioná-la com as relações sociais estabelecidas - incluídas as econômicas e políticas.

Nossa análise busca o método materialista histórico dialético, entendido como um método que preconiza a análise a partir de dados

materiais, das relações concretas estabelecidas pelos atores, e que leva em consideração a formação histórica daquelas relações, percebendo a relação recíproca da múltipla interferência dos diferentes atores entre si e das estruturas sociais que os envolvem. Esse método será a lente através da qual percebemos problema de análise.

A teoria do valor será importante principalmente na construção e manejo da categoria de análise de valor verde relacionando-a com outras categorias como a de necessidade e de relação humanidade/natureza.

A razão que costuma ser mal-interpretada pelos críticos do conceito marxista de natureza é a seguinte: a natureza é maravilhosamente produtiva, a evolução das espécies na história do planeta e sua tremenda diversidade e variedade demonstram isso. Mas a natureza não produz mercadorias para vender no mercado. Não há mercado na natureza. O mercado é uma construção social e econômica. O mais formoso dos pássaros ou uma velha árvore em uma selva tropical ou o ferro em uma mina não são mercadorias; somente se convertem em mercadorias por meio de um processo de valorização (*Inwertsetzung*; *mise-en-valeur*). **É o trabalho o que obtém a metamorfose da natureza em mercadoria [grifo nosso].** (Altvater, 2007, p.7).

A categoria “necessidade”, conforme veremos no decorrer dos capítulos é central para compreendermos a adesão dos agricultores familiares ao Programa de Fomento Florestal. Veremos que a adesão à programas dessa magnitude torna-se fundamental para o agricultor, mediante o processo de modernização agrícola, que hoje atende pelo nome de agroindústria, sendo a única forma de manutenção e reprodução no campo. Nesse processo de “modernização” – fundado no desenvolvimento industrial de produção –, as relações com a natureza centram-se no debate em torno da legislação ambiental, deixando de lado todas as demais relações do ser humano com a natureza. Deixa de lado, por exemplo, o processo de descaracterização da produção agrícola e uma reconfiguração exclusivamente industrial que agrava a cada dia os problemas sociais enfrentados no campo e na cidade. Deixa de lado também questões históricas do processo de desenvolvimento do país como a questão agrária, para dedicar-se apenas à implantação de indústrias mais eficientes.

Os debates dominantes sobre sustentabilidade colocam a relação entre ser humano e natureza como questão central a ser resolvida. No entanto, como vimos, o processo capitalista de produção segrega, aliena o ser humano de suas relações com outros seres humanos e também com a natureza. A forma como o faz é pelo fetiche da mercadoria, onde aparece na forma abstrata de preço, escamoteando as relações concretas da transformação da natureza pelo trabalho.

Embora nossa perspectiva seja materialista histórica, acreditamos que algumas noções trazidas pelo ecodesenvolvimento, principalmente as noções de complexidade e sistema, e pelo ecomarxismo, a concepção de racionalidade ambiental são bastante ricas. Isso porque corroboram a ideia de que a “questão ambiental” extrapola a visão naturalizada da simples “gestão de recursos”. De que a “questão ambiental” para ser efetivamente tratada deve ir além da criação de taxas de poluição. A “racionalidade ambiental”, sistematizada por Leff (2002) evidencia as relações políticas envolvidas nesse processo de debates e ações ambientais.

O ecodesenvolvimento, segundo Sachs (2007), é mais do que uma abordagem teórica sobre o tema, se pretende também operacional, e por isso esforça-se por aglutinar, de forma reflexiva, informações que possam contribuir para construção de projetos efetivos de desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, mobiliza esforços concretos na realização de projetos de desenvolvimento sustentável, baseados em estudos empíricos de viabilidade técnica – incluindo-se a preocupação social. A metodologia proposta parte da elaboração da captação de informações relativas tanto às necessidades quanto às potencialidades locais e é obtida através de diagnósticos participativos seguidos de avaliação de impactos socioambientais. Essa avaliação consiste em “identificar, prever, analisar e comunicar informações relevantes sobre a saúde e qualidade de vida das populações, impactos esses gerados por projetos, programas e políticas de desenvolvimento regional e urbano” (SACHS, 2007, p. 66). O objetivo dessa metodologia de diagnóstico e análise é servir como instrumento para tomadas de decisão, para auxiliar na construção de planos e projetos, ou para negociação e gestão socioambiental (SACHS, 2007, p. 66). Consiste, portanto, num procedimento de análise em profundidade de problemas estruturais locais para viabilizar programas de desenvolvimento *de baixo para cima*.

Nessa dissertação a colaboração do ecodesenvolvimento será no sentido de nos fornecer subsídios para elaboração de diagnóstico e

análise dos dados empíricos, ou seja, fornecer aporte metodológico para elaboração do diagnóstico socioambiental do Programa Matas Legais. Cabe destacar, conforme Vieira (2006), que o ecodesenvolvimento não se pretende uma corrente fechada – no sentido de não permitir interação com novas abordagens. Essa perspectiva é também reflexiva e autocrítica, o que possibilita o diálogo com outras correntes teóricas.

A contribuição trazida pelo ecomarxismo é sua caracterização da crise da racionalidade produtiva. Enrique Leff (2002) expressa de forma relativamente fácil – apesar de se tratar de um assunto de extrema complexidade – a contradição da racionalidade produtiva capitalista e demonstra sua relação direta com a crise ambiental. As categorias “racionalidade produtiva” e “racionalidade sócio ambiental” serão utilizadas para captação e análise dos dados, na construção dos argumentos em torno da formação do valor verde. A contradição entre o discurso ambiental e o processo produtivo fica evidente na nossa análise da produção da madeira para papel e celulose.

CAPÍTULO II – O SETOR FLORESTAL E AS ONGS

1. Introdução

Conforme proposto no primeiro capítulo a temática ambiental está bastante presente na sociedade atual e o principal ponto sendo tratado é a contradição entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. Neste capítulo e nos próximos, apresentamos os resultados da pesquisa e análise do Programa Matas Legais (PML), de incentivo ao plantio de florestas²⁶ de árvores exóticas (eucalipto e pinus), que propõe ações ecologicamente corretas, tendo por objetivo a sustentabilidade ambiental.

Analizamos como se dá objetivamente essa relação entre desenvolvimento e meio ambiente e suas contradições inerentes, baseada na inconsistência de planos de sustentabilidade ambiental inspirados no consumo ilimitado, próprio da noção moderna de desenvolvimento/crescimento econômico. Procuramos apreender a forma como se processam as ações e discursos em torno dessa contradição.

Constatamos inicialmente que o PML não é uma ação limitada apenas aos atores proponentes – Klabin e APREMAVI – mas que é resultado de uma configuração macrossocial que permitiu a confluência do setor empresarial e do terceiro setor. Configuração essa que envolve questões não só econômicas, também sociais, já que não podem ser entendidas separadamente. A formulação do PML acontece pela articulação de duas instituições não governamentais, uma privada e uma ONG, mas que também se articulam com instituições governamentais para potencializar suas ações. Embora os resultados econômicos tenham se mostrado eficientes, a observância dos resultados sociais, regionais e locais, por estas instituições, tem ficado em segundo plano. As consequências para os agricultores rurais e a influência que os projetos implantados de forma vertical têm sobre a sociabilidade rural e sobre a

26 O termo “florestas plantadas” ou “reflorestamento” não é o termo mais adequado para a atividade descrita. O termo mais adequado é o termo “silvicultura”, o qual se refere às atividades do plantio de madeira para fins industriais/comerciais. O termo “reflorestamento” é utilizado para referir a atividade de recomposição de árvores nativas em um dado bioma. Apesar disso, os termos “florestas plantadas” e “reflorestamento” são os utilizados pelo programa e pelas associações do setor silvícola. Assim, para evitar desentendimentos na apresentação dos dados, utilizamos os termos usados pelo Programa.

natureza são esquecidas em nome do “desenvolvimento” e do “ecologicamente correto”. Perpassa a ideia de que só existe uma forma de desenvolvimento econômico, a do investimento em produção massiva, com tecnologias cada vez mais avançadas e que os demais problemas, ambientais e sociais, se arranjam por si só quando o que percebemos nas relações objetivas é a insustentabilidade não só ambiental, mas econômica, social e cultural do processo em curso.

Observamos a influência desse processo de desenvolvimento, com base no PML, no cotidiano dos agricultores rurais do Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina. Para esses agricultores a crescente demanda por madeira no mercado e a decrescente procura por alimentos estão dentre os principais motivos para a adesão dos produtores ao programa de reflorestamento. Percebemos nesse processo que a cultura do agricultor familiar, tradicionalmente ligada íntima e indissociavelmente com a terra e com aquilo que produz, tem sido substituída por uma cultura da busca pela seguridade econômica, independente do quê e de como se planta. O agricultor busca formas de sobrevivência no campo, configurando esse o cerne da sua cultura atual (SILVA, 2003). A produção de alimentos não é uma atividade economicamente segura mediante a crescente desvalorização desses produtos – influenciada pela modernização produtiva – e a fragilidade devido às inconstâncias climáticas. O conceito de cultura é bastante vasto e complexo, no entanto existe um consenso no fato de que a cultura não é algo estático, é algo que se produz e reproduz constantemente em resposta às experiências vivenciadas. Nosso desconforto não é causado pela dinamicidade da cultura numa dada sociedade, mas pelo modo como os agricultores familiares têm sido coagidos a desvincular-se dos pilares de sua cultura em nome do desenvolvimento, que se sabe, nada sustentável.

Neste capítulo apresentamos inicialmente uma contextualização dos atores pilares do programa, o setor florestal e o terceiro setor²⁷ (as ONGs) e a parceria entre eles. Nesse contexto incluímos a caracterização do movimento transnacional denominado Diálogo Florestal, formado em 1998 por empresas privadas do setor florestal e

²⁷ A concepção de “terceiro setor” aqui empregada refere-se ao conjunto de organizações que atuam na esfera pública, mas que não participam do aparelho burocrático do Estado nem do setor privado. Andion (2007) problematiza o termo “terceiro setor”, referindo a institucionalização da Organização Não Governamental sem Fins Lucrativos na constituição brasileira, lei 9.790, de 23 de março de 1999. Para a referida autora, embora a institucionalização tenha trazido muitos avanços, apresenta ainda muitas interrogações, pois coloca numa mesma categoria uma variedade de organizações com características, por vezes, muito distintas. Ver também sobre o assunto, LANDIM (2002) e Da PAZ (2005).

ONGs ambientalistas, com o intuito de elucidar o alcance mundial da articulação entre estes setores e a importância de tal tendência para o PML. Nos capítulos subsequentes apresentamos os resultados de nossa pesquisa de campo. A partir da análise do PML verificamos que os atores envolvidos não se resumem a APREMAVI e Klabin. O papel das instituições governamentais e dos agricultores rurais nesse processo é fundamental. No entanto são atores, por vezes, negligenciados nas apresentações institucionais do Programa. Veremos que em termos de desenvolvimento e de sustentabilidade ambiental estes têm um peso tão importante quanto os primeiros. Ressaltamos que por se tratar de relações sociais de produção não pretendemos destacar um ou outro autor chave, pois, entendemos que no processo de produção todos os atores participam ativamente de sua construção, embora cada um apresente peculiaridades atinentes a cada setor.

2. Precedentes: o setor florestal e as ONGs

Antes de analisar o PML apresentamos, para seu melhor entendimento, a caracterização de alguns temas importantes. Desta maneira acreditamos facilitar a exposição das análises bem como a compreensão das questões envolvidas. Iniciamos com uma caracterização do setor florestal e com a apresentação de algumas variáveis importantes para entender a adesão da empresa Klabin a uma política de sustentabilidade ambiental e conseqüentemente, o contexto que levou a elaboração do PML; mostramos que a produção da madeira envolve uma rede de relações bastante vasta e complexa, assim como na produção de qualquer mercadoria. Em seguida apresentamos alguns aspectos relacionados à atuação das ONGs ambientalistas nas últimas décadas, para compreender sua aproximação ao setor empresarial. Por fim apresentamos o Diálogo Florestal, fórum articulado por empresas do ramo florestal e ONGs ambientalistas para implantação de programas conjuntos. Essa caracterização visa destacar a articulação entre os setores e a complexa cadeia produtiva envolvida na produção da mercadoria verde.

2.1. O setor florestal

O consumo de papel vem aumentando nas últimas décadas e com ele a demanda por celulose. Com base nos dados apresentados no anuário estatístico da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), verifica-se que o consumo aparente²⁸ de papéis teve um aumento de 45,5% em 2008 com relação a 2001 e o crescimento do consumo *per capita* de 18,7% no mesmo período. A demanda crescente faz aumentar também a produção, o que pode ser verificado nos dados históricos da produção de papéis. O crescimento da produção de papel praticamente dobrou nos últimos 20 anos (99,5%) e obteve um crescimento de 26,5% de 2001 para 2008 (BRACELPA, 2010, p. 24); acompanhado pelo da produção de celulose, cerca de 70% no referido período. Com esse crescimento o Brasil subiu de sexto para quarto maior produtor mundial de celulose em 2008 e de décimo segundo para décimo primeiro maior produtor mundial de papel (BRACELPA, 2010, p. 3). Os Estados brasileiros com maior capacidade produtiva de papéis são São Paulo, Paraná e Santa Catarina, respectivamente. Os três Estados possuem uma capacidade produtiva de 8.955.402 de toneladas de papel por ano, o que corresponde a 81,8% da capacidade produtiva nacional (BRACELPA, 2010, p. 23). Em Santa Catarina a indústria de papel e celulose é composta por 33 empresas localizadas principalmente na região central, em especial região Serrana e Vale do Itajaí (ANEXO A).

A empresa Klabin SA, maior produtora de papéis segundo a BRACELPA, responsável por 11,7% da produção nacional, atua exatamente nesses três Estados, com implantação de fábricas de papel e celulose e florestas plantadas.

Antes de contextualizar a produção de florestas plantadas, foco de nosso estudo, cabe caracterizar a Cadeia Produtiva de Papel e Celulose, para demonstrar a íntima relação entre o consumo do papel e a produção florestal. Essa caracterização facilitará a apresentação do PML, pois esclarece as etapas formadoras do processo produtivo pesquisado.

²⁸ O consumo aparente, segundo informações da ABRAF (2010) é uma medida utilizada para mensurar a quantidade consumida de um produto. É medido pela soma da quantidade produzida, da quantidade importada e do estoque do produto, subtraindo a quantidade exportada (Consumo Aparente = Produção + Importação + Estoque - Exportação).

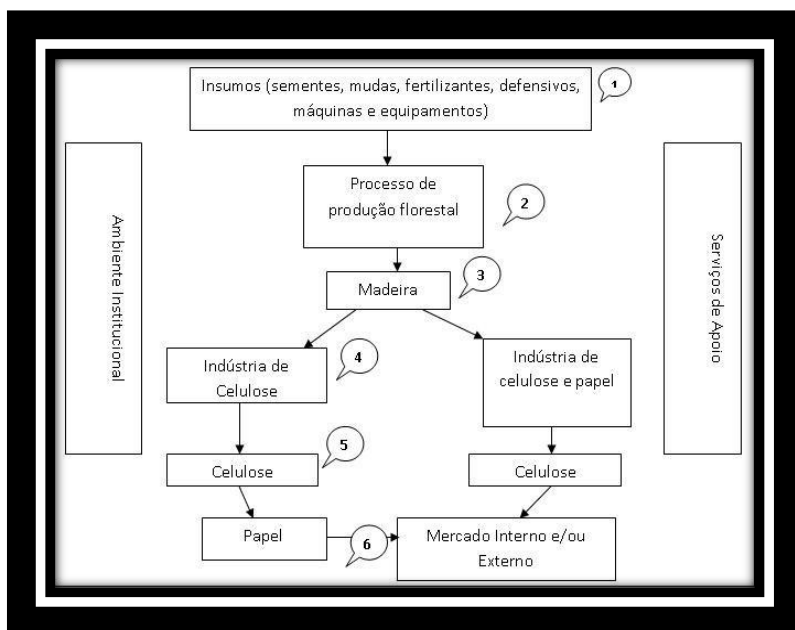
2.1.1. A cadeia produtiva do papel e celulose

De acordo com Polzl et al (2003, p. 128), a cadeia produtiva da madeira é caracterizada pelas atividades envolvidas na produção, desde o plantio até à transformação da madeira. Explicam que a cadeia produtiva da madeira é dividida basicamente em três áreas: a cadeia produtiva da madeira industrial, envolvendo papel, painéis de alta densidade, aglomerados, *Medium Density Fibreboard* – MDF e *Oriented Strand Board* - OSB; a cadeia produtiva da madeira para energia, especialmente lenha e carvão e, a cadeia produtiva do processamento mecânico, com a produção de serrados, compensados e laminados. Interessa-nos especialmente a cadeia produtiva da madeira industrial, a qual envolve o processamento da celulose e do papel.

A produção da celulose, matéria-prima para o papel, é feita a partir de fibras vegetais, que podem ser obtidas a partir do sisal, do linho, do algodão ou do bambu. No entanto, a matéria prima mais utilizada para esse fim é a madeira de eucalipto e de pinus, devido a sua maior qualidade e produtividade (SOARES ET AL, 2010, p.4). Nesse processo de formação da celulose são necessárias ainda a utilização de máquinas, produtos químicos (como soda líquida ou licor branco, licor preto, alvejantes, oxigênio e dióxido de cloro), água e energia.

Obtida a celulose é possível produzir papéis para diversos fins: impressão, cadernos, revistas, absorvente íntimo, papel higiênico, guardanapo, fralda descartável, viscose, tencel (roupas), papel celofane, filamento (pneu), acetato (filmes), ésteres (tintas), cápsulas para medicamentos, espessantes para alimentos e componentes eletrônicos (SOARES ET AL, 2010). Mas o processo de produção do papel envolve uma série de outros produtos e serviços complementares. Para visualizar os componentes envolvidos na cadeia produtiva do papel e celulose utilizamos o quadro descritivo baseado no quadro apresentado por Soares et al (2010):

Quadro 1: Cadeia produtiva da celulose e do papel



Fonte: Quadro baseado em SOARES ET AL, 2010, p. 4.

No quadro podemos visualizar a fase 1, “produção de insumos” para o plantio da madeira. Nessa fase inclui-se a produção de mudas, fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos destinados ao preparo para o plantio. Já nessa primeira etapa envolvem-se inúmeros outros processos e mercados. A produção de mudas, por exemplo, envolve um alto investimento em tecnologias de melhoramento genético, muitas vezes desenvolvido pelas próprias empresas para seus plantios. Fase 2, o “processo de produção florestal”, o plantio propriamente dito, envolve os cuidados com o controle de pragas e as podas das plantas para que cresçam com mais ou menos vigor. Essa fase envolve também a indústria de defensivos agrícolas, para controle de pragas e adubação. Para nosso estudo um componente importante dessas fases iniciais da produção é a aquisição de terras onde serão plantadas as florestas. Essa observação é importante principalmente se considerarmos a quantidade

de florestas plantadas no sistema de terceirização²⁹ no Brasil, e também pela importância dada pela Klabin em atingir a meta de 20% de florestas plantadas nesse sistema (KLABIN, 2009).

A fase 3 é a da obtenção da madeira em toras, que envolve o desbaste da “floresta”, que nos casos de plantio terceirizados pode ser de responsabilidade do agricultor ou da empresa. A fase 4 envolve o transporte das toras até as indústrias de beneficiamento – processo que traz encargos para as empresas. A Klabin, por exemplo, apenas realiza seus fomentos em propriedades que estejam localizadas a um raio de 150 km da fábrica, isso porque um raio maior exigiria maiores gastos com transporte (ANEXO B).

Depois de chegadas às fábricas, por meio de processos químicos, é obtida a celulose, fase 5, que pode ser transformada em papéis na mesma indústria, ou vendida para uma indústria especializada na fabricação de papéis, fase 6. Em seguida os produtos finais, papel e celulose, são comercializados no mercado, interno ou externo.

Soares et al (2010) incluem, ainda, na sua caracterização da cadeia produtiva do papel e celulose, a influência institucional e daquilo que chamam serviços de apoio. A influência institucional diz respeito a regulamentação institucional feita especialmente por meio da Constituição Federal Brasileira de 1988, pelo Código Florestal (Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965), pelos decretos (como por exemplo, o Decreto no. 750, de 10 de fevereiro de 1993), medidas provisórias (como a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001), resoluções, portarias, instruções normativas e recomendações do CONAMA e do IBAMA, entre outros instrumentos (SOARES ET AL, 2010, p. 4). Podemos incluir também os encargos sociais, econômicos e ambientais que influenciam os procedimentos adotados pelas empresas (como os gastos para adequação à legislação trabalhista e ambiental).

A influência das organizações governamentais e não governamentais (ONGs) e do sistema financeiro também estão presentes no processo de formação de demandas e estratégias de produção, como veremos no decorrer do texto. Essa informação é importante, pois enfatiza a influência que o debate ambiental tem frente às estratégias produtivas, da madeira especialmente. Podemos verificar essa tendência no discurso institucional da empresa Klabin, a qual evidencia suas ações

29 A terceirização da produção silvícola corresponde ao contrato de fomento florestal, em que a empresa financia o plantio para o agricultor rural que se compromete em pagar o financiamento com os recursos gerados pelo plantio, ou em toras. Discutiremos esse mecanismo no capítulo 3.

realizadas no âmbito da sustentabilidade ambiental no processo da produção de suas mercadorias, destacando, por exemplo, o Programa Matas Legais. Outro exemplo é o destaque à certificação ambiental. A empresa possui certificação ambiental das certificadoras FSC – *Forest Stewardship Council* desde 1998 e da ISO pela Instrução Normativa 14001 (Klabin, 2009, p. 4). O primeiro exemplo está relacionado com a atuação de ONGs ambientalistas, o segundo com o sistema financeiro, pois o mercado internacional de madeira exige tal certificação.

2.1.2. Produção e consumo florestal

Segundo Carvalho et. al. (2005) o Brasil apresenta alto potencial competitivo no mercado florestal, obtendo um *superávit* acumulado de 21% no saldo da balança comercial de 1999 a 2008 (BRACELPA, 2009). Esse quadro de prosperidade é motivado pelas vantagens à produção da matéria-prima no país, proporcionada principalmente pelo clima favorável para o plantio de pinus e de eucalipto. No ano de 2008 19% da produção nacional de papéis foi comercializado no mercado externo.

O anuário estatístico da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) de 2010 aponta que o ano de 2009 apresentou um crescimento modesto devido à crise financeira mundial de 2008³⁰. Ainda assim o plantio de florestas de pinus e eucalipto apresentou crescimento de 2,5% em relação a 2008. Este crescimento é considerado baixo, pois a média de crescimento neste setor no período de 2005 a 2008 foi de 5,5%. O cálculo do crescimento do plantio de florestas plantadas leva em consideração as duas espécies dominantes nesse processo, o eucalipto e o pinus. Ao analisar o crescimento de cada espécie individualmente verificamos que o crescimento não é homogêneo. O plantio de eucalipto teve aumento de 4,4% em relação a 2008 ao passo que o pinus obteve queda de 2,1% no mesmo período. A média desses dois plantios é que fornece o índice de 2,5% do crescimento total de florestas plantadas em 2009.

A desproporção no plantio do pinus e do eucalipto é explicada pelas vantagens trazidas pelo plantio do eucalipto nos últimos anos. Conforme explicado pela ABRAF (2010), a partir do desenvolvimento de novas tecnologias o cultivo do eucalipto apresenta crescimento mais

³⁰ Isso porque a produção de madeira está relacionada ao mercado madeireiro que obteve queda na demanda, principalmente as exportações voltadas para o mercado de construção civil, nos Estados Unidos (ABRAF, 2010, p. 22).

rápido, proporcionando maior produtividade. Outro fator que tem contribuído para o investimento no plantio de eucalipto é a expansão da demanda por parte das empresas que utilizam a celulose obtida do eucalipto. Carvalho *et. al.* (2005) explicam que o tipo de celulose obtida nas duas espécies apresenta características distintas, que permitem a produção de diferentes produtos. A celulose fornecida pelo pinus possui fibras longas, utilizadas na fabricação de tipos específicos de papéis como os de embalagem e caixa de papelão. Já o eucalipto fornece celulose de fibras curtas, cujas características são ideais para a fabricação de papéis para impressão, especiais e sanitários (CARVALHO *et. al.*, 2005, p. 508). Assim, com o aumento do mercado para produtos elaborados a partir do eucalipto e sua alta produtividade, as empresas de papel e celulose vem aumentando a produção do produto, inclusive, substituindo o plantio de pinus pelo eucalipto. A empresa Klabin tem restringido seu programa de fomento florestal apenas ao plantio de eucalipto e não mais de pinus, como tradicionalmente acontecia³¹. Em 2009 o total plantado de eucalipto ocupou 4.515.730 ha e o de pinus 1.794.720ha.

Santa Catarina, um dos principais produtores de papel no Brasil, tradicionalmente está entre os maiores produtores de pinus, embora também possua plantio de florestas de eucalipto. Em 2009 possuía 100.104 ha de florestas de eucalipto, ficando em décima posição entre os 14 maiores estados produtores nacionais. Já com relação ao pinus Santa Catarina é responsável pelo segundo maior plantio, com 550.850 ha produzidos, o que corresponde a 30,7% do total plantado no país (ABRAF, 2010). O total em áreas plantadas das duas espécies soma 6.310.450 ha no país, dos quais 650.990 ha, ou 10%, em Santa Catarina.

Considerando a área do território nacional (IBGE, 2010) de 8.514.876,599 km² e de Santa Catarina de 95.703,487 km², a área de florestas plantadas equivale a 0,74% do território nacional e 5,7% de Santa Catarina. Para dimensionar essa proporção usamos como referencial a área ocupada pelo Bioma Mata Atlântica³². Originalmente este correspondia a 15% do território nacional, situados em 17 Estados.

³¹ Esse processo vem gerando certos desconfortos nas regiões de atuação da empresa, principalmente na região Serrana do Estado de Santa Catarina. Isso porque, segundo agricultores entrevistados na pesquisa, a região não tem clima favorável ao plantio de eucalipto devido às baixas temperaturas, trazendo mais trabalho para o cultivo dessa espécie e maiores riscos para a produção.

³² Referencial importante, pois o Diálogo Florestal no Brasil tem como foco de trabalho as áreas remanescentes de Mata Atlântica. Do mesmo modo o foco de atuação da APREMAVI e do PML incide sobre esse bioma.

Atualmente apenas cerca de 10% da área original ainda existem, sendo 7,91% de remanescentes florestais, (ATLAS, 2009)³³. A área atual de remanescentes de Mata Atlântica corresponde a 1,4% do território nacional, ou seja, uma área não muito maior do que a de florestas plantadas (0,74%). O Estado de Santa Catarina, originalmente, está inteiramente inserido no Bioma Mata Atlântica, no entanto, atualmente permanecem preservados apenas 23,3% da área. Esse percentual contabiliza não só as florestas, mas também mangues e restingas. Se contabilizarmos apenas as florestas esse percentual cai para 22,4%. Esse índice pode parecer alto em comparação com os demais estados avaliados pelo Atlas do Reflorestamento, no entanto, Santa Catarina é o único inteiramente inserido no bioma, os 23% de remanescentes de Mata Atlântica, portanto, correspondem a 23% do território Estadual. Além disso, de acordo com o Atlas (2009), Santa Catarina é o segundo estado que mais perdeu remanescentes de Mata Atlânticas no período de 2005 a 2008, 25.953 ha.

Da produção total de florestas plantadas a maior parte da madeira é destinada à produção de papel e celulose, cerca de 70% da produção (ABRAF, 2010, p.34). Essa tendência, segundo a ABRAF (2010), ocorre em função das características da indústria de Celulose e Papel, a qual demanda uma maior extensão de plantios do que outros segmentos. Talvez devido a essa característica, de alta demanda de plantio, as empresas deste setor vêm crescentemente adotando a estratégia de terceirização da produção, através de arrendamentos e fomentos florestais. Segundo a ABRAF o crescimento médio do plantio das empresas associadas em 2009 foi de 2,5% com relação a 2008, o crescimento nesse período de florestas plantadas via terceirização foi de 15%, sendo o sistema de fomento florestal responsável por 3% dessa produção e o arrendamento por 12% (ABRAF, 2010, p. 35). Os estados com maior crescimento foram São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Santa Catarina obteve um crescimento de 2% no sistema de fomento florestal e 1% no de arrendamento (ABRAF, 2010, p.35) – dados referentes ao crescimento no ano de 2009 em comparação com 2008. Se observarmos os dados referentes ao período de 2005 a 2009, verifica-se que o crescimento anual de fomentos é de 15% e de

³³ Dados obtidos no Atlas dos Remanescentes Florestais de Mata Atlântica, 2009. Os dados apresentados são referentes a 10 dos 17 Estados originalmente pertencentes ao bioma e fornecem um esboço da situação nos 17 Estados, com base em outros estudos. Com isso percebemos que as alterações nos resultados obtidos em termos percentuais não são significativas. Devemos esclarecer também que o bioma Mata Atlântica não é formado exclusivamente por florestas, mas também vegetação de restinga e mangue.

arrendamento de 16%, assinalando uma tendência do setor em investir em sistemas de parcerias. O anuário estatístico da ABRAF (2010) aponta ainda que dentre os dois sistemas de terceirização, embora o de crescimento de arrendamentos seja mais alto, a área plantada em sistema de fomento é maior, 16,5% da área plantada é feita no sistema de fomento e 12,1% no de arrendamentos (ABRAF, 2010, p. 36).

2.2. Tendências corporativas – o mercado da conservação

Diante dos dados apresentados percebemos uma tendência em optar pelo plantio de eucalipto ao invés do de pinus. Isso porque, como vimos, a produção do eucalipto é mais eficiente, do ponto de vista econômico, do que a de pinus. Outra tendência verificada é a terceirização da produção florestal. Essa tendência pode ser explicada também pelos motivos da eficiência econômica. Com a terceirização a empresa fica isenta dos encargos sociais (obrigações trabalhistas) e ambientais (legislação ambiental) relacionados ao plantio. Observamos a meta da Klabin de atingir 20% de sua área de produção de florestas provenientes de “parceiros” fomentados, medida que confere às empresas garantia de certificação ambiental, pois o produto procedente da agricultura familiar tem credibilidade no setor ambiental.

Percebemos nos discursos da ABRAF (2010), da BRACELPA (2010) e da empresa uma preocupação em apresentar medidas relacionadas à preservação do meio ambiente³⁴ por meio de ações voltadas à preservação de florestas nativas ou reaproveitamento dos rejeitos da produção e investimento em reciclagem. Esta preocupação, conforme explica a própria ABRAF, é consequência das exigências do mercado externo que só aceita comercializar madeira de origem ecologicamente correta e certificada, acirrando assim a competitividade no setor. A certificação ambiental que vem se desenvolvendo desde a década de 1980 tem como finalidade “garantir a origem do produto, assegurando que a madeira utilizada respeita aspectos ambientais e

³⁴ De acordo com relatos de Matias (2007), os discursos desses mesmos segmentos até pouco tempo era o de mostrar a importância da produção de florestas plantadas para a economia e que as sanções ambientais configuravam uma injustiça para com o setor. Verificamos nos últimos anos que a estratégia vem se transformando, e os segmentos vêm incorporando o discurso ambiental, deixando de lado a visão de injustiça e apontando os benefícios da preservação ambiental. Discutiremos no decorrer do texto que essa tendência ocorre de modo generalizado no setor privado que tem percebido a funcionalidade econômica do discurso e ações ambientais.

econômicos e que cumpre a legislação vigente” (ABRAF, 2010, p. 111). De acordo com a ABRAF (2010), as empresas procuram se adequar ambientalmente por meio de ações que as tornem passíveis de certificação³⁵. A maior parte dos selos é credenciada pela FSC – *Forest Stewardship Council* –, criada em 1993 e considerada a mais influente neste setor. Outro importante sistema de certificação no Brasil é o CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), ligado ao INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

A ABRAF adverte, no entanto, que poucas são as empresas que já se adequaram; em 2009 apenas 9% das florestas plantadas no mundo tinham alguma certificação. Os países da União Europeia possuem cerca de 50% de suas florestas certificadas, a América do Norte 33% e a América Latina 11% (ABRAF, 2010). Apesar dos dados parecerem baixos para a ABRAF, verifica-se que o aumento de áreas certificadas foi bastante significativo de 1995 para 2009, de 0,7 milhões de hectare de florestas certificadas em 1995 subiu para 320 milhões em 2009. Destacam também a contribuição do setor para a preservação das matas nativas, observando que dos 517,09 milhões de hectare de florestas nativas no país, as empresas do setor de florestas plantadas preservam 0,34%. Além disso, existe uma política entre as empresas associadas da ABRAF de preservar 0,89 hectares de floresta nativa para cada 1 hectare plantado. Com isso o índice de crescimento de florestas nativas preservadas aumentou 5,6% de 2008 para 2009 (ABRAF, 2010, p.40)³⁶.

Paralelamente às certificações aumenta também o número de “Programas de Responsabilidade Ambiental e Social”, seguindo a mesma tendência de adequação às exigências internacionais de responsabilidade social e ambiental. Conforme explica a ABRAF, “a responsabilidade social e ambiental é atualmente uma característica indispensável do comportamento das organizações perante a sociedade e o mercado” (ABRAF, 2010, p. 113).

Dessas tendências obtemos algumas questões para análise. Primeiramente verificamos que a preservação ambiental obtém espaço por meio do mercado, na forma de mercadoria, conforme expomos no

³⁵ Não discutiremos a influência do mercado de certificações neste trabalho, embora as discussões nesse sentido sejam de grande importância.

³⁶ Devemos lembrar que estes resultados não são frutos apenas da boa vontade das empresas, mas da demanda do mercado, que impõe regras cada vez mais severas para apresentar maior resistência ao mercado externo, e das medidas governamentais que pressupõem um percentual de áreas a ser preservada por propriedade, as chamadas reservas legais e áreas de preservação permanente (APPs).

primeiro capítulo de análise teórica. Mas como se dá esse processo? Preservar áreas de florestas nativas não melhora a produtividade do setor nem gera mais lucros. O que temos é que com o advento da certificação ambiental a preservação torna-se mercadoria, pois só pode ser trocada na medida em que corresponde à demanda por preservação. No entanto, os custos dessa produção são mais elevados, o que se reflete no preço final. Para obter os selos é preciso investimento no processo produtivo, o que torna o produto final mais caro. Com os custos mais elevados começa a fase de elaboração de estratégias que reduzam os custos. Aqui entra nossa segunda observação, a inserção de processos de terceirização no campo é possível, pois diminuem os custos da produção. Neste processo, as empresas não arcam com os custos trabalhistas nem ambientais, que nesse contexto cabem aos agricultores terceirizados.

A lógica estabelecida nos mostra que apenas a constatação das possíveis consequências causadas pela destruição ambiental não é suficiente para transformar a maneira de produzir. Que só por intermédio da incorporação do tema ao mercado, na forma de um novo produto, é capaz de colocar na agenda produtiva o assunto da sustentabilidade ambiental. Com base nessa lógica as empresas procuram se enquadrar nos modos “ambientalmente corretos”, apresentando em seu discurso os números relativos à preservação de espécies nativas. No entanto, o que não é destacado, é que isso não ocorre exclusivamente por iniciativa das empresas, mas por exigência da legislação ambiental e florestal que proíbe o corte de florestas nativas; pelo mercado internacional que exige certificação ambiental e pela mobilização social que tem gerado passivos para as empresas que não atendem essas questões.

Mediante a complexidade desse processo de adequação ambiental no ciclo da madeira para papel e celulose problematizamos, além dos motivos que levam a um discurso ambiental das empresas, as áreas ocupadas pelo reflorestamento. Se os plantios não estão sendo feitos em áreas florestadas, em nome da preservação ambiental, então outras áreas estão sendo utilizadas, áreas que já possuíam algum cultivo, como por exemplo, o de alimentos. A importância da preservação de áreas de remanescentes florestais é inegável, no entanto, não deve servir de justificativa ou legitimação para o plantio de exóticas sem qualquer critério. Ao se discutir a sustentabilidade do plantio de exóticas deve-se considerar questões atinentes à influência que esse processo tem sobre as áreas onde atua. Influências que não se resumem às áreas de florestas nativas, envolvem também o modelo produtivo rural que crescentemente

se envolve no modelo industrial de produção, causando passivos sociais e ambientais. O processo de terceirização da produção envolve questões como de que maneira os agricultores rurais têm se envolvido nesse processo e sob quais circunstâncias? No capítulo IV, em que discutiremos a situação do agricultor rural dentro do contexto florestal, apresentamos dados referentes ao crescimento da produção de madeira em comparação com a de alimentos. Embora os resultados sejam a diminuição da produção de alimentos e a substituição pela madeira, verificamos que os programas que incentivam essa tendência são entendidos como promotores de desenvolvimento. Os programas de fomento florestal, que como vimos promovem o desenvolvimento econômico da empresa, são colocados pelo relatório da ABRAF (2010) como programas de responsabilidade social e ambiental, uma vez que, segundo eles, proporciona crescimento econômico para os pequenos e médios produtores rurais, público-alvo desses programas, proporcionado pelo aumento da renda dessa população e pela garantia de compra assegurada pelas empresas. O que não corresponde necessariamente à realidade rural ou a sustentabilidade econômica e ambiental, que deve levar em consideração espaços de tempo maiores.

3. O Diálogo Florestal: confluência entre ONGs e Setor privado

De acordo com o observado, nos discursos da ABRAF, BRACELPA e da empresa Klabin, a preocupação social por parte das empresas é crescente, ao menos a nível discursivo – político ideológico. Atualmente as empresas se apresentam como “amigas da sociedade e do meio ambiente”. A atuação das empresas, ao que se refere à sua imagem, vem se alterando, principalmente a partir da década de 1990. Vem se transformando e se adaptando às exigências ligadas ao “*Welfare State*” e à “conscientização ambiental”. Alguns autores como Andion (2007) e Diegues (2005 e 2008) vêm apontando essas mudanças e apresentam uma contextualização desse movimento e suas possíveis consequências.

Verificamos no Brasil, e no mundo, uma tendência por parte das empresas de aderir também à imagem do “Ecologicamente Correto”. Procedimento que corrobora a hipótese de que há uma tendência por parte do setor privado de criar uma imagem de si como “parceira da sociedade”. A forma como conseguem essa nova imagem é por meio da adesão ou incorporação das preocupações sociais contemporâneas às suas agendas. O tema da sustentabilidade, por fazer parte das preocupações contemporâneas, é incorporado às agendas deste setor. As

estratégias de atuação, no sentido de “mostrar” uma nova postura aparecem de diversas maneiras, desde a reestruturação do modo de produção – com a incorporação de tecnologias menos poluentes, ou implantação de sistemas de gestão de materiais nas empresas, dentre outras – até a realização de parcerias com representantes da chamada sociedade civil organizada (as ONGs) ou com o Estado para elaboração de Programas voltados ao tema. Andion (2007) resume esse quadro da seguinte forma: com a reestruturação do Estado a partir da década de 1990 e com as políticas neoliberais, que diminuem os gastos do governo com políticas públicas “as organizações filantrópicas transformam seus padrões de intervenção, tornando-se mais politizadas, e o setor privado, por sua vez, acaba se envolvendo na esfera pública, através de ações de investimento social privado e de responsabilidade social” (ANDION, 2007, p. 05). Ao se referir a um papel mais politizado das ONGs Andion se refere ao envolvimento destas com movimentos sociais. No entanto sua assimilação, tanto por parte do Estado como sua parceria com o Mercado (empresas), tem causado uma “crise de identidade” nessas organizações uma vez que deixam seu papel de reivindicadoras, junto aos movimentos sociais, e passam a atuar como “promotoras” do desenvolvimento conjuntamente com o Estado e com o mercado. (ANDION, 2007, p. 05).

Diegues (2005) ao analisar a atuação das grandes ONGs transnacionais, aponta essa mesma tendência global de articulação de parceria entre sociedade civil organizada com empresas privadas. Para explicar as forças envolvidas nesse processo Diegues (2005) faz uma análise dos interesses envolvidos em cada segmento: o Mercado, as ONGs e os Estados. Explica que entre as ONGs existem basicamente duas tendências ideológicas, apontadas no capítulo 1, que influenciam o movimento global dessas organizações. Ou elas estão baseadas em uma noção preservacionista, representadas principalmente pela “*Deep Ecology*”, ou conservacionista³⁷. No que essa diferenciação implica concretamente? As organizações em torno dessas duas ideologias disputam por hegemonia, cada qual defendendo um modelo de atuação ambiental. Por conseguinte, essa disputa influencia na obtenção de financiamentos junto a organismos financeiros nacionais ou internacionais, públicos ou privados. Mediante a globalização do tema,

³⁷ Conforme explicado no primeiro capítulo, a ideologia preservacionista defende criação de grandes áreas de proteção total, sem intervenção humana. Enquanto a conservacionista busca ações que envolvam comunidades locais, ribeirinhas, rurais tradicionais em programas sustentáveis.

principalmente após a Rio-92, as empresas, como observado no discurso do segmento florestal, têm por objetivo ligar seu nome a ações ambientalmente sustentáveis. A forma mais rápida e eficiente é financiar grandes ONGs, cuja reputação já está formada, e a elas associarem-se. As grandes ONGs transnacionais, as mais influentes, partilham de uma visão predominantemente preservacionista e, portanto, por sua força, passaram a influenciar o setor financeiro internacional, principalmente no final da década de 1980. Os organismos financiadores, sob essa influência, passam a apoiar apenas projetos de cunho preservacionista. Nesse contexto, as grandes ONGs transnacionais possuem hegemonia sobre o modelo de desenvolvimento sustentável mundialmente aceito. Cabe ressaltar que nem sempre essa metodologia, ou a ideologia na qual é fundada, é evidenciada. Por vezes os termos conservação e preservação são utilizados indiscriminadamente, para não gerar conflitos. Ao parecerem indistintos os dois modelos se confundem, o que dificulta uma avaliação mais apurada. Diegues (2008) acredita ser importante essa caracterização, pois, quando o modelo de desenvolvimento toma a forma de um modelo único, limita a possibilidade de críticas e/ou criação de alternativas, deixando de lado, ou negligenciando, as questões socioeconômicas e culturais envolvidas no processo que é social. Os modelos preservacionistas estão pautados na ideia da natureza intocada, em que o princípio fundamental é reservar grandes porções de terra da participação humana. Os projetos envolvem a delimitação de grandes áreas de interesse biológico, reservados através de mecanismos de proteção integral. Essas áreas são denominadas de diferentes formas de acordo com a ONG responsável: “hotpots” para a CI (*Conservancy Internacional*), “ecoregiões” para WWF (*World Wildlife Fund*), “ecossistemas” para a TNC (*The Nature Conservancy*) e “paisagens vivas” para WCS (*Wildlife Conservation Society*) – (DIEGUES, 2005, p. 163). Embora com nomes distintos, a noção básica de preservação de grandes áreas é a mesma.

É crescente o número de trabalhos de ONGs financiadas por grandes empresas multi e transnacionais. No entanto, essa parceria pode levar a situações em que as ONGs percam seu potencial crítico com relação ao sistema produtivo industrial, o que faziam com vigor na década de 1970 (DIEGUES, 2005). Deixam de fazê-lo sob o pretexto de não se envolverem com questões políticas, as quais devem manter distância das questões técnicas. No entanto, essa articulação “em favor do meio ambiente” inclui também a política, por exemplo, nas conferências e acordos internacionais promovidos pela ONU; no

fornecimento de técnicos especializados em conservação – da própria ONG – para os governos do terceiro mundo; realização de políticas públicas em parceria com ONGs (DIEGUES, 2005, p. 166). Para exemplificar a articulação de ONGs, empresas e Estado, Diegues fornece o exemplo do Programa promovido pela WWF, o ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia). Podemos citar o fórum Diálogo Florestal, que conta com a atuação intensiva da TNC. O Programa incentiva a formação de parcerias entre ONGs e empresas do setor de papel e celulose, principalmente para a formação de fomentos florestais sustentáveis, os quais envolvem a população rural de baixa renda. Os financiamentos ao fomento, em geral, são disponibilizados pelo governo, principalmente através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Dessa ideologia preservacionista, que em tese não se envolve com política, deriva também a predominância das ciências naturais na formulação de “ações práticas” para a proteção ambiental, despreocupadas com as consequências ou implicações sociais em torno da formulação de técnicas ambientalistas (DIEGUES, 2005, p. 162). Os projetos são elaborados a favor apenas da natureza, através de métodos tão bem delimitados, segundo Mac Chapin (2008), que impressionam os analistas das agências financiadoras: “as apresentações às agências doadoras podem ser muito convincentes com o uso de GIS³⁸ e tecnologia de imagens de satélite que não eram disponíveis anos atrás” (MAC CHAPIN, 2008, p.37). Além disso, ao incluir “planos globais” aos projetos, as grandes corporações financiadoras vislumbram a projeção de sua imagem de “colaboradores e agentes globais da conservação” (MAC CHAPIN, 2008). Com base nesse movimento de adesão crescente de grandes corporações aos projetos ambientalistas, verificou-se um crescimento acentuado no tamanho das organizações ambientalistas e na sua capacidade para arrecadar fundos, principalmente nos Estados Unidos por meio da USAID (*U.S. Agency for International Development*), do Banco Mundial e de grandes corporações. Mac Chapin (2008) relata, por exemplo, que as três maiores ONGs ambientalistas transnacionais (WWF, TNC e CI) dispunham, em 2002, de cerca de 1,5 bilhões de dólares para serem gastos em ações voltadas à conservação, dos quais cerca de 50% destinados a ações em países de terceiro mundo (MAC CHAPIN, 2008, p. 36). Dentre as corporações financiadoras estão a Chevron Texaco, Exxon Mobil, Shell Internacional e Monsanto. Esse contexto forma uma

38 GIS – Geographic Information System.

configuração chamada pelo autor de “mercado da conservação” ou “fatores econômicos para a preservação”.

3.1. Na direção do mercado da conservação

A partir dos discursos analisados nas reuniões do Diálogo Florestal verificamos que as preocupações geradas às empresas pelas denúncias feitas por ONGs, ou por resistências apresentadas pela população presente em suas áreas de atuação, referem-se aos gastos financeiros com advogados, indenizações, projetos de adequação ambiental, mas, principalmente, com a imagem da empresa que pode ser prejudicada por tais ações. A pressão exercida em nome do meio ambiente ou do social é convertida em cifras para a empresa. Essa forma de apreender os problemas ambientais e sociais pelas empresas vem sendo discutida pelo próprio setor empresarial, que realizou o I Fórum Biodiversidade e a Nova Economia³⁹ – realizado no dia 26 de agosto de 2010, na sede da Editora Abril, em São Paulo. No fórum o tema principal foi “qual é o valor – ou preço – da biodiversidade?”. Partem da, segundo eles, controversa tese do economista americano Robert Constanza (1997), de que todos os ecossistemas da terra, juntos, gerariam cerca de 33 trilhões de dólares/ano em bens e serviços. Tese que inspirou novos cálculos. Atualmente, segundo o CEO da Philips no Brasil, a perda de biodiversidade equivale a uma perda de 2,4 a 4,5 trilhões dólares/ano. Na COP-9 (2008), foi lançado um estudo sobre a Economia dos ecossistemas e a Biodiversidade com o objetivo de apontar os “benefícios econômicos da biodiversidade e os custos de sua perda e da degradação dos ecossistemas” (Comunidade Europeia, 2008, p.03⁴⁰). Ou seja, o intuito é valorar os benefícios trazidos pela conservação da biodiversidade e suas funções. O estudo aponta que embora muito dinheiro seja investido – mundialmente são investidos cerca de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões por ano – e muito estudos estejam sendo realizados com a finalidade de valorar esses benefícios, mensurar em termos de valor financeiro os benefícios trazidos pela preservação é uma tarefa difícil. Isso porque envolve muitas variáveis

39 Apresentado pelo Brasil na COP-15, como uma das iniciativas em direção à conservação do meio ambiente. Disponível em < <http://www.forumbiodiversidade.com.br/home.php> > Acesso em 20 de janeiro de 2010.

40 Consultado em 20 de Janeiro de 2011: <http://www.teebweb.org/Portals/25/Documents/TEEB%20Interim%20Report/TEEB-%20Interim%20Portuguese.pdf>

qualitativas e mesmo quantitativas de difícil mensuração – por exemplo, quanto seria o valor financeiro da economia da água de um leito de rio ou Bacia Hidrográfica. No entanto, acreditam não ser uma tarefa impossível. Argumentam que muitos trabalhos têm apontado resultados específicos em determinadas áreas. O estudo pretende fornecer uma metodologia de valoração de ampla visualização. Com isso acreditam estimular a adesão de inúmeras empresas na formulação de projetos ambientais: “a ausência de valoração está na raiz da degradação dos ecossistemas e da perda de biodiversidade”, argumentam (Comunidade Europeia, 2008, p. 04).

O referido estudo demonstra, ou é um exemplo bastante representativo, da lógica produtiva capitalista, em que qualquer alteração nas relações de produção só pode ser realizada mediante cálculo do custo/benefício, quando os lucros sejam maiores do que os investimentos.

3.2. O Diálogo Florestal

Nesse ínterim, o processo de debates sobre conservação do meio ambiente, ou o “mercado da conservação”, ganhou uma nova variável. A partir da década de 1990 as grandes empresas do setor florestal passaram a incorporar o discurso sustentável no processo produtivo do papel. O debate envolve o desenvolvimento de novas tecnologias ambientalmente sustentáveis. No final da referida década, no ano de 1998, o Banco Mundial, o *World Resources Institute* (WRI) e o *The World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD)⁴¹, passaram a discutir sobre a sustentabilidade no ciclo do papel. Destes debates originou-se o *The Forests Dialogue* (TFD), atualmente mantido pelo *Global Institute of Sustainable Forestry* na Universidade de Yale⁴². O TFD realizou fóruns internacionais com participação de representantes dos setores relacionados ao manejo florestal “interessados em incluir ações de sustentabilidade em suas indústrias” (IBIO, 2008). O objetivo, de acordo com publicação disponível no site

⁴¹ A WRI foi criada em 1982 nos Estados Unidos e a WBCSD em 1992 na Conferência do Rio (Rio 92) – é uma instituição transnacional com sede na Suíça e nos Estados Unidos. Cabe relembrar que essa tendência à globalização da sustentabilidade nos setores produtivos em parceria com ONGs ambientalistas teve forte influência dos Estados Unidos.

⁴² Disponível em < <http://environment.yale.edu/gisf/programs/the-forests-dialog/> > Acesso em 19/01/2011.

oficial do TFD⁴³, é traçar ações ambientais sustentáveis, entendendo por sustentável a conservação da biodiversidade das florestas e as ações “economicamente viáveis”, buscando eficiência tecnológica. Objetivos que vão de encontro com as tendências de mercado apresentadas.

Esse “movimento” busca inicialmente “somar esforços” para formulação de uma imagem ecológica no setor, tradicionalmente percebido como agressor da natureza. Para obter seu objetivo, seguindo a tendência mundial pós Rio-92, buscaram atrair ONGs ambientalistas para o fórum. Com isso ganham mais fôlego para traçar medidas e implantar projetos de sustentabilidade, pois as organizações ambientalistas são, como vimos, atores importantes no debate ambiental – o próprio setor reconhece esse caráter das ONGs. Esse quadro de convergência entre empresas e ONGs pode parecer inusitado, a princípio, se considerarmos que o tipo de relação antes estabelecida entre esses atores era de confronto. O setor florestal é historicamente visto como um agressor do meio ambiente e alvo das críticas e denúncias feitas pelos ambientalistas. No entanto, como alerta Diegues, apesar de contraditório não é nada inusitado em um contexto em que as estratégias de atuação políticas e sociais estão imbricadas com o mercado. As negociações e parcerias tomam forma de negócios em que a eficiência econômica prevalece sobre as demais questões. A análise de Wallerstein, nesse sentido, é esclarecedora:

“Así que no son solamente los capitalistas quienes quieren la expansión, sino también mucha gente corriente. Esto no impide que mucha de esta misma gente quiera también detener la degradación del medio ambiente en el mundo. Pero esto simplemente prueba que estamos metidos en otra contradicción de este sistema histórico. Mucha gente quiere tener más árboles y más bienes materiales, y gran parte de ella se limita a separar en sus mentes ambas demandas.” (WALLERSTEIN, 1998, p. 03).

⁴³Disponível em: <http://research.yale.edu/gis/tfd/index.html>. Acessado 08/06/2010.

3.3. Constituição do Diálogo florestal no Brasil

A atuação do TFD no Brasil iniciou em 2003 com a primeira reunião para discutir a formação do Diálogo Florestal no Brasil (DFB). A justificativa apresentada foi o apoio logístico às empresas, pois, embora muitas empresas tenham programas individuais de compensação ambiental, a articulação entre elas potencializa essa atuação. Além disso, a aproximação com ONGs ambientalistas qualifica ainda mais essas ações e reduz os passivos econômicos gerados pelos confrontos diretos com essas ONGs.

Nesse processo de formação de “redes” para a preservação, as ONGs têm o importante papel, como vimos, de formular modelos ambientalmente aceitáveis, mas o fazem em meio a disputas de espaço entre elas. Isso porque os financiamentos estão atrelados ao posicionamento de cada uma no processo de formação de decisões, o que leva a uma disputa de espaços de atuação. Diegues (2005) argumenta que essas organizações, em geral, não trabalham nas mesmas áreas, fato que pode ser verificado também no DFB, onde a TNC tem predominância.

A primeira etapa de discussões do Diálogo, etapa de articulação dos agentes envolvidos, aconteceu no período de 2005 a 2007 (IBio, Sementes do Diálogo, 2008). Nesta etapa participaram 27 representantes de ONGs e 22 de empresas, além de 2 representantes do TFD internacional e 6 representantes de outras instituições. Dentre os representantes de ONGs participaram representantes das 3 maiores ONGs transnacionais com atuação no Brasil, a WWF, a CI e a TNC.

Tabela 1- Lista de participantes de primeira reunião do Diálogo Florestal do Brasil

EMPRESAS	ONGS	OUTRAS INSTITUIÇÕES
Klabin	WWF-BRASIL	The Forest Dialogue - TFD
Suzano Papel e Celulose	TNC BRASIL	BRACELPA
Votorantim Celulose e Papel	CI	Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
Aracruz Celulose	APREMAVI	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Rigesa	Associação Mico-Leão-Dourado	Ambientalista individual
Stora Enso	Floresta Viva	
(Veracel Celulose) *	Fundação BioDiversitas	
(Norske Skog)	Instituto BioAtlanta - IBio	
Masisa	Instituto Ecofuturo	
Cenibra	IPEMA	
Flora Brasil	SOS Mata atlântica	
	SPVS	

Fonte: IBIO, 2010

Dentre os representantes das ONGs transnacionais, participaram 4 representantes da TNC, 4 da CI e apenas 1 da WWF. Além dos representantes de cada ONG individualmente, essas organizações tem “parcerias” com organizações de menor alcance territorial, configurando uma maior representatividade. A APREMAVI, por exemplo, tem apoio da TNC-Brasil em suas atividades; a Associação Mico-Leão Dourado é apoiada diretamente pela CI e indiretamente pela WWF; a Floresta Viva é apoiada pela TNC na sua linha de atuação em áreas de conservação; o Instituto BioAtlanta, criado no Diálogo Florestal, tem apoio da CI, em parceria com a Aracruz Celulose, Petrobras, Veracel Celulose, Dupont do Brasil e, recentemente, ganhou apoio da TNC; o próprio TFD internacional tem apoio da WWF e da WRI. Essas relações demonstram haver uma articulação entre as organizações, indo ao encontro da abordagem apresentada por Diegues (2008), o que aumenta a influência de cada uma delas.

A coordenação da primeira etapa do fórum nacional teve participação da CI e da TNC – em conjunto com o IBio, também

apoiado pelas empresas Suzano Papel e Celulose, Rigesa e Veracel Celulose –, ficando a WWF fora deste arranjo. Embora a WWF tenha participado da primeira reunião do Diálogo e apoiado o TFD, ela não está mais presente no Diálogo Nacional (DFB).

A reunião que instituiu o Diálogo no Brasil aconteceu em 2005, na cidade de Teresópolis (RJ). Nessa reunião o fórum recebeu o nome de Diálogo Florestal da Mata Atlântica (DFMA). O título refere-se ao foco de atuação do Diálogo em regiões de Mata Atlântica, pois a maioria das empresas de base florestal está inserida nesse bioma. Sua atuação preconiza a preservação da Mata Atlântica por meio de delimitação de áreas de preservação permanente (APPs), sob a responsabilidade e financiadas pelas empresas participantes. Proposta que converge com a ideologia ambientalista dominante, o que facilitou a aproximação das ONGs, segundo apresentação feita pelos articuladores do Diálogo (IBIO, 2008).

Nas etapas subsequentes do fórum, com a incorporação de novos membros, segundo seus agentes, optou-se por descentralizar a iniciativa, organizando fóruns regionais. Explicam que mediante a abrangência da área de atuação (a área de Mata Atlântica), trabalhar em regiões menores torna-se mais eficiente e, além disso, facilita a formação de parcerias. Podemos acrescentar a isso a disputa entre as duas ONGs transnacionais participantes, pois a partir da nova configuração em diálogos regionais, a distribuição da área de atuação entre elas também ficou delimitada. Foram elencadas sete regiões para a atuação em áreas de Mata Atlântica e Pampa gaúcho: Fórum Fluminense, Fórum Sul e Extremo sul da Bahia, Fórum Paraná e Santa Catarina, Fórum Rio Grande do Sul, Fórum Mineiro, Fórum Espírito Santo e Fórum São Paulo. Em cada fórum articulam-se diferentes instituições em torno de projetos próprios, mas seguindo as diretrizes do Fórum Nacional. Ao analisar a proporção em que estão distribuídas ONGs e Empresas nas regionais, verificamos que o número de ONGs – e outras instituições como sindicatos, universidades e institutos de pesquisa – é maior do que o de empresas:

Tabela 2 - Distribuição de ONGs e Empresas por Fórum Florestal Regional

Fórum	ONGs e outras instituições	Empresas
Fluminense	16	14
Sul e Extremo Sul da Bahia	21	3
Paraná e Santa Catarina	12	15
Rio Grande do Sul	5	3
Mineiro	4	7
Espírito Santo	15	4
São Paulo	11	8

Fonte: Dados retirados de Diálogo Florestal, 2008.

O número de participantes total não é obtido pela soma dos números apresentados na tabela, uma vez que muitas ONGs e empresas participam de mais de 1 fórum, como é o caso da TNC, participante dos fóruns Sul e Extremo Sul da Bahia, Paraná e Santa Catarina e São Paulo. Ou o caso da empresa Suzano Papel e Celulose, participante dos fóruns Sul e Extremo Sul da Bahia, Espírito Santo e São Paulo. Verificamos também na distribuição por regionais, que não há atuação direta da CI e TNC na mesma regional. Quando acontece é por meio da atuação da Ibio, que só não atua no Fórum Rio Grande do Sul.

Os projetos elaborados pelos fóruns regionais seguem a linha programática desenvolvida no Diálogo Nacional, também formado por empresas e ONGs ambientalistas. As principais diretrizes são resumidas da seguinte forma em publicação do DFB, elaborada pelo IBio (2008, p. 30):

- 1) “Melhoria contínua do manejo florestal com a **certificação florestal**”;
- 2) “Possibilidade de utilizar a experiência das empresas para **ampliar o plantio de espécies nativas**”;
- 3) “Manejo integrado de paisagens e reservas **florestais nativas**”;
- 4) “Potencial de utilizar o setor florestal para alavancar iniciativas de conservação entre proprietários de terra **fomentados das empresas**”.

Note-se que uma das prioridades elencadas é envolver “comunidades locais” nas ações dos fóruns, com o objetivo de:

“Ampliar a participação das comunidades locais no processo de planejamento e ordenamento territorial, melhorando ainda mais os mecanismos de compensação de áreas nativas, legalmente exigidas nas áreas pertencentes tanto às empresas quanto aos fomentados (proprietários de terra que produzem madeira para a indústria)” (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008, P. 27).

É importante ressaltar que as “comunidades locais” referem-se às propriedades rurais fomentadas pelas empresas, que detêm 33% das terras ocupadas por silvicultura no Brasil (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008, p. 34). Esse é um dado importante se considerarmos a tendência à terceirização da produção de madeira para papel e celulose, como vimos ao retratar o mercado florestal. Outro fator condutor da inclusão de “comunidades locais” na elaboração de projetos sustentáveis é a tentativa de combater/evitar os conflitos historicamente gerados pela intervenção vertical das empresas, que leva ao debate sobre preservação X conservação, onde a segunda inclui em seus projetos a aproximação às comunidades locais.

As diretrizes traçadas pelo Diálogo Nacional deixam clara a íntima relação do Diálogo com o “mercado da conservação”, fundado na preservação de florestas nativas, destacando como diretriz primeira a “certificação ambiental” (exigida no mercado internacional). As diretrizes subsequentes, “ampliação do plantio de nativas”, “manejo integrado de paisagens” e “alavancar iniciativas de conservação entre os fomentados”, convergem para a obtenção do selo florestal. O Diálogo Florestal é um caminho seguro, um “facilitador”, para a certificação ambiental, porque se articula ao mercado florestal e o da preservação. Os projetos “preservacionistas”, com modelo de atuação em grandes áreas de interesse biológico – as eco-regiões, *hotpots* ou ecossistemas –, demandam grandes investimentos, que são disponibilizados pelas empresas.

3.4. O Fórum Paraná e Santa Catarina e o PML

Nosso interesse nesse fórum deriva de minha participação na primeira reunião do Fórum Regional Santa Catarina e Paraná, realizada em 2008 no município de Canoinhas/SC. Tal participação foi viabilizada pela empresa de consultoria ambiental onde trabalhava na

época. O interesse dessa empresa era o de testemunhar a realização dessa parceria e averiguar a viabilidade de articular-se ao processo. Chamou-me atenção a proposta de diminuir as agressões ambientais causadas pelas empresas e de reduzir as hostilidades com as comunidades vizinhas. Tais motivos provocaram-me o interesse de entender melhor essa proposta e quais as relações que envolvem.

Durante a referida reunião foram apresentadas experiências de Programas modelos, realizados em parcerias entre ONGs e empresas privadas. Foi apresentado o Programa Matas Legais, uma parceria entre APREMAVI e Klabin, com atuação em Santa Catarina e Paraná e o Programa Mesopotâmia, desenvolvido por uma série de instituições e empresas (entre elas a CI e a TNC e as empresas Aracruz Celulose⁴⁴ e Suzano Papel e Celulose) com atuação no extremo sul da Bahia. Esses Programas foram considerados exemplos a serem seguidos no Diálogo, mediante seu sucesso em atingir objetivos semelhantes. Embora os objetivos fossem semelhantes, a elaboração dos projetos apresentados foi anterior à formação do Fórum. Esses objetivos podem ser resumidos fundamentalmente em dois: fomento florestal e zoneamento ecológico (eco regiões), interesses das empresas e ONGs, respectivamente.

Dos projetos apresentados duas características comuns chamaram a atenção. Primeiro o debate sobre o papel do Estado no processo de preservação. Nesse âmbito discutiu-se a ineficiência do Estado em efetivar a legislação florestal e ambiental, a qual discorre sobre as áreas de preservação ambiental e reservas Legais, por exemplo, e as polêmicas geradas por essa situação. E em segundo lugar, chama a atenção a metodologia utilizada para realização dos programas e a forma como foram abordadas na reunião. A discussão refere-se em como atingir os objetivos propostos pelo modelo hegemônico de preservação. Pelo que pude observar os modelos preservacionistas não estão em posição de sofrer alterações a partir de discussões sobre a melhor forma de atuação visando conservação ambiental e social. Eles já estão estabelecidos em termos de ordenamento territorial, o que se refere à delimitação de grandes áreas para preservação.

Nesse sentido, o de desenvolvimento de metodologias e projetos de atuação, ficou evidente a atuação passiva dos representantes das empresas e de algumas ONGs de menor porte. Está claro, pelos

⁴⁴ A partir de 2009, após escândalos entorno das atuações da Aracruz Celulose no Espírito Santo e Rio Grande do Sul e a queda de suas ações, foi incorporada pela Votorantim Celulose e Papel que fundou uma nova empresa a FIBRIA. Informações retiradas do site institucional da nova empresa, disponível em <<http://www.fibria.com.br/web/pt/institucional/historico.htm>> Acesso em 27/06/2011.

argumentos das ONGs apresentados a favor do Diálogo, centrados na viabilidade econômica do projeto (de formação de parcerias) e nos benefícios trazidos às empresas, que estas não estão diretamente interessadas na metodologia utilizada, mas sim nos possíveis resultados. Nessa participação das empresas no Diálogo está em jogo sua participação ou não, e não a discussão dos projetos de preservação.

Como resultado da participação nesta reunião surgiu a proposta de estudar um dos programas apresentados, o Programa Matas Legais (PML). O interesse foi justificado pela importância dada a esse programa dentro do Diálogo, considerado um modelo a ser seguido; pela influência que a articuladora da APREMAVI, Miriam Prochnow, tem nesse movimento – na referida reunião, representava não a ONG que fundou, mas o Diálogo Florestal Nacional, na condição de coordenadora do Diálogo Nacional; e também pela representatividade da empresa Klabin no setor florestal no Brasil.

Já com projeto delineado para o estudo do PML, participei também da IV Reunião do Fórum Regional Santa Catarina e Paraná, realizada em Telêmaco Borba/PR⁴⁵, em 2009.

⁴⁵ A cidade de Telêmaco Borba se formou no entorno da fazenda Monte Alegre, sede da empresa Klabin. Com a necessidade de mão-de-obra para operar a fábrica, muitos núcleos habitacionais se formaram na fazenda e fora dela. Com o número crescente de habitantes foi solicitada a emancipação da área, que aconteceu em 1964. Disponível em <http://www.telemacoborba.pr.gov.br/a_cidade/historico/historico.php>. Acesso em 26 de janeiro de 2011. Atualmente grande parte do município pertence à empresa, incluindo a hidrelétrica Mauá e o reservatório de água com capacidade 5.000.000 m³.

Ilustração 1- Sede do Parque Ecológico da Klabin em Telêmaco Borba



Fonte: Foto tirada em campo durante a IV Reunião do Fórum Regional Santa Catarina e Paraná

Esse segundo encontro foi coordenado, novamente, pela APREMAVI, pela TNC e pela Klabin, e realizou-se na sede do Parque Ecológico da Klabin. A reunião teve como foco definir uma área para a implantação de um projeto piloto, a ser desenvolvido pelo Diálogo e com participação das instituições que participam do fórum, mas ainda não possuíam projetos de parceria. O intuito em participar de outra reunião do Diálogo foi compreender melhor as suas propostas e a atuação dos atores, para contextualizar mais adequadamente o PML e elucidar os dois temas inicialmente identificados: relação entre Estado, Mercado e ONG e, segundo, metodologia preservacionista.

Apresentamos até aqui o movimento de construção da demanda ambiental, no setor privado e na influência crescente das ONGs. Vimos que a atuação do Estado permeia esse movimento, impondo limites jurídicos para o manejo ambiental ou financiando organismos não governamentais para incentivar ações “ambientais”. Verificamos que a metodologia preservacionista permeia a construção da temática e da demanda ambiental. Nos capítulos 3 e 4 apresentaremos essas articulações no PML e suas influências na política agrícola.

Apresentamos a seguir nossas análises sobre a metodologia preservacionista observadas em campo.

3.4.1. Metodologia Preservacionista

A formação de parcerias, nos moldes propostos pelo Diálogo Florestal, envolve diferentes agentes com distintos interesses. Para que esses interesses se tornem compatíveis é preciso traçar estratégias que permitam tal confluência. Por meio das parcerias as partes envolvidas procuram meios de tornar convergentes os objetivos de cada uma delas. Concretamente o objetivo das ONGs é apoio à implantação de suas “eco regiões”, o das empresas é o de garantir seu lucro, ainda que sucumbindo à demanda ambiental. Dentro do que categorizamos como “metodologia preservacionista” está a produção de dados (científicos e objetivos, nada politizados) referentes às suas áreas de interesse para implantação dos “projetos e programas” ambientais. Chamou a atenção nesse aspecto especialmente, nas reuniões que participei, a forma como esses dados são apresentados. Em especial a apresentação de dados sobre a influência do reflorestamento no regime de águas⁴⁶, um dos temas críticos dentro do setor madeireiro. Descrevemos alguns aspectos desta palestra para ilustrar a maneira como as “metodologias” são propostas.

Durante a IV reunião foi apresentada uma palestra sobre o tema “Água e as Florestas”. O foco da palestra foi levantar argumentos relativos a dois possíveis conflitos muito presentes nesse setor: o conflito relativo ao uso da água e o conflito ocasionado por denúncias contra as empresas. A ideia principal era mostrar que o plantio de exóticas não exaure, necessariamente, os recursos hídricos. Uma das acusações mais comuns feitas às empresas de base florestal é a de que esses plantios acabam com os recursos hídricos em seu entorno. A perda de água, segundo a palestrante, depende da confluência de alguns fatores: deve-se fazer um estudo hídrico da bacia onde o plantio será feito com base no qual se pode obter o “balanço hídrico”. Esse balanço refere-se a razão entre a necessidade de água exigida pelo plantio, a quantidade necessária para suprir outras atividades na bacia e a disponibilidade de água (rios, lagos, espelhos d’água, precipitações). O resultado determinará a disponibilidade ou não da água. A palestra foi ouvida atentamente por todos os presentes, que fizeram muitas perguntas. O que mais satisfaz aos ouvintes (os empresários) foi a

⁴⁶ Palestra que gerou publicação por parte do Diálogo Florestal sob o título “A Silvicultura e a Água: ciência, dogmas e desafios” (2010).

possibilidade de, com esse argumento, desmistificar a noção de que o plantio acaba com os recursos hídricos e assim deixarem de ser apontados como malfeitores do meio ambiente – fato que traz perdas financeiras.

Outros conflitos são gerados quando a empresa deixa de cumprir alguma recomendação ambiental ou social determinada por lei, ou quando entram em conflito de terra com populações vizinhas. A recomendação feita pela palestrante foi a de que quanto mais as empresas estiverem de acordo com as normatizações e quanto menos se envolverem em conflitos com vizinhos menos gastos terão ⁴⁷, economizando tempo e dinheiro. O interessante da palestra é que apresentou de forma simples para os empresários a importância de evitar conflitos, destacando aquilo que interessa aos empresários: menos gastos e mais lucro. Mesmo com relação à água, insistiu que não vale a pena fazer plantio em áreas onde os recursos hídricos são escassos, pois a falta de água afetará inclusive o desenvolvimento do plantio de exóticas. O que demonstra uma preocupação da palestrante, especialista em água e meio ambiente, em convencer os empresários da importância de cumprir a legislação ambiental, e o fez por meio de argumentos importantes para o público-alvo, no caso os empresários.

3.4.2. Estado

A relação com o Estado ficou mais clara nesta reunião, pois desde a primeira, não consegui compreender onde o Estado influi na implantação dos projetos. Em primeiro lugar o Estado influi na orientação legal, tanto dos plantios, quanto na implantação de áreas de proteção. Além disso, o Estado pode oferecer subsídios à empresas que apresentem projetos ambientais (o que não acontece necessariamente) mas, sobretudo, o Estado auxilia na mediação para a implantação dos projetos. Quando os técnicos falam na ineficiência do Estado estão criticando a falta de uma regulamentação mais eficaz de áreas de proteção, dentro do que consideram eficaz. Por outro lado o Estado pode ser um parceiro quando, por meio de suas instituições regionais, locais ou setoriais, viabiliza a implantação dos programas propostos, disponibilizando subsídios aos pequenos produtores rurais e se colocando como “garantidor” para o produtor rural, de que o programa é confiável.

A definição da área para implantação do projeto depende de uma série de requisitos (pré-definidos) debatidos na reunião. Primeiro a

⁴⁷ A exemplo da empresa Aracruz Celulose.

identificação de uma área de interesse vai depender das suas características físicas e bióticas, seus interesses “ecológicos”, podemos dizer. Procuram também identificar outras ações ambientais que já existam na região, que podem disputar ou apoiar a implantação do projeto, e possíveis parceiros. Dentre os órgãos públicos esses possíveis parceiros são o INCRA, EPAGRI, FATMA e Secretarias municipais, associações de municípios, etc. O intuito é facilitar a obtenção de licenças, o financiamento ao plantio junto aos pequenos produtores rurais, apoio ao processo de averbação de Reservas Legais (RL) e legitimação das ações perante os agricultores. Como veremos ao discutir mais detidamente o papel desempenhado pelos agricultores familiares, o “aval” desses órgãos governamentais é fundamental para sua adesão ao programa. Esse aspecto da relação com o Estado ficará mais claro nos próximos capítulos, onde trataremos mais detidamente o PML e sua relação com os pequenos e médios proprietários rurais.

A participação nessas reuniões foi importante pois permitiu identificar nos discursos a centralidade da ideia de preservação, por um lado, e de viabilidade econômica por outro. Isso porque a preservação, embora traga benefícios econômicos, só o faz mediante a eficiência na implantação dos projetos. Se estes não atingirem os objetivos propostos em concordância com a eficiência econômica, deixam de ser interessantes às empresas. A experiência nessas duas reuniões do Diálogo permitiu identificar algumas questões chave:

1. Os motivos que levam as empresas a aderirem ao programa são: viabilidade econômica para a adequação ambiental e a obtenção da certificação. Para a obtenção desses objetivos devem minimizar os conflitos socioambientais. O que leva a outra observação:
2. A diminuição dos conflitos socioambientais está relacionada com a adequação das empresas à legislação, ou, à parceria com as ONGs, as quais deixam de ser críticas para se tornarem “parceiras” e fazem minimizar as contradições;
3. Por outro lado questionamos se as ONGs deixam de ser críticas ou se são realmente eficazes no seu objetivo de mudar a atuação das empresas, tornando desnecessárias atuações mais radicais, como denúncias ou protestos;
4. Como se dá a relação do Estado com essas parcerias? É positiva para as regiões onde são implantadas?

Para aprofundar nossas análises, e mediante a dimensão do Diálogo, optamos por estudar mais intimamente o Programa Matas

Legais, especialmente por sua representatividade diante desse movimento de confluência entre o setor madeireiro mundial e as ONGs ambientalistas para o mercado da preservação. Apresentamos no capítulo a seguir a caracterização do PML, reportando sempre às questões até aqui abordadas: o mercado da conservação, incluindo certificação ambiental; a atuação das ONGs ambientalistas, o papel do Estado na execução dos projetos, e as consequências para as comunidades locais.

CAPÍTULO III - O PROGRAMA MATAS LEGAIS

Neste capítulo caracterizamos os atores proponentes do Programa Matas Legais, a Klabin e a APREMAVI, e a maneira como é realizada a parceria entre elas. Procuramos evidenciar suas concepções, métodos e as relações socioeconômicas por elas engendradas. O programa envolve, além da ONG e da empresa, outros setores em seu desenvolvimento, articulando-se com o Estado e associando-se com agricultores familiares. As análises realizadas com base no trabalho de campo – com todas as suas limitações – podem ser extrapoladas para o conjunto de ações no meio rural que levam a uma tendência de descaracterização da agricultura familiar, em nome da “adaptação” ao “agronegócio” ou à agricultura moderna, calcada no desenvolvimento. Procuramos, portanto, descrever o programa, o mais detalhadamente possível, para favorecer a análise de sua influência sobre as relações sociais nas regiões onde atua – discussão aprofundada no capítulo 4.

Apresentamos também uma caracterização das regiões de atuação do PML em Santa Catarina. As distintas formações históricas das regiões de atuação do programa, baseadas em sua formação geográfica e no tipo de colonização apontam processos sócio-produtivos distintos que conduzem a condições socioeconômicas diferenciadas. As duas regiões de atuação apresentam estrutura fundiária bastante diferenciada, evidenciado na distribuição das propriedades participantes por região, a região Serrana, por exemplo, apresenta maior concentração por município do que a região Alto Vale. O processo de transformação dos modos de produção agrícola (agroindustrialização) tem no PML uma das fontes de apoio, pois os agricultores rurais que fazem a “parceria” com o PML tendem a abandonar seu cultivo tradicional. No capítulo 4, em que discutiremos esse tema, observamos que essa é uma tendência no meio rural, não dependendo somente dos programas de fomento florestal, mas fundamentalmente baseados no tipo de política agrícola nacional.

Com base nas observações de campo e nas discussões propostas no primeiro capítulo, sobre meio ambiente e desenvolvimento, verificamos que a ideia de “desenvolvimento econômico” permeia toda a realização do programa, garantindo apoio do Estado e adesão dos agricultores rurais; nesse contexto, a “sustentabilidade” é dissipada nas relações de produção capitalistas estabelecidas, que centram suas ações

apenas no desenvolvimento de possibilidades produtivas mais eficientes, resumindo a sustentabilidade apenas à adequação ambiental “legal”.

1. Caracterização do PML

O surgimento do Programa Matas Legais foi em 2005, coincidindo com o ano de instituição do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica. A parceria se desenvolveu dentro do contexto apresentado no capítulo anterior, o qual poderia ser chamado “reestruturação estratégica” da atuação de ambos os setores no mercado da conservação. O objetivo comum no Programa, segundo seus protagonistas (Klabin e APREMAVI), é o de promover desenvolvimento econômico nas localidades de atuação da Klabin, em Santa Catarina e no Paraná, conjugado com sustentabilidade ambiental.

O conceito de desenvolvimento econômico utilizado está fundado na proposta de aumento da renda. Com base nesse discurso, a empresa oferece o financiamento para o plantio de árvores exóticas – pinus e eucalipto – por meio do programa de fomento florestal. O aumento da renda é garantido, segundo a empresa, por meio de contrato de parceria (ANEXO C), no qual a empresa se compromete em comprar a madeira do produtor rural parceiro. Outro benefício apresentado, que converge para esse objetivo, é o auxílio técnico para o plantio. Com ele, argumenta a empresa, a produção é potencializada, uma vez que os técnicos disponibilizados pelo programa auxiliam no manejo de fertilizantes e no combate às infestações no plantio, que muitas vezes prejudicam o desenvolvimento das plantas e a produtividade do cultivo. A proposta de fomento oferece ao “parceiro” uma segurança que ele não tem ao realizar o plantio individualmente.

Diante das dificuldades apresentadas pela burocracia no processo de acessibilidade ao crédito rural o fomento funciona como um mediador. Nesse processo a empresa “facilita” a obtenção do benefício (crédito rural), avalizando o empréstimo junto à instituição bancária e fornecendo consultoria técnica/jurídica para que os agricultores atendam os requisitos exigidos pelos programas federais de crédito. Cabe ressaltar que essa parceria é feita com pequenos e médios produtores rurais – de acordo com o art. 4º da Lei nº 8.629/93 – beneficiários do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os requisitos jurídicos que os agricultores devem comprovar, portanto, referem-se às exigências do PRONAF. A empresa, nesse contexto, atua

como “avalista” do financiamento do PRONAF, mas de maneira peculiar. A empresa paga o financiamento ao banco e recebe esse valor em árvores do agricultor rural. É uma possibilidade de parceria determinado pelo próprio PRONAF – discutiremos o papel do PRONAF nesse processo no capítulo 4. Para firmar esse compromisso uma das exigências – do PRONAF e do PML – é a adequação ambiental das propriedades fomentadas. A APREMAVI atua precisamente nessa etapa de adequação ambiental.

Na segunda frente de atuação, a conservação ambiental⁴⁸, a APREMAVI fornece auxílio técnico aos proprietários fomentados para adequação da propriedade à legislação ambiental. Inclui-se nessa etapa instruções para a averbação das “Reservas Legais (RL)”⁴⁹ e restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs), como por exemplo, a mata ciliar. O trabalho de restauração é feito com plantas nativas produzidas pela própria APREMAVI, que elabora, além das atividades ligadas à adequação ambiental, planos de manejo nas propriedades, envolvendo o plantio de plantas ornamentais e funcionais⁵⁰. A essas atividades está associado o trabalho de educação ambiental, pois ao auxiliarem no manejo adequado das propriedades os técnicos da APREMAVI conversam com os agricultores para informá-los sobre a importância de preservar a natureza – o que pode acompanhar em campo.

Em Santa Catarina o Programa é desenvolvido nas regiões do Alto Vale do Itajaí e do Planalto Serrano. Do total de agricultores

48 Cabe observar que ao referirem-se às medidas ambientais, não fazem distinção entre preservação ou conservação, embora seja um programa preservacionista.

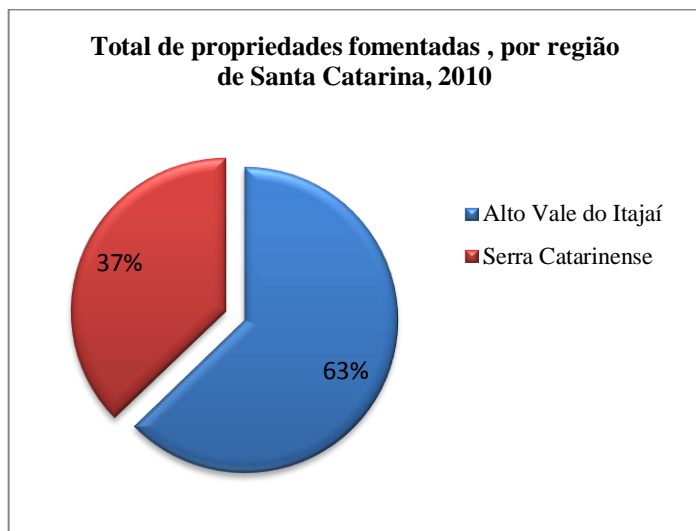
49 As “reservas legais” são áreas dentro das propriedades rurais destinadas “ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna/flora nativas”. (art. 1º, § III da Lei nº 4.771/65). Instituída pela Lei Federal nº 4.771/65, de 15 de setembro de 1965, do Código Florestal brasileiro. Embora uma instrução legal instituída na década 1960, tem trazido alguns conflitos principalmente com a Medida Provisória 2.166-67 de agosto de 2001, que retoma e ratifica a lei supracitada. Um dos debates gerados, com proporção nacional, foi a aprovação da lei estadual nº 14.675 de 2009, de Santa Catarina, que reduz de 30 para 5 metros a área de mata ciliar, considerada Área de Preservação Permanente pela legislação federal, contrariando, por tanto, a legislação Federal. Essa discussão culmina na tentativa de reformulação do próprio Código Florestal Brasileiro, que traz conflitos políticos ideológicos e vem se arrastando desde 2010. A organização SOS Mata Atlântica disponibilizou um texto de análise da nova proposta do código florestal e as possíveis consequências adversas que pode trazer. O texto está disponível em

http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Nota_tecnica_sobre_CF.pdf. Acesso em 13 de junho de 2011.

50 As plantas ornamentais são utilizadas como recursos estéticos e as funcionais, são estrategicamente colocadas na propriedade para exercerem funções específicas tais como, cultivo de pomares, ou, o uso de árvores de crescimento rápido para formar sombras.

fomentados pela empresa Klabin em Santa Catarina, cerca de 50% participam do PML, totalizando 282 agricultores em 2010. Destes, 177 estão localizados no Vale do Itajaí e 105 na região Serrana. Os municípios com maior número de fomentados são Agrolândia (44), Chapadão do Lageado (13), Petrolândia (36) e Rio do Campo (11), no Vale do Itajaí. Na região Serrana, Otacílio Costa (37) e Palmeira (59) são os municípios com maior concentração de propriedades fomentadas. Os demais municípios possuem menos de 10 agricultores fomentados cada – ANEXO D.

Gráfico 1 - Distribuição das propriedades fomentadas pela Klabin, participantes do PML:



Fonte: Dados disponibilizados pela Klabin.

1.1. Caracterização da área de estudo: Alto Vale do Itajaí e Campos de Lages

Os municípios que possuem pelo menos um proprietário participante do PML estão inseridos nas mesorregiões Vale do Itajaí e Planalto Serrano. Os municípios fomentados estão inseridos nas áreas de atuação da Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI)

e da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES)⁵¹. Estão envolvidos 35 (trinta e cinco) municípios, sendo 28 (vinte e oito) na região Alto Vale do Itajaí e 7 (sete) na mesorregião Planalto Serrano (ANEXO E). Estes municípios são predominantemente rurais, com a presença bastante forte de propriedades familiares. Com base no Censo Agropecuário do IBGE (2006), verifica-se que 89% do total de estabelecimentos agrícolas nos 35 municípios de atuação do PML são propriedades rurais familiares e ocupam 48% da área total dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2006). Essa distribuição, no entanto, não é homogênea, em função das peculiaridades geográficas, históricas e socioculturais das duas regiões.

1.1.1. Alto Vale do Itajaí

A mesorregião Vale do Itajaí, localizada no centro do Estado de Santa Catarina, caracteriza-se pelo relevo com grandes contrastes altimétricos, pelo perfil bastante acidentado dos rios que compõem a bacia hidrográfica e pelo clima predominante mesotérmico úmido com temperaturas elevadas no verão. Características que têm influência sobre a organização social e econômica da região.

Economicamente a mesorregião pode ser subdivida em Alto, Médio e Baixo Vale do Itajaí. Divisão correspondente aos atributos apresentados em seu desenvolvimento econômico, nas décadas de 1950 e 1960. Segundo Corrêa e Pereira (S/ano) essa separação distingue três diferentes zonas econômicas: “o Alto Vale, com maior dinamismo geográfico, o Médio Vale, com Blumenau e Brusque, e suas indústrias têxteis e o Baixo Vale, como escoadouro de produção” (CORRÊA E PEREIRA, s/ano, p. 02). Cabe ressaltar que os municípios participantes do PML concentram-se na região conhecida como Alto Vale do Itajaí, com 28 municípios, também participantes da AMAVI.

51 A divisão geográfica aqui utilizada obedece às mesorregiões citadas (Alto Vale do Itajaí e Planalto Serrano). No entanto, procuramos também dimensionar o mais próximo possível os municípios de atuação do PML, aproximando das microrregiões correspondentes às Associações de municípios, AMAVI e AMURES. Tivemos um pouco de dificuldade em definir essas áreas, pois todos os municípios que participam do PML na região do Vale do Itajaí também compõem a AMAVI. O que não ocorre na região Serrana, em que os municípios Curitibanos e Ponte Alta não são associados à AMURES, todos os demais sim. Utilizaremos, por tanto, as delimitações Mesorregião Vale do Itajaí e a subdivisão Alto Vale – baseada nos 28 municípios componentes da AMAVI; Mesorregião Serrana e a subdivisão baseada na microrregião Campos de Lages (com 18 municípios correspondentes à AMURES) somado os municípios de Curitibanos e Ponte Alta, que também fazem parte do PML (totalizando 20 municípios nessa microrregião).

Corrêa e Pereira (S/ano) explicam que a região “Vale do Itajaí”, colonizada por imigrantes alemães desde o século XIX, inicialmente tinha como principal atividade produtiva a agrícola. No entanto, devido às características geográficas de relevo acidentado, esta atividade não se caracterizou nos moldes do desenvolvimento econômico moderno. De acordo com Menezes (2009, p.130), o tipo de colonização, eminentemente alemã e também italiana, delineou o tipo de desenvolvimento econômico na região, baseado nas atividades agrícolas de subsistência e extração da madeira, processo necessário para estabelecer terras agricultáveis. As propriedades tinham entre 25 a 30 ha, consideradas áreas ideais para a agricultura de subsistência, cultivavam nesse período principalmente mandioca, fumo, arroz e milho. No entanto, as atividades baseadas nesse modo de produção não prosperaram em função da crescente necessidade de formação de um mercado (comércio) na região, impulsionados pela política nacional de modernização, a qual está fundada na formação de mercados internos.

Nesse contexto de dificuldades para o plantio, devido à geografia acidentada e da pouca especialização técnica, a produção era baixa não permitindo a formação de um comércio forte na região. Para sair dessas dificuldades os agricultores formaram cooperativas para elevar a capacidade produtiva e consolidar uma economia autônoma⁵² e, posteriormente, investir no setor industrial. O processo de industrialização na região ocorreu, após a Primeira Guerra mundial, com nova migração Europeia, com o advento da energia elétrica e de máquinas a vapor, baseado na indústria têxtil. (CORRÊA E PEREIRA, s/ano, p. 04). Esse processo de industrialização ocorreu inicialmente no Médio Vale, com a instalação de indústrias em Blumenau (MENDES, 2009), e posteriormente no Alto Vale. O setor industrial, têxtil, no Vale do Itajaí, é composto atualmente, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2010), por 8.659 indústrias⁵³ (em 2009), que empregam 162 mil trabalhadores (2009), correspondendo a uma média de 18,7 empregos por indústria⁵⁴. Tal atividade participa com 16,2% do Valor da Transformação Industrial de SC (2008) e 2,7% das exportações de SC, US\$ 176 milhões (2009).

⁵² Sobre o processo de desenvolvimento econômico no Estado e na região Alto Vale do Itajaí ver Menezes, 2009, tese de doutorado.

⁵³ Indústrias que realizaram movimentação de pessoal em algum mês do ano.

⁵⁴ Na região Serrana o setor industrial, em menor escala, está baseado na produção madeireira e de papel e celulose. São 394 indústrias de papel e celulose (2009), que empregam 17,8 mil trabalhadores (2009). Participam com 4,8% do Valor da Transformação Industrial de SC (2008) e 2,4% das exportações de SC, US\$ 157 milhões (2009).

O Alto Vale do Itajaí, apesar de possuir pátio industrial, não é considerado essencialmente industrial, tal como a região de Blumenau, isso porque mantém sua característica econômica diversificada, destacando-se a indústria de confecção, metal-mecânica, madeireira (incluindo papel), cerâmica e a agroindústria de alimentos, em especial os frigoríficos de gado e suínos, conservas e laticínios, além da agricultura, que persiste mesmo sob pressão do mercado agroindustrial.

De acordo com dados do IBGE 2010, o Alto Vale do Itajaí possui uma população de 269.424 habitantes, numa área de 7.514 km² (IBGE, 2010), correspondendo a uma densidade demográfica de 35,8 hab/km². O PIB aproximado dessa região, em 2008, foi de R\$ 4.454.360,911, sendo responsável por aproximadamente 3,61% do PIB estadual e 23,6% da mesorregião Alto Vale. A média⁵⁵ da renda per capita (PIB per capita) dos municípios que compõem o Alto Vale, no mesmo período, foi de R\$15.594,00, sendo o município com maior índice Trombudo Central (R\$32.442) e o menor José Boiteux (R\$9.528,91). Média inferior a do Estado, R\$20.369,00, no mesmo período (Secretaria do Estado de Planejamento-SPG-SC).

Se considerarmos o índice Gini⁵⁶ (PNUD, 2003), índice que mede a desigualdade existente na distribuição da renda domiciliar *per capita*⁵⁷, verificamos que no Estado de Santa Catarina este índice aumentou de 0,63 (1991) para 0,65 (2000), o que revela uma tendência ao aumento na concentração de renda ou desigualdade em sua distribuição de 1991 para 2000. A região Alto Vale do Itajaí apresenta um índice mais baixo que o Estado, de 0,50 em 2000. Essa desigualdade é visível também na distribuição populacional por situação de domicílio (rural ou urbana), em que o número de domicílios rurais é bastante reduzido se comparados à população urbana – tendência crescente desde a década de 1970, quando dos incentivos à industrialização do país –, conforme tabela 1.

55 Média da renda per capita dos municípios do Alto Vale do Itajaí, a partir dos índices por município.

56 Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

57 Sabemos que a elaboração de índices apresenta sempre o limite do dado quantitativo que não deixa transparecer as nuances peculiares às condições socioeconômicas, no entanto, torna-se um instrumento eficaz de mensuração e comparação dos diferentes contextos territoriais. Utilizaremos os índices Gini e o IDH.

Tabela 3 - Distribuição da população por situação do domicílio, Brasil, Santa Catarina, Campos de Lages e Alto Vale do Itajaí.

Distribuição da população por situação e domicílio, 2010			
Nível Territorial	Total	Urbana	Rural
Brasil	100	85	15
Santa Catarina	100	84	16
Região Serrana	100	82	18
Vale do Itajaí	100	88	12

Fonte: IBGE

Observamos uma distribuição relativamente semelhante da população urbana e rural nos diferentes níveis territoriais apresentados na tabela 1, sendo a região Vale do Itajaí com menor percentual, explicado pela sua base industrial, principalmente no Médio Vale. O Alto Vale do Itajaí, no entanto, apresenta uma situação diferente, 43% da população é rural, influenciado pelo seu processo produtivo, eminentemente rural. Os municípios Agronômica, Chapadão do Lageado e Santa Terezinha, localizados nessa região, apresentam mais de 80% da população domiciliada em área rural e existem outros 10 (dez) municípios com mais de 50%.

Tabela 4 - Distribuição da população residente dos municípios participantes do PML na região do Alto Vale do Itajaí, por situação de domicílio.

População residente, por município participante do PML na região do Alto Vale do Itajaí e situação de domicílio, 2000.					
Alto Vale do Itajaí e Municípios da região.	Situação do domicílio		Município da Região do Alto Vale	Situação do domicílio	
	Urbana%	Rural%		Urbana%	Rural%
Vale do Itajaí	88	12	Dona Emma	50	50
Indaial	96	4	Mirim Doce	48	52
Ascurra	87	13	Rio do Oeste	48	52
Rodeio	86	14	Apiúna	45	55
Laurentino	73	27	Imbuia	44	56
Presidente Getúlio	71	29	Rio do Campo	43	57
Lontras	68	32	Atalanta	41	59
Salete	68	32	Agronômica	38	62
Ituporanga	67	33	Petrolândia	36	64
Agrolândia	64	36	Aurora	35	65
Trombudo Central	63	37	José Boiteux	34	66
Pouso Redondo	61	39	Vidal Ramos	28	72
Taió	58	42	Chapadão do Lageado	19	81
Benedito Novo	56	44	Santa Terezinha*	17	83
Braço do Trombudo	55	45			

Fonte: IBGE.

* O município de Santa Terezinha não faz parte da região Vale do Itajaí, mas participa da AMAVI e do PML.

Com relação a população rural na mesorregião Vale do Itajaí, 88% dos estabelecimentos rurais são considerados estabelecimentos familiares e ocupam 53% da área total de estabelecimentos rurais. Nos municípios do Alto Vale 90% dos estabelecimentos rurais são familiares e ocupam 65% da área total de tais estabelecimentos. O Alto Vale possui uma população rural maior em comparação com a mesorregião Vale do Itajaí e também uma distribuição mais equilibrada do número de estabelecimentos rurais familiares e área ocupada, apontando uma tendência de distribuição de terras menos desigual que a média do Estado, o qual apresenta 87% de estabelecimentos familiares ocupando 43% da área total de estabelecimentos rurais (IBGE, 2006).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto pelos indicadores longevidade, educação e PIB *per capita*, representa, reconhecendo seus limites metodológicos, o nível de desenvolvimento social⁵⁸. No Alto Vale, em 2000, este índice girava entorno de 0,8, menor que o IDH do estado (0,822). O índice mais baixo entre os municípios da região Alto Vale é no município de Santa Terezinha⁵⁹ (0,738) e o mais alto em Rio do Sul (0,827) (PNUD, 2003).

1.1.2. Região Serrana

A Região Serrana, localizada ao centro-oeste do Estado de Catarina, caracteriza-se pelos campos de altitude, florestas (de araucárias) e cânions. Apresenta clima frio, sendo uma das regiões mais frias do país, com clima temperado ou subtropical.

A economia da região envolve substancialmente a pecuária e uma grande área destinada à indústria florestal. Configuração econômica desenvolvida com base nas características naturais da região. A região Serrana é caracterizada pelos “Campos de Lages”, formado por grandes áreas de pastagens naturais, que viabilizou a criação extensiva do gado – desde o século XVIII, sendo a região conhecida como Caminho das Tropas, por ter sido o caminho de passagem do gado para o Sudeste do país –, alternadas com mata de araucária, que possibilitou a exploração

58 O indicador varia de 0 (zero), nenhum desenvolvimento humano, a 1 (um), desenvolvimento humano total.

59 Devemos destacar que o município de Santa Terezinha não faz parte da região Vale do Itajaí, de acordo com a divisão geográfica elaborada pelo IBGE, no entanto, o município participa da Associação de município do alto Vale do Itajaí – AMAVI. Portanto, quando nos referirmos aos municípios do alto Vale do Itajaí, levamos em consideração o referido município.

madeira, de forma sistemática a partir da década e 1940 (MATIAS, 2007)⁶⁰.

A exploração da madeira na região Serrana é uma atividade que vem sendo desenvolvida por décadas. Inicialmente a atividade era apenas “extrativista”, por meio da exploração de árvores nativas. Esse processo ocorreu até a década de 1970 (aproximadamente), quando do esgotamento das reservas madeiras nativas. Com o fim desse “ciclo de exploração da madeira” (MATIAS, 2007), houve uma estagnação econômica que levou ao empobrecimento de muitos municípios da região. No entanto, como já haviam sido instaladas algumas indústrias (principalmente de pasta mecânica e papel e celulose), iniciou-se gradativamente a prática do plantio de árvores exóticas. Além do motivo da falta de matéria-prima para as referidas indústrias surgem sanções governamentais com relação ao corte de árvores nativas e incentivo ao plantio de árvores exóticas, a silvicultura, o chamado “reflorestamento”. Junto com os incentivos governamentais para exploração da madeira “reflorestada” surgem também investimentos de capital estrangeiro. Com esses incentivos as antigas indústrias foram compradas ou geraram fusões que formaram as principais fábricas de papel e celulose da atualidade: a Rigesa (de capital americano) e a Klabin SA. No entanto, apesar desse novo “fôlego” na atividade madeira, a situação socioeconômica dos municípios da região não melhorou como era de se esperar. As novas atividades madeiras não produziram resultados econômicos a ponto de dinamizar a economia local, mantendo a estagnação econômica, a pobreza e a desigualdade na referida região. As atividades produtivas centradas na exploração da madeira e gado, apesar das experiências negativas por elas trazidas, permanecem sem a inclusão de outras novas e diversificadas.

Segundo dados do IBGE (2010), a região Serrana possui uma população de 326.757 habitantes, numa área de 17.245,084 km² (IBGE, 2010), com uma densidade demográfica de 18,9 hab/Km². O PIB aproximado dessa região, em 2008, foi de R\$ 5.748.495,602, sendo responsável por aproximadamente 3,7% do PIB estadual e 4,2% do PIB da região Serrana. A média da renda *per capita* (PIB *per capita*) no mesmo período, inferior a do Estado (R\$ 20.369), foi R\$12.641,57, sendo o município com maior renda o de Correia Pinto (R\$ 22.875) e o

60 A criação do gado e a extração da madeira não eram atividades competidoras. Pelo contrário a exploração da madeira abria maiores áreas para pastagem. No entanto, devido ao crescimento econômico da exploração da madeira, na década de 1960 ganhou importância econômica maior do que a da criação do gado. Sobre o processo histórico da produção da madeira (os ciclos da madeira) na Região dos Campos de Lages e sua importância econômica, ver Matias (2007).

menor Cerro Negro (R\$6.910). O índice Gini da região é semelhante ao do estado, em torno de 0,56, e também apresentou crescimento de 1991 para 2000.

A distribuição por situação de domicílio (rural ou urbana) na região serrana é bastante desigual, tem-se uma população rural bastante reduzida, havendo concentração nas áreas urbanas. A média da população rural é de 18% na Região Serrana, próxima a de Santa Catarina (16%) e do Brasil (15%), em 2010. Em Campos de Lages o percentual é mais alto, chegando a 45%. Os municípios que apresentam maior concentração rural são Paineira, Palmeira e São José do Cerrito.

Tabela 5 - População residente por situação de domicílio, na microrregião Campos de Lages e municípios participantes do PML na região Serrana, 2010.

População residente por situação de domicílio, por municípios participantes do PML e região Campos de Lages		
Região Campos de Lages e municípios da região	Situação do domicílio	
	Urbana %	Rural %
Campos de Lages	55	45
Municípios Estudados	56	44
Correia Pinto	81	19
Curitibanos	92	8
Otaçílio Costa	91	9
Ponte Alta	91	9
Paineira	40	60
Palmeira	39	61
São José do Cerrito	27	73

Fonte: IBGE - 2000

Com relação à distribuição de terras, em torno de 75% dos estabelecimentos rurais na mesorregião Serrana e na microrregião Campos de Lages são considerados estabelecimentos familiares e ocupam cerca de 20% do total da área ocupada por estabelecimentos rurais. Tal distribuição é semelhante a dos municípios estudados, onde 78% dos estabelecimentos rurais são considerados familiares e ocupam 24% da área total. Dado que sugere uma alta concentração de terras em estabelecimentos não familiares, ou fazendas, na região Serrana.

O IDH em 2000, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, era em média de 0,75, índice inferior ao IDH do Estado (0,822) no mesmo período. O índice mais baixo é verificado em Cerro Negro (0,68) e o mais alto em Lages (0,813). Cabe lembrar que o município de

Otacílio Costa, com o segundo maior índice (0,804), é sede da fábrica de papel e celulose da Klabin, sendo um dos únicos municípios que apresentam atividade industrial expressiva e aonde a concentração da população rural chega a 47,6% dos habitantes.

A região Serrana apresenta, portanto, um nível de desigualdade semelhante ao do estado e um IDH mais baixo que a média estadual. Informações que, levando em consideração seus limites, expressam o tipo de “desenvolvimento econômico” empreendido na região, baseado num perfil fundiário dominante no Brasil desde sua colonização, o de latifúndios⁶¹.

Quadro 2- Resumo das principais características socioeconômicas das regiões Alto Vale e Serrana.

Nível Territorial	Densidade Demográfica	Contribuição com o PIB Estadual	Percentual da população rural	Percentual de Propriedades Familiares	Área Ocupada por propriedades familiares	IDH	GINI
Santa Catarina	65,3	100%	16%	87%	43%	0,82	0,56
Alto Vale do Itajaí	35,8	3,61%	57%	90%	65%	0,79	0,50
Camp dos Lages	18,9	3,77%	45%	78%	24%	0,75	0,56

Verificam-se correlações entre os aspectos sócio-históricos e o desenvolvimento econômico nas duas regiões analisadas. A região Alto Vale apresenta uma economia diversificada e índices socioeconômicos mais elevados. A região Serrana, por sua vez, com economia baseada nos latifúndios de exploração centrada na silvicultura e pecuária, tem índices inferiores à média do estado, principalmente com relação à distribuição de terras.

O Alto Vale do Itajaí teve um povoamento caracterizado pela imigração europeia, em torno de pequenas propriedades rurais com

61 Não apresentamos aqui uma discussão sobre a distribuição fundiária no Brasil e a Reforma Agrária. Mas sobre esse assunto e as mediações políticas entorno dessa relação, ver Delgado (2003) “A questão agrária no Brasil: 1950-2003”.

cultivo de subsistência. Tal tipo de agricultura foi influenciada pelas características geográficas da região, de terreno acidentado e formação de vales, que não permitiu cultivos extensivos, plantios ou campos de pasto. A região Serrana, colonizada por Bandeirantes tropeiros, teve sua distribuição fundiária baseada nos latifúndios que, em função de sua geografia de grandes áreas de pastos naturais centrou sua produtividade na criação de gado e na exploração da madeira, não desenvolvendo uma agricultura forte.

Tais características marcam também a distribuição da população nas áreas rurais: o êxodo rural na região Serrana é maior em função da expulsão da mão-de-obra rural, já que as principais atividades produtivas precisam de cada vez menos mão-de-obra para manter-se. O mesmo não acontece na região Alto Vale, onde o desenvolvimento de uma agricultura relativamente forte permitiu a manutenção da população rural no campo.

Com base nos dados apresentados ficam evidentes, também, as peculiaridades estruturais da distribuição fundiária nas duas regiões. O perfil fundiário no Alto Vale tem características mais próximas as da agricultura familiar, caracterizada por pequenas propriedades rurais. Na Região Serrana, onde os municípios ocupam áreas territoriais maiores que no Alto Vale, tem-se um menor número de estabelecimentos familiares, sendo que as propriedades não-familiares representam 24% dos estabelecimentos agrícolas e ocupam quase 80% da área destinada à agricultura, caracterizando uma região com maior ocorrência de grandes propriedades, as fazendas.

1.1.3. Nota metodológica

Por motivos logísticos – locomoção, tempo e recursos financeiros –, nosso estudo de campo concentrou-se na região do Alto Vale do Itajaí, região onde está localizada a sede da APREMAVI e o maior número de propriedades fomentadas pelo PML. Os técnicos da APREMAVI responsáveis pelo PML foram muito importantes na fase de coleta de dados, pois muitas das propriedades rurais são de difícil acesso e sem eles não conseguiríamos encontrá-las.

O trabalho de campo consistiu na pesquisa bibliográfica e documental sobre o PML, na observação do trabalho realizado pelos técnicos da Klabin e da APREMAVI e em entrevistas realizadas com os agricultores participantes do Programa. O trabalho de campo foi realizado em três momentos: em março, junho e novembro de 2010, cada qual durando o período de uma semana. E em Janeiro de 2011,

especialmente para a realização de uma entrevista com Miriam Prochnow, integrante fundadora da APREMAVI. A observação em campo foi bastante rica, pois permitiu acompanhar os trabalhos em diferentes momentos do Programa, conversar com técnicos envolvidos e também perceber a participação, ou envolvimento, de outros segmentos como prefeituras e EPAGRI.

Antes de iniciar o trabalho de campo houve uma reunião com os responsáveis técnicos pelo PML, da Klabin e da APREMAVI, onde foram expostos os objetivos da pesquisa e onde obtivemos a aceitação por parte do PML à pesquisa. Foi esclarecida a intenção de elaborar uma análise crítica do PML, apontando possíveis problemas e dificuldades em sua realização. Propostas que os deixaram bastante entusiasmados e os colocaram à disposição para esclarecer dúvidas e orientar a localização das propriedades. O contato direto foi com os técnicos da APREMAVI; em todas as idas a campo a ONG disponibilizou o dormitório da associação e “caronas” para as propriedades rurais.

Na primeira incursão em campo o objetivo foi o de observar os trabalhos dos técnicos da APREMAVI e realizar entrevistas com os agricultores fomentados. A maior dificuldade foi realizar as entrevistas com os agricultores, pois os técnicos que se dispuseram a acompanhar o campo, por meio de caronas, ficavam na propriedade durante as entrevistas, o que inibiu os entrevistados. Tal fato ficou evidente pela maneira como os agricultores se comportavam mediante as perguntas feitas. Ficavam desconfortáveis e não respondiam a uma pergunta sem antes trocar olhares com os técnicos. Porém, ao explicar que sua presença podia distorcer as respostas, prontamente os técnicos compreenderam e passaram a não permanecer na propriedade durante as entrevistas.

Na segunda incursão acompanhei os trabalhos de “sensibilização”, que consistem em reuniões nas comunidades rurais para a apresentação do PML. É a fase inicial do Programa, quando os técnicos da Klabin e da APREMAVI apresentam-se conjuntamente e divulgam sua proposta. Nessas reuniões participam apoiadores locais, como prefeitura e EPAGRI, que por vezes organizam tais reuniões.

Na última incursão o objetivo foi realizar mais entrevistas com os agricultores, pois com base na experiência adquirida até aquele momento evidenciou-se a importância destes atores. A experiência com as entrevistas anteriores permitiu uma reorganização dos questionários para torná-los mais eficientes e com isso promover conversas mais fluentes (ANEXO F). Ao final dos trabalhos em campo foram realizadas

19 entrevistas semiestruturadas com os agricultores fomentados, 2 entrevistas com técnicos de instituições governamentais, sendo um técnico da Epagri e outro secretário da agricultura de uma das prefeituras, entrevistas com os técnicos da APREMAVI e sua sócia fundadora Miriam Prochnow, além de observações participantes em 10 municípios: Agrolândia, Apiúna, Atalanta, Imbuia, Braço do Trombudo, Correia Pinto, Ituporanga, José Boiteux, Presidente Getúlio e Rio do Oeste.

Apresenta-se a seguir a caracterização da empresa, sua produção e envolvimento com programas de fomento, e da ONG, apresentando um histórico de atuação e as estratégias estabelecidas. Essa contextualização facilitará a exposição das análises das relações sócio-produtivas em torno do programa.

1.2. A empresa Klabin SA

A empresa Klabin é herdeira de Mauricio Freeman Klabin, fundador em 1890 da empresa “M.F.Klabin e Irmão”, empresa de tipografia (Empresa Graphica Klabin) e casa importadora de artigos para escritório, em São Paulo. Em 1934 o grupo comprou a Fazenda Monte Alegre no município de Tibagi (PR), para a construção da primeira fábrica integrada do Grupo e do país, denominada Indústrias Klabin do Paraná (IKP). Fábrica inaugurada em 1947 e que promoveu a constituição da cidade de Telêmaco Borba-PR. Na década de 1960 o grupo instalou a empresa Papel e Celulose Catarinense (PCC) em Santa Catarina.

Atualmente a Klabin é uma empresa do ramo de produção de papel e celulose que produz sua própria matéria prima. A produção da Klabin acompanha toda a cadeia produtiva do papel e da celulose, desde o plantio até a comercialização. Segundo dados disponibilizados pela empresa (Klabin, 2010, p. 08), o resultado da produção em 2009 atingiu 2,5 milhões de toneladas de madeira para papel e celulose, 1,7 milhões de toneladas de celulose e 1,9 milhões de toneladas de papéis e cartões. Desta produção, 1,544 milhões de toneladas (excluindo madeira) foram comercializadas, sendo 36% das vendas realizadas em mercados externos (KLABIN SA, 2010, P. 17). No setor de papéis a empresa produz: papel cartão, papel Kraft, embalagens de papel ondulado e sacos industriais (Klabin, 2010). Possui uma capacidade instalada de produção de 1,6 milhões de t/ano em papéis, distribuídos em 17 unidades

industriais no Brasil e na Argentina, o que gerou em 2006 uma renda bruta de 1,5 bilhões de dólares (KLABIN SA. 2010)⁶².

1.2.1. Base Florestal e Fomento

A Klabin, em 2009, possuía 212 mil hectares de florestas de exóticas plantadas, sendo 142 mil hectares no Paraná, 65 em Santa Catarina e 5 em São Paulo (KLABIN SA. 2009, P. 29)⁶³. Além das áreas próprias de plantio de madeira a empresa adotou, desde 1984, o sistema de fomento florestal⁶⁴. O fomento florestal consiste em uma espécie de terceirização da produção ou, na terminologia adotada pela empresa, uma parceria. Nesse sistema a empresa financia o investimento inicial para a produção e, no caso da Klabin, o agricultor se compromete a quitar a dívida com parte da produção, madeira em tora, e não em dinheiro. Além disso, o agricultor se compromete em dar preferência na venda da produção excedente (excedente da produção destinada ao pagamento da dívida) para a empresa. De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) esse mecanismo de negociação tem aumentado nos últimos anos. A área total ocupada por programas de fomentos ligados às empresas associadas à ABRAF era de 290.000 ha em 2006. Em 2007 teve um aumento de 38,6%, representando um total de 401.900 ha. A produção da Klabin proveniente de fomento florestal em 2009 foi de 6,9 mil hectares em Santa Catarina, São Paulo e Paraná, abrangendo 542 produtores rurais. O objetivo da empresa é atingir um percentual de 20% de reflorestamento originados de produção terceirizada; em 2009 esse percentual era de 9% (KLABIN, 2010, p. 20).

Em Santa Catarina o Programa de Fomento Florestal teve início em 1984 com o apoio da EPAGRI e de prefeituras municipais. Atualmente cerca de seis mil pequenos e médios proprietários rurais, localizados em 55 municípios nas regiões Serrana e Vale do Itajaí,

62 Disponível em <<http://www.klabin.com.br/pt-br/investidores/perfilCorporativo.aspx>> Acesso em 12/01/2011.

63 KLABIN SA. Novos Caminhos para um novo tempo: Relatório de Sustentabilidade, 2009. Publicação da Klabin. Disponível em <<http://www.klabin.com.br/rs2009/pt/index.shtml>> Acesso em 11 de janeiro de 2011.

64 Fomento florestal uma das formas assumidas pelo fomento mercantil, definido pela ANFA - Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – como “a prestação de serviços, em base contínua, os mais variados e abrangentes, conjugada com a aquisição de créditos de empresas, resultantes de suas vendas mercantis ou de prestação de serviços, realizadas a prazo” (definição retirada do site da ANFA <<http://www.anfac.com.br/servlet/ServletConteudo?acao=consultarConteudo&txtCodiCont=25>> em 30 de março de 2010 as 19:30h).

participam do programa, somando mais de 22 mil hectares de florestas plantadas.

O Programa Matas Legais é uma espécie de programa experimental dentro do Programa de Fomento da empresa. Dentre o total de fomentados, ou “parceiros”, nas palavras da empresa, 282 participam do PML. É interessante perceber a desproporção no número de propriedades por municípios nas duas regiões. Na região Vale do Itajaí as 177 propriedades estão distribuídas em 28 municípios, na região Serrana participam 105 proprietários em 7 municípios. Tal desproporção aponta para uma maior concentração florestal nos municípios da Região Serrana do que no Alto Vale do Itajaí, que tem uma produção mais distribuída.

1.3. A ONG APREMAVI

A Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – APREMAVI – é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 09 de julho de 1987, na cidade de Ibirama/SC. Sua composição inicial contou com 19 membros fundadores, dentre os quais destacamos Mirian Prochnow, atualmente membro do conselho consultivo da associação, secretária executiva da coordenação geral do Diálogo Florestal Nacional e coordenadora do Diálogo Regional Paraná e Santa Catarina. Nas eleições de 2010 foi candidata à deputada federal pelo Partido Verde. Destacamos sua atuação, pois é a pessoa articuladora das políticas encaminhadas pela associação, como observamos na formação do Diálogo Florestal Nacional. As ações da ONG estão relacionadas com a preservação de áreas remanescentes de Mata Atlântica. Seu objetivo fundamental, conforme informações institucionais dispostas no site oficial, é “a defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, dos bens e valores culturais”⁶⁵, em busca da melhoria da qualidade de vida no Bioma da Mata Atlântica” (APREMAVI, 2010, link: Missão e Valores).

65 Embora tenham o objetivo de observar a cultura tradicional o que percebemos em campo é que sua atuação nesse sentido é a de adequar/mediar junto aos agricultores as ações pré-estabelecidas pelo programa, enfatizando a importância da preservação do meio ambiente e tornando acessíveis as informações sobre a legislação ambiental. Utilizam para tanto visitas às propriedades e reuniões temáticas com os próprios agricultores. No ano de 2010 foi realizada uma confraternização entre as mulheres agricultoras participantes do PML, uma demanda das próprias mulheres que se sentiam excluídas do Programa. Depois dessa reunião, percebi em campo maior segurança e vontade de participação por parte das mulheres. Um exemplo disso é que se na primeira ida a campo as mulheres quase não participavam da entrevista, de forma ativa, embora estivessem presentes, na segunda algumas entrevistas foram realizadas apenas

As ações praticadas em torno do objetivo proposto são denúncias de ações destruidoras do meio ambiente, manutenção de viveiro de mudas, Educação Ambiental (em parques, escolas, palestras em parcerias com outras organizações), além de auxílio técnico e consultoria ambiental na formação de reservas e parques, como o Parque Municipal da Mata Atlântica no município de Atalanta/SC, atualmente município sede da ONG. Atuam também em parcerias com empresas, como no caso do PML. De acordo com Mirian, em entrevista, essa não foi a primeira parceria com o setor privado, mas não fazem parceria com qualquer empresa, sem critérios. Para a formação da parceria a empresa deve mostrar-se interessada nos trabalhos de preservação ambiental e ter produtos que não sejam contraditórios a esses objetivos. Em sua avaliação, uma empresa que planta árvores é uma empresa que incentiva práticas sustentáveis, pois evita o desmatamento de florestas nativas.

Os recursos para o desenvolvimento dos projetos da APREMAVI são captados por meio de editais de incentivo a programas de preservação do meio ambiente, de instituições públicas e privadas; da venda de produtos gerados pela associação, desde programa de educação ambiental e palestras, à venda de materiais da ONG – camisetas, bonés, mudas.

Atualmente a associação conta com a parceria de instituições públicas e privadas no desenvolvimento de seus projetos. Dentre os parceiros e apoiadores de programas e projetos da ONG estão: a *The Nature Conservancy* (TNC), ONG ambientalista transnacional criada na década de 1980 nos Estados Unidos, uma das três organizações mais influentes e difundidas mundialmente (DIEGUES, 2005 e 2008)⁶⁶; a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, fundada em 1990 pelo grupo O Boticário, representando a política social da empresa; a *The Inter-American Foundation* (IAF), organização norte americana com atuação na América Latina e Caribe, fundada em 1969; a ACCIONatura, ONG ambientalista espanhola, fundada em 1997; e a Bund, organização ambientalista alemã, entre as organizações não governamentais. A Klabin Celulose SA e a Metalúrgica Riosulense

com as mulheres, quando da ausência dos maridos. Isso demonstra a importância que esse tipo de medida tem na vida dessas famílias, pois de certa forma empodera a mulher que em geral não participa nas discussões financeiras.

66 Antônio Carlos em “A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas”(2008) e em “O Mito Moderno da natureza intocada” (2005), aponta as ONGs WWF (World Wildlife Fund), TNC (Nature Conservancy) e CI (Conservation International) + WCS (Wildlife Conservation Society) como as organizações transnacionais de maior visibilidade mundialmente.

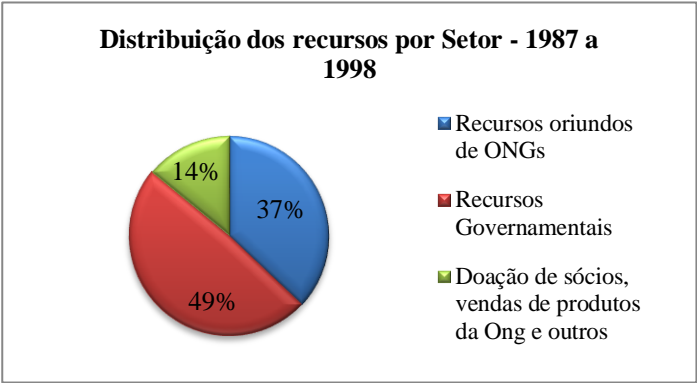
entre as instituições privadas. As instituições públicas são prefeitura Municipal de Atalanta e o PDA, subprograma do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, criado em 2005 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Observamos uma variedade de instituições apoiadoras, tanto em termos de origem geográfica quanto de setores da sociedade – instituições nacionais e internacionais do setor público, privado e terceiro setor. Esse dado aponta para a estratégia adotada pela ONG, que busca ampliar sua atuação aceitando financiamentos de diversas origens desde que com parceiros de objetivos comuns, conforme relata Miriam em entrevista. Esta estratégia acompanha as transformações ocorridas no movimento ambiental, como veremos nos dados relativos aos financiamentos da ONG. Aponta também para outro dado, que converge às análises de Diegues (2005 e 2008), a influência do modelo preservacionista das organizações transnacionais do hemisfério norte. Pois tanto os projetos elaborados para essas grandes organizações como os projetos desenvolvidos com o setor privado preconizam ações preservacionistas.

A origem dos recursos financeiros da organização apresenta uma variedade que pode ser identificada em sua prestação de contas. Verificam-se alterações periódicas no perfil das instituições financiadoras acompanhando transformações no processo de construção da temática ambiental. Em sua primeira etapa de atuação, até o ano de 1990, os recursos eram exclusivamente oriundos de sócios e de doações. A partir de 1990 ONGs internacionais – principalmente norte americanas e alemãs – passaram a investir no trabalho da Associação. (ANEXO G). Em 1994, num terceiro momento financeiro, a receita da associação teve um salto quantitativo, influenciado pela Rio-92, momento em que o Governo Federal inicia programas de destinação de recursos para trabalhos em preservação ambiental⁶⁷. Nesse período os recursos eram predominantemente oriundos de financiamentos governamentais e em segundo lugar os recursos provenientes de ONGs internacionais, como exposto no gráfico a seguir:

67 Principalmente por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA. O fundo, proposto pelo MMA, foi criado pela lei nº 7.797 de 10 de Julho de 1989, com finalidade de “contribuir, como agente financiador, por meio da participação social, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (página oficial do MMA. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=1&idConteudo=3419&idMenu=3036>> Acesso em 08/02/2011).

Gráfico 2: Distribuição da receita da APREMAVI por setor financiador - 1987 a 1998



Fonte: APREMAVI

Durante a década de 1990 os recursos procedentes de ONGs internacionais e do governo somados foram responsáveis por 86% da receita da ONG, sendo as demais arrecadações provenientes de doações e vendas de produtos da própria organização. A representatividade dos investimentos oriundos de recursos governamentais, naquele período, reporta ao início do movimento de aplicação de recursos governamentais em ações ambientais, fato que antes não se verificava.

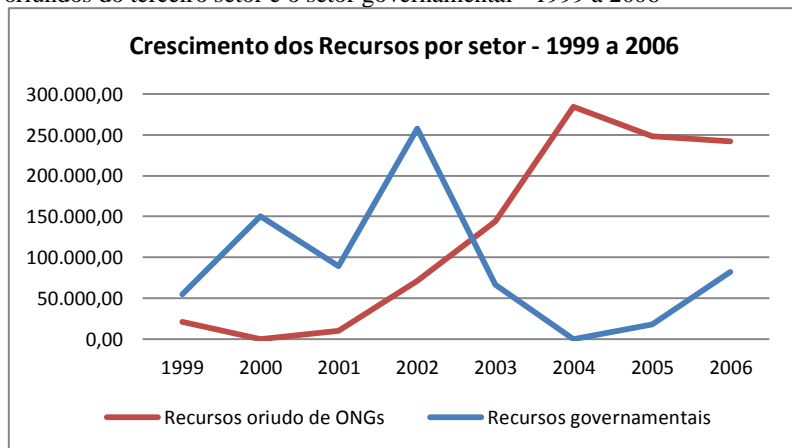
Gráfico 3: Crescimento dos recursos provenientes de ONG e governo, 1990 a 1998:



Fonte: APREMAVI

Esse quadro sofreu alterações nos anos 2000, quando se consolidou a política das ONGs transnacionais e as estratégias de atuação ambiental do setor privado, influenciados pelas demandas do mercado internacional, em especial o madeireiro, por programas ambientais.

Gráfico 4: Crescimento comparado dos recursos destinados a APREMAVI oriundos do terceiro setor e o setor governamental - 1999 a 2006

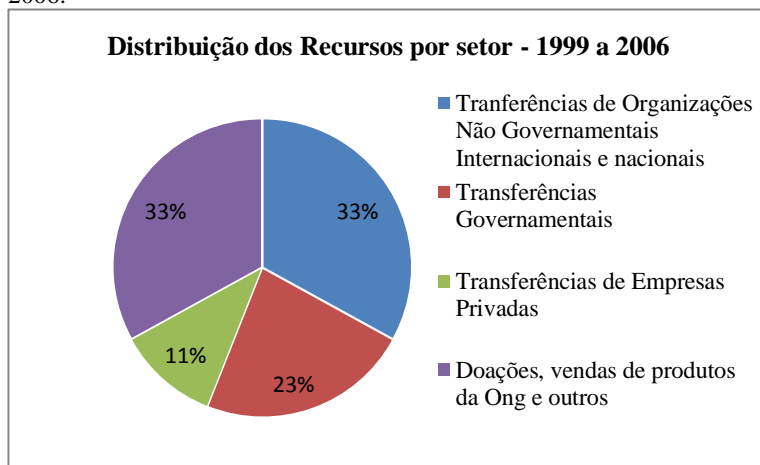


Fonte: APREMAVI

Nesse período percebemos uma inversão nos investimentos. A queda de investimentos governamentais foi inversamente acompanhada pelo crescimento dos investimentos provenientes das ONGs internacionais. Dentre elas destacamos as aplicações da TNC, responsável por 30% dos recursos provenientes de ONGs no período de 2002 a 2006, e a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, responsável por 36% dos recursos provenientes de ONGs no mesmo período. As duas ONGs repassaram, juntas, R\$ 654.300,89 no referido período, equivalendo a 33% dos recursos totais da associação.

Outra mudança verificada nos anos 2000 foi a realização de parcerias com empresas privadas, consequência da mobilização empresarial rumo a projetos sócio ambientais. Dentre as empresas privadas destacamos as de papel e celulose Suzano e a Klabin SA.

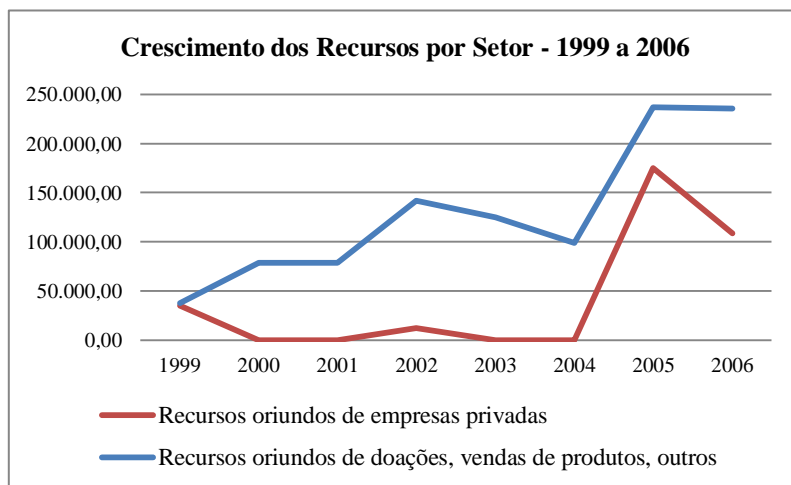
Gráfico 5: Distribuição da receita da APREMAVI, por setor, de 1999 a 2006:



Fonte: APREMAVI

Ressaltamos que até a década de 2000 a APREMAVI não possuía recursos oriundos de empresas privadas e também que os recursos oriundos da venda de produtos da própria ONG e doações eram relativamente menos representativos. Note-se que no período de 1987 a 1998 os recursos provenientes de vendas de produtos da empresa e doações correspondiam a 14% da sua receita, parcela que aumentou, principalmente nos anos 2000, quando esse percentual chega a 33%, proporção equivalente a de recursos oriundos de ONGs (nacionais e internacionais). O crescimento dos recursos provenientes da venda de produtos da própria ONG é consequência do aumento de demanda por palestras, cursos, oficinas de educação ambiental e também da produtividade do viveiro de mudas de árvores nativas (responsável por grande parte destes recursos). Esse aumento deriva também da nova modalidade de parceria da ONG com empresas privadas, pois muitas das mudas vendidas são destinadas a empresas privadas como, por exemplo, para a Klabin na realização do PML. O crescimento destes dois meios de obtenção de recursos, ambos vinculados ao mercado, vêm crescendo de forma bastante homogênea, conforme gráfico:

Gráfico 6: Crescimentos dos recursos provenientes de produtos vendidos pela APREMAVI e por empresas privadas



Fonte: APREMAVI.

Nessa nova configuração da arrecadação de recursos a parcela que cabe à empresa Klabin representa 17% da receita total da Associação no referido período. É através dessa parceria que o Programa Matas Legais se realiza.

1.4. Logística do Programa

Para entender o funcionamento do PML procuramos identificar como é descrito em documentos disponibilizados pelos atores envolvidos e em entrevistas e conversas, processo que gerou algumas informações contraditórias, demonstrando certa confusão em sua definição. O programa é apresentado como um programa único pela ONG e pela empresa, no entanto não é percebido da mesma maneira pelos agricultores fomentados. Quando perguntados sobre o Programa Matas Legais, na maior parte das entrevistas, os agricultores não souberam responder. No seu entendimento o “programa da Klabin” resume-se ao contrato de parceria (fomento) com a empresa para o

plantio de eucalipto⁶⁸. Como o PML inclui uma abordagem ambiental/preservacionista e diante das incertezas dos entrevistados, perguntei se havia algum “programa ambiental” em suas propriedades. Neste caso falam imediatamente do “pessoal da APREMAVI”. Reconhecem, portanto, a atuação dos técnicos da associação no processo de delimitação da Reserva Legal e no fornecimento de mudas de plantas nativas, mas não fazem a ligação entre esse trabalho e o PML ou a Klabin. Isso porque os técnicos da APREMAVI e da Klabin não são explícitos a esse respeito. Os trabalhos dos técnicos são realizados em etapas bem definidas e nem sempre são realizados em conjunto, já que a empresa é responsável pelas ações relativas ao fomento florestal e a ONG pelas ações preservacionistas, o que contribui para essa dissociação.

Embora existam divergências na definição do PML, ao acompanhar a realização das reuniões itinerantes e conversar com os diferentes atores, concluímos que o programa é realizado em duas partes, a de fomento e a de preservação, mas que o que caracteriza o PML é a realização dos trabalhos de adequação ambiental – sem essa adesão a parceria caracteriza-se apenas como fomento florestal. O programa se realiza após a adesão dos proprietários rurais ao programa de fomento florestal da empresa. A adesão dos agricultores ao programa de fomento florestal, a partir de 2005, quando do início do PML, é concomitante a adesão ao PML, estando os proprietários fomentados no período anterior desvinculados do Programa. Ao aderirem ao programa de fomento, automaticamente os produtores rurais estão envolvidos no PML, embora não tenham tanta clareza sobre o fato. Segundo um dos técnicos da APREMAVI isso acontece em função da estratégia do Programa, em que evitam utilizar termos “complicados” como sustentabilidade, preservação e conservação, para que os agricultores não se afastem do Programa. Essa “ameaça” de afastamento deriva da desconfiança dos agricultores rurais para com a temática ambiental, consequência das experiências negativas que tiveram com o tema, pois quando se fala em meio ambiente a ligação imediata feita por eles é com a legislação ambiental e com as multas aplicadas pelo IBAMA. Por esse motivo a abordagem do tema se concentra apenas nos temas “adequação ambiental”, esclarecem as dúvidas e auxiliam nos procedimentos relacionados à legislação ambiental e à “preservação da Mata e da água”.

⁶⁸ Conforme notamos na descrição do setor florestal, há uma tendência por parte das empresas em substituir sua produção da espécie pinus pela de eucalipto. Essa tendência se reflete no PML, pois a empresa vem financiando apenas o plantio do eucalipto.

Os temas estão inter-relacionados, posto que a legislação ambiental se aplique justamente à preservação de Matas Nativas e recursos hídricos, com preservação da mata ciliar⁶⁹ e proibição de despejo de rejeitos químicos da produção nos leitos.

O Programa é dividido em etapas bem definidas, como já observado, em que APREMAVI e Klabin têm papéis distintos realizados separadamente. São elas: a de sensibilização, das quais participam as duas instituições; de adesão ao PML firmada por meio de “contrato de parceria” com a Klabin (nessa etapa são realizadas as medições e delimitações das áreas de plantio pelos técnicos da empresa); de plantio (acompanhado pelos técnicos da Klabin que informam sobre os procedimentos técnicos) e fiscalização (consiste em visitas a campo para averiguação do cumprimento do acordo, também realizados pela empresa) e; de acompanhamento ambiental (visitas feitas pelos técnicos da APREMAVI para realização de educação ambiental, auxílio visando a adequação ambiental e distribuição de mudas de plantas nativas para o plantio na propriedade). Durante a pesquisa pude acompanhar duas dessas etapas, a de sensibilização e de acompanhamento ambiental.

1.4.1. As reuniões de Sensibilização: a proposta

As prefeituras, dos municípios de atuação da empresa, e EPAGRI contribuíram para a implantação do Programa de Fomento da Klabin desde a década de 1980 e continuam sendo atores importantes na implantação do PML. Essas instituições “facilitam”, ou organizam as reuniões de sensibilização nas comunidades rurais. Essas reuniões são feitas, em geral, nos salões das Igrejas das localidades, pequenas comunidades rurais dos municípios com potencial para o plantio de árvores.

⁶⁹ Nesse assunto, mediante aos impasses atinentes ao Código Florestal Brasileiro, aconselham aos agricultores a considerarem o código atual, posto que a discussão sobre o “novo código” está longe de acabar, e ninguém saber como terminará.

Ilustração 2 - Reunião Itinerante na comunidade sede de José Boiteux



Fonte: Foto tirada em campo.

Nessas reuniões participam os agentes “facilitadores”– assim chamados os representantes locais, principalmente agentes das prefeituras e/ou EPAGRI –, um técnico da empresa e dois técnicos da APREMAVI. Sua realização obedece a um padrão pré-determinado e com objetivos bem específicos. Primeiramente os “agentes facilitadores” apresentam a Klabin e a APREMAVI. Em seguida o técnico da empresa faz uma exposição de aproximadamente uma hora sobre a empresa, incluindo a produtividade da madeira, projeções econômicas da demanda do produto e o programa de fomento florestal. Na sequência faz-se uma pausa, momento em que é servido café com guloseimas (bolachas e bolos). Essa pausa é estratégica, pois é um momento em que os agricultores, que ficaram encabulados de fazer alguma pergunta durante a apresentação, podem esclarecer dúvidas e mostrar interesse. No retorno do *cofee break* os técnicos da APREMAVI fazem sua apresentação. Nas reuniões em que participei, foram 5, a APREMAVI apresentou o projeto da AMAVI para realização das Reservas Legais e uma exposição sobre a legislação ambiental (atual) referente à Reserva Legal. Os “facilitadores” em geral fazem a abertura e fechamento da

reunião, apresentando os convidados, Klabin e APREMAVI e colocando-se a disposição dos agricultores para intermediar o contato com o Programa.

Ilustração 3 - Pausa para o *coffee break*. Reunião Itinerante na comunidade Ribeirão Griesebach em José Boiteux



Fonte: Foto tirada em campo.

Chamou à atenção o fato de nenhum dos grupos apresentarem o PML. A Klabin referiu-se à necessidade de adequação ambiental e rapidamente cita o nome do PML e a APREMAVI falou exclusivamente de outro programa, o “Projeto de Adequação Ambiental da Propriedade Rural” desenvolvido pela AMAVI. Quando percebi essa alteração – já que participei dessas reuniões por fazerem parte do PML –, perguntei aos técnicos por que faziam a apresentação de outro projeto e não do PML. prontamente responderam que apresentar ou não o PML não altera a adesão ao Programa, pois é um acordo com a empresa. Aderindo ao programa de fomento os agricultores automaticamente se comprometem a receber as visitas da APREMAVI. Já o projeto da AMAVI é considerado pela Associação um programa importante, que deve ser divulgado principalmente pelo fato de os agricultores terem ainda dificuldades em aceitar fazer a Reserva Legal e de o prazo

determinado para isso estar acabando⁷⁰. Por esse motivo aproveitam a mobilização para esclarecer dúvidas e divulgar o projeto da AMAVI que visa auxiliar os pequenos agricultores do Vale do Itajaí tornando o processo de averbação da Reserva Legal “menos oneroso”, reduzindo os custos devido ao trabalho prestado pelos técnicos da APREMAVI.

Nas conversas e entrevistas com os agricultores rurais percebi que sua aversão à legislação ambiental deve-se principalmente aos custos gerados por ela. Além do processo de averbação da reserva, os agricultores argumentam que deixar de utilizar economicamente uma porção das suas terras é também oneroso. Para realizar a averbação é preciso contratar um agrimensor para medir, descrever e mapear a propriedade utilizando georeferenciamento e registrar essa terra em cartório, sendo todos os custos do proprietário. O projeto da AMAVI propõe que os laudos sejam emitidos pelas prefeituras associadas, diminuindo os custos da averbação, que restringem-se ao registro em cartório. Antes de continuar a descrição do Programa e dos conflitos que o circundam, descreveremos as reuniões presenciadas em campo. Esse procedimento facilitará o entendimento sobre o envolvimento da ONG com o programa e sua relação com os agricultores.

Em campo acompanhei 5 (cinco) reuniões de sensibilização, das quais 4 (quatro) aconteceram em José Boiteux e 1 (uma) em Apiúna – todas no Vale do Itajaí. As reuniões em José Boiteux foram solicitadas pela prefeitura e a reunião em Apiúna foi solicitada pela EPAGRI. Nos dois casos partiu do setor público a solicitação das reuniões, justificando-as pela busca de alternativas produtivas para o pequeno produtor rural, pois este é um setor que tem perdido espaço no mercado, gerando o empobrecimento e esvaziamento do campo. Nessas reuniões pude identificar alguns pontos críticos a serem analisados. No diálogo entre os diferentes atores alguns assuntos foram citados, com maior ou menor polêmica, mas os temas mais polêmicos foram “adequação ambiental”, ao envolver a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente, e “Desenvolvimento Econômico”. Isso se deveu também em função da própria configuração das reuniões, descritas a seguir.

70 Na época, ainda não estava em tramitação o “novo código florestal brasileira”, porém já haviam conflitos e debates entorno da legislação estadual, a qual até então era considerada “anticonstitucional”.

1.4.1.1. A Reserva Legal

Nas reuniões organizadas pela prefeitura o tema mais abordado, e também o mais polêmico, foi o da adequação ambiental. Isso porque na reunião as apresentações centraram-se, além de no Programa de Fomento apresentado pela Klabin, no Projeto de Adequação Ambiental da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, apresentado pelo técnico da APREMAVI.

O projeto de adequação ambiental proposto pela AMAVI, desde 2009, visa auxílio técnico para averbação da Reserva Legal aos pequenos produtores dos 28 municípios associados e conta com o apoio das prefeituras formadoras da associação, da FATMA, MMA⁷¹ e da APREMAVI. Além do apoio aos agricultores os objetivos apresentados pela associação envolvem “formação de corredores ecológicos” (aproveitamento dos remanescentes da mata atlântica) e “constituição de um cadastro multifinalitário.”⁷² Devemos destacar que a APREMAVI participa ativamente neste projeto, desde sua formulação inicial. Os objetivos propostos podem ser interpretados em termos de interesses transnacionais preservacionistas, pois a formação de corredores ecológicos é uma das prioridades do modelo transnacional, da mesma forma que a elaboração de um banco de dados com o mapeamento de todas as áreas. O procedimento proposto pela AMAVI permite a delimitação das áreas de preservação pela Associação - ou as associações, se considerarmos a APREMAVI -, que, além disso, passa a ter um material georeferenciado bastante rico. Ou seja, o apoio técnico aos agricultores transforma-se em indução por parte da AMAVI à delimitação das áreas de interesse. Concretamente a AMAVI ganha plenos poderes, junto com a APREMAVI, para a delimitação de áreas de preservação em área de Mata Atlântica na região do Alto Vale do Itajaí. Situação definida de forma bastante clara pelo técnico da prefeitura, segundo o qual, apesar de ser uma proposta aparentemente bem intencionada, tem como fundamento apenas interesses individuais – no caso, setoriais. Argumenta que da mesma forma que o PML satisfaz os interesses da empresa, da ONG e dos agricultores, o Projeto da AMAVI atende aos interesses da AMAVI, que ganha credibilidade, da ONG que ganha plenos poderes para delinear/proteger os remanescentes

71 O MMA lançou um programa que possibilita a formação de parcerias similares à proposta pela AMAVI o programa Mais Ambiente, Este preconiza auxílio técnico e redução de custos para a realização da averbação das Reservas Legais ao pequeno agricultor rural.

72 Projeto de Demarcação de Reserva Legal, AMAVI, disponível em<<http://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/reservalegal/arquivos/apresentacaoAMAVI.pdf>>. Acesso em 09/02/2011.

de Mata Atlântica e para os agricultores, que reduzem seus gastos com adequação ambiental.

Apesar de crítico aos dois programas, o PML e o da AMAVI, o técnico da prefeitura justifica seu apoio, argumentando que são projetos importantes para o agricultor e que a prefeitura, por isso, deve apoiá-los. A desvalorização crescente da agricultura, a migração da população rural para a cidade e a falta de incentivos para mantê-los no campo – falta de programas mais eficientes que enquadrem o pequeno agricultor rural por parte do governo –, faz com que as prefeituras busquem subsídios para aumentar a renda dos agricultores e dessa maneira mantê-los no campo. Consideram o programa de fomento da Klabin uma alternativa positiva porque envolve temas importantes para o agricultor. Primeiro o auxílio técnico, que facilita o cultivo para o agricultor, inclui a utilização das mudas desenvolvidas pela empresa – mudas geneticamente modificadas – que apresentam maior potencial produtivo. E, segundo, mais polêmico, pois aborda o tema legislação ambiental, atendendo mais intimamente as inquietações do agricultor. Nessa conversa percebi certo desconforto por parte do entrevistado representante da prefeitura com relação ao projeto da AMAVI, explicada pelo fato de não ter sido concretizado naquele momento; a própria metodologia a ser utilizada não havia sido apresentada aos técnicos das prefeituras. Tais motivos impediam uma apreciação mais rigorosa do programa e, portanto, entendia ser perigosa sua divulgação. Outro motivo que o fazia ter “cautela” com relação ao projeto era a metodologia proposta. Embora não tivesse feito nenhum curso fornecido pela AMAVI, com base no que lhe foi informado, argumentava que no projeto da AMAVI o mapa da propriedade - que inicialmente seria feito pelo engenheiro – acabaria sendo feito por meio de sistema de imagens de satélites, o georeferenciamento. A AMAVI daria cursos de capacitação para técnicos das prefeituras municipais para que estes pudessem identificar a reserva. No entanto ficava apreensivo com esse método, pois algumas peculiaridades da propriedade não ficavam evidentes por meio de imagens de satélite como, por exemplo, nascentes – “se houver mata, o que está no solo não fica visível”. Existem, portanto, algumas inconsistências no projeto, para o entrevistado “isto [estas inconsistências] ainda não está totalmente acertado e é apenas uma parte do processo. Eles estão divulgando que com esse projeto não haverá custo algum para o agricultor, mas ainda não explicaram como funcionará, ou quem ficará responsável por subsidiar a averbação nos cartórios”.

Por outro lado um dos técnicos da APREMAVI considera bastante importante esse projeto, e sobre a metodologia, argumenta que as delimitações serão acompanhadas por técnicos das prefeituras e que é, portanto, um procedimento bastante seguro. Não podemos esquecer que a APREMAVI é a organização que participa ativamente na elaboração do projeto.

1.4.2. Epagri e o Desenvolvimento Rural

Na reunião de sensibilização realizada com o incentivo da Epagri a temática mais discutida foi a do desenvolvimento rural, focada em alternativas econômicas para o produtor rural. A reunião, organizada por técnicos da EPAGRI, teve 3 (três) momentos: a apresentação do PML pela Klabin; uma palestra do técnico da EPAGRI sobre tendências do mercado florestal e o manejo da madeira de eucalipto e; a demonstração de uma serraria móvel (empresa que fabrica a máquina). Nessa reunião a APREMAVI não fez nenhuma fala, mas esteve presente como convidada especial. Todas as falas dirigiram-se ao mercado florestal, apontando para sua prosperidade e modalidades “alternativas” de beneficiamento do produto.

A palestra centrou-se na exposição das tendências do mercado madeireiro, argumentando que a madeira tem múltiplos usos (energético, moveleiro, construção civil) e que, portanto, é um bom investimento. Convergindo com o apoio recebido pela EPAGRI da Klabin, a exposição centrou esforços em demonstrar a eficiência da madeira de eucalipto, procurando desfazer o preconceito dos agricultores com o *Dunni*, espécie de eucalipto fornecida pela Klabin. Os agricultores consideram o Eucalipto *Dunni* produtivo apenas no setor de papel e celulose, mas não para os outros setores, como o moveleiro e da construção civil, onde a madeira de eucalipto é descartada. Por esse motivo têm dificuldade em aceitar o fomento da Klabin, pois a venda do produto fica limitada à venda para a Klabin, com valor inferior ao pago pelos outros segmentos do setor florestal. Na palestra, sabendo da resistência dos agricultores, o palestrante –técnico da EPAGRI – procurou mostrar as utilidades da madeira de eucalipto também na fabricação de móveis e na construção civil, argumentando que só não é usado, ainda, porque faltam informações técnicas adequadas. Afirma que basta fazer o manejo adequado da madeira de eucalipto para ela ser tão diversificada e rentável quanto a de pinus, produto mais aceito e valorizado pelo mercado madeireiro e pelos agricultores. Toda essa “explicação” converge para a apresentação feita pela Klabin de seu

programa de fomento que destaca a produtividade do eucalipto. Argumentam que embora tenha um preço inferior ao do pinus, o eucalipto cresce mais rapidamente, resultando num saldo positivo para o plantio de eucalipto, ao final do processo, já que cresce na metade do tempo que o pinus. Por fim a apresentação da serraria móvel foi o grande sucesso da reunião, com demonstração das utilidades da serraria no beneficiamento do eucalipto.

Ilustração 4- - Fotos da apresentação da serraria móvel na reunião de sensibilização do PML





Fonte: Fotos tiradas em campo

Apesar de todo o esforço para tornar o eucalipto mais aceito pelos agricultores, estes permanecem desconfiados com a produção do eucalipto. Não acreditam nesse “milagre econômico” proposto, o que pode ser observado na forma como procuram mediar as instruções da empresa e seus interesses econômicos: em seus plantios, em parceria com a empresa, alguns agricultores utilizam os recursos para fazer o plantio combinado de eucalipto (que servirá para a Klabin) e de pinus (que poderão comercializar com outros setores).

Com base nos referidos impasses e mediante a justificativa da reunião – incentivar o desenvolvimento rural –, buscamos compreender a ligação da EPAGRI com a Klabin. Mauro N. Teixeira, engenheiro agrônomo da EPAGRI, explicou em entrevista que a Klabin é quem articula essa parceria e que o papel da EPAGRI é o de orientar/conduzir a liberação do Documento de Aptidão junto ao PRONAF – DAP, necessário para a realização dos financiamentos governamentais para o fomento (PRONAF e PROPFLORA). Em contrapartida a Klabin fornece capacitação e desenvolvimento técnico para os técnicos da EPAGRI, o que é bastante positivo, segundo Mauro, “já que é uma empresa especializada e que investe em tecnologia no ramo madeireiro”,

permitindo à EPAGRI acesso a pesquisas avançadas sobre o setor. Para Mauro o programa também traz benefícios para o agricultor que, ao utilizar mudas de boa procedência e com acompanhamento técnico, têm melhor produtividade e, por consequência, aumento da renda. Explica que o papel da EPAGRI nesse processo é mostrar como essas possibilidades podem ser potencializadas, uma vez que a madeira não precisa ser toda vendida em toras. Ela pode ser beneficiada, o que agrega valor ao produto e renda ao produtor. Esse é o motivo pelo qual trouxeram à reunião a exposição da máquina de serraria. Além da possibilidade do beneficiamento do produto na propriedade, a produção dessas máquinas é feita na região, o que viabiliza preços mais acessíveis para o agricultor. Ao incentivar a compra dessas máquinas estão incentivando o produtor a aumentar sua renda e a economia local. “O ideal, e o que a EPAGRI tenta divulgar, seria o manejo variado da propriedade, o que possibilitaria um uso mais rentável e sustentável. A ideia de mostrar as máquinas não é de fazer propaganda, mas mostrar possibilidades para aumentar a dinâmica das propriedades, já que a pobreza é um fator cada vez mais forte no campo. É uma boa oportunidade para os agricultores” (entrevista com Mauro Teixeira, Epagri).

Percebemos nos discursos dos técnicos das instituições públicas que a justificativa mais utilizada para o apoio ao Programa da Klabin é o incentivo econômico aos pequenos produtores rurais. Dentro desta categoria incluem-se as preocupações ambientais, que se tornaram questões econômicas para o agricultor, pois ao não se adequarem estão passíveis de onerações financeiras. O tema, apesar de massivamente abordado, na prática é controvertido, gerando insegurança para o agricultor que não sabe ao certo como agir ou quais serão as consequências de suas ações, uma vez que as controvérsias em torno do código florestal brasileiro não se resolvem. O que suscita questionar o alcance dos órgãos públicos direcionados a agricultura e meio ambiente em atender as demandas do seu público-alvo. As justificativas apresentadas nos levam a entender que estes órgãos estão repassando a responsabilidade de esclarecer e fornecer auxílio técnico para as empresas e ONGs. Diante das observações em campo percebemos a centralidade do segmento “agricultor familiar”, elo em torno do qual se articulam Estado, mercado e ONG.

1.5. Os agricultores

As reuniões são realizadas nas diferentes localidades rurais dos municípios alvo do Programa. Essa proximidade facilita a participação de praticamente todos os representantes familiares das propriedades locais – majoritariamente homens. Sua participação é bastante emblemática, pois embora o motivo de sua presença seja o fomento florestal, suas dúvidas e polêmicas giram entorno das questões ambientais, o que evidencia a centralidade do tema em seu cotidiano. Existem muitas dúvidas com relação à legislação ambiental, incentivada ainda mais pelo projeto de lei estadual que propõe diminuir a porção de terras a ser preservada e com a indefinição da proposta do “novo código florestal brasileiro”. A maior preocupação dos agricultores é com a acumulação de áreas de preservação. Argumentam que se fosse apenas uma porção de terra, 20% da propriedade, por exemplo, não seria tão oneroso para o agricultor. O problema encontrado pelos agricultores é que a Reserva Legal é um tipo de área de preservação, outra se refere às margens dos rios e nascentes. E há ainda outras áreas de interesse público que limitam o uso da terra, como no caso das linhas de transmissão, que quando perpassam a propriedade impedem o plantio de árvores, por exemplo. Assim, somando as porções de terras dessas várias fontes de preservação argumentam que contam com uma parcela cada vez menor de terra para uso na propriedade. Tudo isso e os custos que a Reserva Legal gera para o agricultor levam a uma opinião negativa sobre a temática ambiental. Consideram “injusto” pagar para a preservação “que é para todos”.

Ilustração 5 - Foto de uma das reuniões de sensibilização do PML, no salão da Igreja



Fonte: Fotos tiradas em campo

Com base em sua experiência de desvalorização e imposições crescentes, o agricultor rural passa a preocupar-se cada vez mais com o seu futuro e de sua família. Esta situação impele o agricultor a buscar alternativas econômicas que proporcionem maior estabilidade financeira. Isso pode ser verificado nas suas colocações em relação ao programa de fomento da Klabin, onde os temas “seguridade econômica” e “rentabilidade” são os mais debatidos. Essa perspectiva os faz serem curiosos sobre a proposta da empresa, no entanto consideram “estranho” a empresa propor um negócio rentável para o agricultor. Mostram-se desconfiados e em geral inseguros com as informações passadas pela empresa – nesse primeiro momento –, pois o programa é apresentado como um negócio muito bom para o agricultor. Essa desconfiança se mostra nas perguntas feitas durante as reuniões, tais como: **“Qual o interesse da Klabin em dar esse dinheiro para a gente plantar? A gente tem que devolver o dinheiro? Quanto a Klabin paga por tonelada? Quantas toneladas de madeira se têm por hectare?”**.

Diante desse quadro de desconfiança e com base na experiência de mais de 20 anos no mercado de fomento, a exposição feita pela Klabin é muito eficaz. Apresenta justificativas econômicas bastante plausíveis e ricas em detalhes, que inclui até mesmo uma projeção dos lucros para a empresa e para o agricultor. Seu argumento principal é que estão propondo uma “parceria” e que, portanto, deve ser boa para ambas as partes, para a empresa e para o agricultor. A garantia da procedência da muda e apoio técnico é outro argumento bastante convincente para os agricultores – e para os técnicos governamentais, como já observamos. Mas o que garante credibilidade, além do discurso bem elaborado da empresa, é a participação dos técnicos governamentais, pois estes estão nos municípios, conhecem cada agricultor e são percebidos como garantidores do contrato com a empresa. Além disso, outro argumento importante é a institucionalização da parceria via contrato, onde todas as informações dadas durante as reuniões são descritas. De fato muitas das informações apresentadas nas reuniões estão estabelecidas no contrato mesmo que nem sempre enfatizadas, como é o caso das “desobrigações” trabalhistas e ambientais da empresa descritas no contrato, mas não evidenciadas no discurso.

1.5.1. Contrato de parceria

O PML gera desconfiança por parte dos agricultores, pois, a empresa destaca quase exclusivamente os benefícios para os agricultores, deixando de apresentar, ou mascarando, os benefícios para a empresa. No contrato de parceria (A) fica expresso o papel de cada um dos “parceiros” nesse processo. Com a análise desse contrato fica evidente o processo de terceirização da produção madeireira – chamado de parceria pela empresa, em que a empresa fica desobrigada das questões trabalhistas e ambientais, conforme já argumentado anteriormente. Destacamos, a seguir, algumas cláusulas onde esse processo é expresso.

Com relação a atualizações e obrigações referentes à terra ou à legislação ambiental e trabalhistas o contrato deixa explícito que:

“**4.4 – Os PARCEIROS OUTORGANTES** obrigam-se a atender as exigências dos Poderes Públicos no que diz respeito à obtenção das licenças necessárias à implantação e exploração do florestamento/reflorestamento objeto deste contrato, bem como a cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental incidente (...)

4.6 - Ficam os PARCEIROS OUTORGANTES comprometidos a promover junto ao INCRA, sempre que for exigida, a atualização dos valores cadastrais dos itens relativos à terra nua e benfeitorias.

4.7 - Para a hipótese de virem a contratar empresas ou empregados, para a realização dos serviços objeto desta parceria, os **PARCEIROS OUTORGANTES** comprometem-se a exigir ou proceder ao cumprimento da legislação trabalhista segundo o previsto na CLT.

4.8 - Em relação aos familiares, empregados ou empresas contratadas para dar cumprimento ao presente contrato, no que diz respeito a serviços, obrigam-se, os **PARCEIROS OUTORGANTES**, a observar toda a legislação relativa às normas de segurança do trabalho e saúde ocupacional, em especial as NRs.

4.9 - Os **PARCEIROS OUTORGANTES** assumem toda a responsabilidade por riscos e acidentes do trabalho que possam vir a ocorrer, no imóvel objeto da parceria, com seus familiares, empregados ou empresas por eles contratadas, no período de vigência do contrato, em decorrência da parceria que ora se estabelece.

4.10 - Os **PARCEIROS OUTORGANTES** comprometem-se a obedecer todas as normas técnicas recomendáveis no sentido de garantir a conservação do solo e recursos naturais existentes no imóvel objeto desta parceria, sob pena de terem de ressarcir a **PARCEIRA OUTORGADA** por dispêndios que tiver, a título de multa ou indenização, por dano ambiental que eventualmente venham a causar, na parte do imóvel que constitui objeto deste contrato. (...)

4.12 - O florestamento/reflorestamento a ser implantado no imóvel objeto desta parceria, deverá respeitar o Código Florestal (Lei nº 4.771/65), especialmente quanto às áreas consideradas de preservação permanente (arts. 2º e 3º) e as passíveis de averbação de reserva legal (art. 16, III e IV) – estas a cargo e sob a responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGANTES**, face à sua condição de proprietários (art. 16, § 8º), na forma que o Poder Público deles vier a exigir (art. 16, § 4º).”(CONTRATO DE PARCERIA AGROFLORESTAL KLABIN-SC)

Por outro lado é firmado também o direito da Klabin de escolher/indicar o tipo de planta a ser florestada/reflorestada (o *Dunni*), as técnicas utilizadas e a fiscalização do plantio, além da isenção da responsabilidade trabalhista da empresa:

“4.1 - Caberá à **PARCEIRA OUTORGADA** a eleição das espécies de *Eucalyptus* a serem plantadas na área objeto da parceria, a determinação das técnicas florestais a serem aplicadas na execução do florestamento/reflorestamento. (...)

4.11- Fica assegurado à **PARCEIRA OUTORGADA**, a todo tempo, o direito de inspecionar e fiscalizar, mediante livre e permanente acesso à área, o cumprimento das cláusulas constantes deste contrato.(...)

5.2 – A **PARCEIRA OUTORGADA** não terá responsabilidade civil ou trabalhista, relativamente às pessoas que venham a trabalhar no

imóvel, bem como por dívidas de natureza previdenciária, fiscal ou outra que por ventura venha a existir em decorrência da atividade a ser desenvolvida pelos **PARCEIROS OUTORGANTES**, por conta desta parceria. ”(CONTRATO DE PARCERIA AGROFLORESTAL KLABIN-SC)”

A fiscalização e acompanhamento técnico são importantes para a empresa, pois assim garantem a produtividade da madeira. Um dos técnicos da Klabin argumentou (em conversa durante a visita de campo) que muitos dos agricultores, ao receberem as parcelas do financiamento, tendem a não aplicar o dinheiro, em sua totalidade, na implantação do plantio. Fazem isso economizando na compra dos insumos para o plantio e deixando de contratar mão-de-obra. Explica que a contabilidade do investimento necessário para o plantio inclui a quantidade necessária de mudas, insumos e mão-de-obra, por hectare. No entanto, alguns agricultores não aplicam todo o investimento e o resultado pode ser um plantio menos eficiente. Argumenta ainda que esse procedimento pode afetar diretamente o agricultor, posto que a determinação de toneladas de árvores destinadas à empresa está estabelecida por contrato, sendo assim se o plantio não for eficiente, “com sorte o agricultor consegue pagar o que ficou contratado à empresa, mas não sobra nenhuma árvore para si”.

1.5.2. A mercadoria

A negociação financeira do fomento florestal se dá por meio da moeda “árvores”, em tonelada ou tora. Ou seja, a contabilidade é feita por meio da equivalência da quantidade de toras por hectare de terra plantado e o financiamento inicial. Cada hectare plantado produz um número x de toras que por sua vez precisa de um valor y de investimento financeiro inicial. O número x de toras é calculado com base no espaçamento ideal entre as mudas. E o valor y , do investimento, é contabilizado levando em consideração a mão-de-obra para executar o trabalho e os insumos necessários, também por hectare de terra. As mudas são fornecidas pela empresa e o produto, ou seja, as toras de madeira geradas são cortadas em 7, 14 e 21 anos, gerando, portanto, produtos em todo esse período – posto que se algumas árvores são danificadas antes dos referidos períodos, podem ser cortadas e aproveitadas para outras finalidades como para a construção civil, gerando também renda. Mas como se faz a equivalência do investimento inicial, em dinheiro e a quantidade de toras? Inicialmente pensamos que o valor da produção seria determinado já no contrato, então em sete anos esse valor poderia estar desatualizado e então o agricultor perderia renda

enquanto a empresa lucraria ainda mais. Essa seria uma lógica perversa, mas a extração do lucro estaria bastante clara. No entanto, a determinação do valor, conforme nos explica Marx, não é tão evidente assim. A equivalência é determinada em contrato, mas se faz em termos de quantidade de toras. Então um valor x de investimento é considerado igual à uma quantidade y da produção do primeiro ciclo de corte – sete anos – e do segundo – com 14 anos –, por hectare, e o terceiro ciclo é integralmente do produtor.

O agricultor possui então as toras restantes nos primeiros cortes, que pode vender para quem lhes propiciar maior lucro e com o terceiro ciclo de corte integralmente. Além disso, conforme explicou um dos agricultores entrevistados, e o que achei bastante significativo, os agricultores acreditam ganhar mais dinheiro “poupando” mão-de-obra, uma vez que ao não contratar mão-de-obra “extra”, ganham esse dinheiro para si. Ou seja, não percebem a realização do seu trabalho; acham que ao não pagar “mão-de-obra extra” para plantar a madeira não estão utilizando mão-de-obra.

Nossa hipótese inicial sobre a formação do valor ambiental era a de que a pressão que essa temática tem feito constrói uma demanda por mercadorias ecologicamente corretas (o que envolve diretamente a produção) e o aumento dessa demanda somado às dificuldades para a produção desses produtos, portanto, pouca oferta, se reflete na forma de valor monetário agregado, ou seja, faz com que o preço da mercadoria “verde” seja maior do que uma mercadoria tradicional, ou não “verde”. No entanto, o que verifiquei é que esse valor não é convertido necessariamente ou diretamente em mais dinheiro. Apesar da pressão do mercado para inclusão de procedimentos sustentáveis no ciclo da madeira, a forma como esse procedimento é implantado não pode onerar a empresa, cujo objetivo central é aumentar o lucro e não reduzi-lo. O aumento nos investimentos necessários à implantação de ações “ecologicamente corretas” fariam os lucros das empresas caírem, tornando impossível a sua adesão à “sustentabilidade” não fosse a transferência dos custos sociais e ambientais a terceiros. Ao terceirizar a produção (pois o fomento nada mais é do que terceirização) a empresa fica isenta de muitos dos custos envolvidos na produção, mantendo assim, e até aumentando, sua margem de lucro. Ou seja, ainda que a imagem de “bem-estar” social e ambiental esteja estampada na imagem da empresa, esta continua mantendo seu lucro sobre a exploração da força de trabalho do agricultor.

Com relação aos agricultores fomentados, estes não recebem mais dinheiro por agirem/participarem desse Programa ambiental; o preço da madeira não se altera em comparação com o preço da madeira oriunda de outras formas de plantio. No entanto, para fazer parte do Programa de fomento em questão (o da Klabin) o desenvolvimento de ações visando a conservação ambiental é condição fundamental.

Por sua vez, a Klabin S. A. também, aparentemente, não tem um “retorno financeiro” ocasionado por suas ações ambientais, pois embora o preço possa parecer maior no produto final, de fato não o é. Isso porque todo o processo, desde o financiamento do plantio das árvores pelos fomentados até o apoio financeiro para a elaboração do PML, que visa fornecer os subsídios técnicos para a conservação ambiental, passando pelo processamento da madeira até virar o produto final – processo que envolve, por exemplo, máquinas menos poluentes, meios alternativos de geração de energia e filtros para eliminação de resíduos – exige também maior investimento financeiro. Ou seja, o que aparece no preço final como mais valor, na verdade refere-se ao maior investimento em tempo e dinheiro para a elaboração do produto “verde”.

Do que podemos concluir que existe uma interferência do apelo ambiental na própria estrutura do mercado. Ele, o mercado (principalmente o internacional), é que exige essa postura ambientalmente responsável. E essa reestruturação corresponde também a criação de novos mercados, como o mercado de certificações ambiental.

Por outro lado a obtenção do lucro por parte da empresa continua baseada no trabalho, uma vez que ao pagar para o agricultor o valor da mão-de-obra exime-se de pagar mais, ou cobrar menor percentual sobre a produção, dando a impressão que o agricultor é o responsável pelo pagamento da mão-de-obra. Assim, embora coloque no cálculo do investimento inicial a mão-de-obra, tal pagamento lhe é reembolsado em toras de eucalipto.

Em termos pragmáticos essa parceria é importante para os agricultores por causa dos auxílios técnicos, conforme destacam os agentes governamentais. No entanto, cristaliza/naturaliza a política agrícola nacional, baseada na agroindústria e no mercado de *commodities*, política fundada na exploração agrícola da monocultura e de grandes latifúndios e na descaracterização da agricultura familiar. Embora envolva os pequenos produtores rurais, por meio do PRONAF, este só faz manter aquela lógica produtiva impelindo o agricultor rural a nela “integrar-se”, não deixando alternativas e nem perspectivas futuras

mais eficientes para esse segmento agrícola. Tal situação no lugar de incentivar fragiliza ainda mais a agricultura familiar e, por outro lado, fragiliza também as condições ambientais, pois como vimos não consegue tornar os agricultores “parceiros” com relação à legislação ambiental, pelo contrário, tem-se um segmento com muitas dúvidas e que percebe meio ambiente como uma “ameaça” à sua sustentabilidade econômica. A legislação ambiental, desligada das relações sociais estabelecidas que envolve, não garante condições ambientais “sustentáveis”. No capítulo subsequente analisamos a situação da agricultura familiar, considerando as influências do modelo agrícola “agroindustrial”, com base na pesquisa de campo nas regiões de atuação do PML. Destacamos nesse contexto a relação da ideologia “desenvolvimentista” presente nos discursos aqui apresentados e suas consequências no meio rural estudado.

CAPÍTULO IV – AS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL: INDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR

Nos capítulos anteriores discutimos a maneira como a chamada “temática ambiental” é construída, hegemonicamente, pela perspectiva da compatibilização entre “desenvolvimento econômico” e “sustentabilidade ambiental”. Contextualizamos as relações de mercado que incentivam e permitem a formação do PML, demonstrando a expressividade/abrangência desse movimento que é transnacional e que não se resume, portanto, ao Programa estudado. Apontamos também o papel do Estado na articulação desse movimento, que atua por meio de incentivos e subsídios institucionais. No terceiro capítulo, onde abordamos os procedimentos adotados no Programa, evidenciamos algumas implicações socioambientais desse processo e as determinações econômicas fundadas no sistema capitalista de produção, baseado na proposta de “modernização/industrialização”. Implicações estas indicadas pelos próprios agricultores rurais, relativas às inconsistências das propostas ambientalistas e à pressão do mercado sobre o modo de produção familiar. Neste quarto capítulo centramos nossa análise na contextualização das relações de produção em torno do agricultor rural e as determinações mercadológicas sobre sua configuração atual, com base na análise de seu papel na constituição do PML. Mostramos que essas relações têm sofrido transformações surgidas como resposta às demandas produtivas modernas, sob o nome de agroindustrialização. Esse debate versa sobre o desenvolvimento da agricultura “moderna” – fundada no crescimento da produtividade por meio de implementos agrícolas – e sua influência sobre a agricultura familiar, discutindo o papel da política agrícola destinada a este setor, o PRONAF, e da análise comparativa da produção agrícola e silvícola (de madeira para papel e celulose). Destacando-se aí a tendência ao abandono da agricultura em função da crença – por parte dos órgãos públicos e dos agricultores – na agroindustrialização/desenvolvimento e seus “possíveis” benefícios para o agricultor. Por outro lado, apontamos que tal crença no “desenvolvimento”, calcado na lógica produtivista⁷³, continua a imperar e impede a realização de planos mais coerentes com a proposta do “fortalecimento da agricultura familiar”, da política

73 Utilizamos o termo “produtivismo” para identificar uma lógica produtiva baseada fundamentalmente no aumento da produtividade, por meio de divisão do trabalho ou tecnificação.

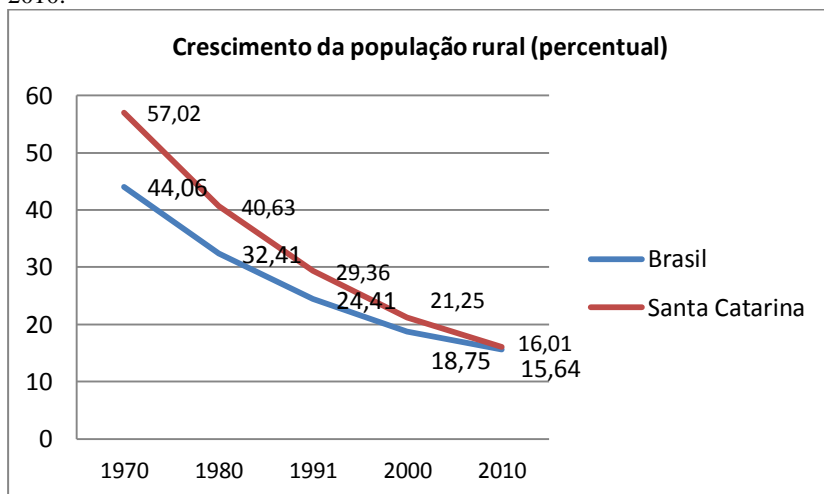
agrícola nacional. Com base nessa perspectiva discutimos os conceitos de “desenvolvimento” e “sustentabilidade”, utilizados pelos setores públicos e privados, nos discursos presenciados em campo.

1. Agri-cultura ou agro-negócio

A política de modernização no Brasil, iniciada e enaltecida nos anos 50 – sob influência do *slogan* “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek – fundada na ideologia do “desenvolvimento econômico”, teve seu foco na industrialização e consequente urbanização do país. No meio rural os incentivos à “tecnificação” ganharam fôlego após a década de 1960 sob o influxo da chamada Revolução Verde, quando a implantação de máquinas e insumos agrícolas tornou-se parte do protocolo produtivo, aumentando gradativa e sensivelmente a produtividade rural em face do debate sobre reforma agrária posto na agenda política à época (DELGADO, 2005). No entanto, segundo Heredia et al (2010), foi sobretudo a partir da década de 70 – no governo militar – que se promoveu uma política de “modernização agrícola” de fato (HEREDIA et al, 2010, P. 159).

Esse “plano de desenvolvimento” calcado no aumento da produtividade – baseada na monocultura e na tecnificação – liberou mão-de-obra do campo e intensificou ainda mais o processo de urbanização no país e o de esvaziamento e empobrecimento no meio rural. A condição de empobrecimento no campo, porém, não foi generalizada, muitos dos agricultores adaptaram-se ao novo modelo produtivo, embora não a maioria. De acordo com os dados das séries históricas do IBGE, 44% da população brasileira e 57,2% da população de Santa Catarina residiam em área rural em 1970. Esse percentual caiu para 15,64% e 16,01%, respectivamente, em 2010.

Gráfico 7 - Crescimento da população rural brasileira e catarinense, de 1970 a 2010:



Fonte: IBGE, 2010

Com relação à distribuição dos estabelecimentos rurais, 84% destes são considerados familiares⁷⁴ no Brasil, mas apesar de bem superiores em número a área total que ocupam corresponde a apenas 24% do total (IBGE, 2006). Já em Santa Catarina, a agricultura familiar responde por um percentual similar dentro o total de estabelecimentos rurais (87%), mas a taxa da área usada por essas famílias é um tanto maior, chegando a 44% do total.

74 É considerado estabelecimento agropecuário familiar, para efeitos do censo do IBGE, aqueles estabelecimentos rurais que atendam aos critérios definidos pela Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, qual seja, estabelecimento ou empreendimento rural cuja área não excede quatro módulos fiscais; a mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas seja predominantemente da própria família; a renda familiar seja predominantemente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento seja dirigido pela família. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm> Acesso em 25/06/2011.

Tabela 6 - proporção entre estabelecimentos agrícolas familiares e área ocupada.

Percentual de estabelecimentos agrícolas familiares e percentual da área ocupada por estabelecimentos agrícolas familiares em 2006		
Nível territorial	Estabelecimentos rurais familiares (%)	Área ocupada (%)
Brasil	84,40	24,32
Santa Catarina	87,03	43,79

Censo agropecuário 2006 - IBGE

O processo de urbanização e “desenvolvimento” do país impulsionou também o processo de modernização da agricultura, por meio da atração da população rural para as cidades e consequente aumento da demanda por produtos agrícolas. Ou seja, a diminuição da população rural acompanha o aumento da demanda da produção agrícola, suprida cada vez mais com a tecnificação da produção e com ela a exaustão da terra e a busca por mais áreas agricultáveis. Para além das análises produtivistas desse processo, abordamos o tema sob o aspecto das relações de produção envolvidas, pois a crescente demanda por produtos agrícolas traz consequências aos recursos naturais (água, terra e ar) em nível transnacional e à sociedade. Como resultado da modernização agrícola as sociedades rurais são atingidas imediatamente por meio da desvalorização das suas relações tradicionais, da liberação de mão-de-obra e suas consequências. Mas não se restringe ao rural, pois corolário a isso se tem o superpovoamento das cidades que traz problemas sociais, dentre eles desemprego e violência. Nossa perspectiva portanto, envolve as “transformações ocorridas dentro de todo o processo de produção (não se restringe apenas na base tecnológica, mas sim no avanço ocorrido a partir das relações sociais capitalistas)” (*KAGEYAMA, 2000; GRAZIANO DA SILVA, 1978, apud, PEREIRA, 2010, p. 80*). Influenciados pela configuração do estudo de caso, focamos nossas análises no segmento produtivo rural, embora não negligenciemos as consequências para o meio urbano. Nessa perspectiva levam-se em consideração as novas características sociais rurais e suas consequências.

A divisão do trabalho no complexo rural (...) possibilitou aos grandes produtores, uma maior concentração de terras e acumulação de capital e aos pequenos, uma redução no número de produtores, aumentando a desigualdade social, a pobreza, a exclusão da classe, o êxodo rural, o

acúmulo de trabalhadores desempregados, entre outros. (PEREIRA, 2010, p. 81).

Consequências que ficam esquecidas em nome dos bons resultados financeiros; tem-se uma “(re) valoração” das relações de produção (no sentido de conferir novo valor monetário), em que a noção de produção e reprodução da família é substituída, invariavelmente, pela da produção e reprodução do lucro. Ou como advertem Redin e Silveira (2010):

No caso específico da mudança no espaço rural, a insistência tem sido em um modelo de interpretação da modernização agrícola como a transformação necessária (este termo é fundamental neste contexto, pois se refere a uma tendência histórica inexorável, que pode ser até retardada, mas não revertida) do agricultor de camponês para empresário rural, compreendida como a passagem de uma racionalidade voltada a reprodução do núcleo familiar para uma racionalidade voltada a maximização de lucro. (REDIN e SILVEIRA, 2010, p. 10).

De maneira geral podemos relatar o “desenvolvimento rural” em termos de modernização da produção, muito embora a noção de modernização agrícola tenha diferentes implicações, como veremos. Segundo as análises de Heredia *et al* a própria terminologia “modernização rural” tem sofrido modificações para representar diferentes momentos e segmentos do setor agrícola. A partir da década de 1980, por exemplo, a terminologia “agricultura moderna” foi substituída, por estudiosos e técnicos da área, pelo termo “agroindústria”, no intuito de assinalar a interligação entre a agricultura e a indústria. Atualmente utilizam-se também os termos “agricultura moderna”, “complexo agroindustrial” e “agronegócio” com a mesma finalidade, engendrar mecanismos que possibilitem – em especial as relações sob o rótulo de “agronegócio” –, a inclusão do “pequeno produtor rural” no competitivo mercado do agronegócio (HEREDIA *et al*, 2010). Essa “inclusão” é possível porque substitui a definição do processo produtivo baseada na estrutura fundiária – deixando de centrar apenas nos latifúndios, apesar de serem estes ainda a base da produção agroindustrial –, pela forma de organização do mercado, caracterizado

pela captação de matérias-primas menos custosas, independentemente do tipo de propriedade que a produz.

Nesse contexto, a inclusão das propriedades familiares no processo produtivo agroindustrial, além de reduzir custos de produção para as empresas, passa a fazer parte da formulação do *marketing* das empresas “aglutinadoras” – aquelas que compram as matérias-primas dos pequenos produtores para beneficiamento e revenda. Isso porque mediante a situação de empobrecimento do campo (considerando campo o setor agrícola de pequeno porte) e das políticas a nível nacional de fortalecimento da agricultura familiar, a inclusão desse segmento pelas empresas configura uma atitude de “responsabilidade social”. Conforme explicam Heredia *et al.* (2010), embora “as grandes propriedades sejam uma marca das atividades rurais do “agronegócio”, a referência à propriedade territorial desaparece das formulações de seus técnicos e há até quem tente, no plano ideal dos projetos, associá-la com perspectivas favoráveis aos pequenos produtores” (HEREDIA *et al.*, 2010, P. 161). A definição, portanto, de agronegócio leva em consideração mais a produção final do que a configuração fundiária envolvida no processo. Ao incorporar a “agricultura familiar”, em geral na forma de terceirização da produção, o agronegócio ganha uma imagem mais “democrática”, pois permite pensar a produção agrícola nacional de forma mais “homogênea”. Em meio a essa tentativa ideológica de tornar a agroindustrialização um processo “homogêneo e democrático”, Heredia *et al.* advertem sobre a relevância de definir os “diferentes rurais” e a complexidade das transformações sociais envolvidas, para, deste modo, ter maior clareza sobre “que tipo de sociedade se está criando em torno do agronegócio” (HEREDIA *et al.*, 2010, P. 161), para além das taxas de produtividade por cadeia produtiva. Quando referidos os volumes de crédito rural, os superávits na balança comercial, as taxas de crescimento, deixam de evidenciar a complexidade das relações de produção envolvidas para alcançar tais números.

Uma das variáveis mais importantes a ser considerada para abordar a questão agrícola/agrária é a presença e intervenção do Estado (no meio rural, bem como em toda a economia do país). Heredia *et al.* (2010) lembram que toda a literatura especializada que tratou sobre o assunto até a década de 1980 assinalou a importância do Estado na construção de uma “política agrária” no país. No entanto, a importância do Estado tem perdido espaço entre os especialistas nos últimos anos, fato não relacionado com a diminuição da sua importância na formação de uma política agrícola nacional, mas relacionado a uma ideologia

liberal na qual o setor privado tem a primazia sobre os assuntos econômicos. Quando, na prática, o que se verifica são altos investimentos governamentais para o desenvolvimento do agronegócio, que envolvem tanto financiamentos e políticas cambiais e tributárias, como investimentos em infraestrutura e políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão (HEREDIA *et al*, 2010, p. 165).

Entender, portanto, o papel do Estado e suas políticas de incentivo ao agronegócio torna-se premente para a análise do processo de “modernização agrícola” e a incorporação de uma parcela da população rural correspondente à chamada agricultura familiar. Há uma vasta e importante literatura elaborada no esforço de categorizar e/ou diferenciar a agricultura familiar de outras categorias como “camponês” ou “pequeno produtor rural”, entretanto utilizamos os diferentes termos de forma indistinta, sob o rótulo de pequeno produtor rural e/ou agricultura familiar. Isso justificado pelo objetivo da dissertação, o de entender a incorporação da temática ambiental ao mercado. Nesse sentido entendemos que essas diferentes categorias, embora cada uma tenha sua especificidade, guardam entre si uma similitude estrutural, sua contraposição e sua necessária adaptação (ou não) ao sistema agroindustrial de produção, que por sua vez está intimamente relacionada com a política de “desenvolvimento rural”.

Para Delgado (2005) o Estado permeia todo processo de “desenvolvimento” rural desde os históricos debates sobre “a questão agrária”, principalmente na década de 1970. Embora não tenhamos atualmente uma discussão política nos moldes da “questão agrária”, as estratégias do Estado ainda medeiam e consolidam o desenvolvimento econômico definido pela política rural nacional. Delgado resume de maneira simples e direta essa trajetória política:

“À mudança do ciclo político (fim do regime militar e Constituição de 1988) é contraposto um ciclo econômico neoliberal – privatista e desregulamentador dos anos 1990. (...) A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica” proposta pelos conservadores em 1964 é reposta na atualidade, sob novo arranjo político. (...) Ela implica relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária.” (DELGADO, 2005, p. 51).

Explica Delgado que o debate da década de 1970 sobre a “questão agrária” centrava-se na estrutura fundiária do país e na emergência da reforma agrária. Atualmente, quando se aborda a “questão agrária”, termo não mais utilizado, mas que pode ser ideologicamente traduzido por “política agrária”, o que se tem é a centralidade do “agronegócio” e o “esquecimento” do debate político sobre a estrutura fundiária do país. Na agenda atual o incentivo ao agronegócio abarca (ideologicamente) grande parte das incertezas e aspirações dos movimentos rurais. Digo ideologicamente, pois concretamente, embora muitas políticas públicas tenham sido elaboradas, os resultados mostram uma crescente desvalorização da agricultura familiar, face uma supervalorização do agronegócio. Nessa conjuntura, esse segmento, que representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros, fica cada vez mais excluído e com cada vez menos alternativas para a produção e reprodução de suas formas de vida. Atualmente ou o pequeno agricultor se adapta à agroindústria ou deixa de ser um produtor rural para se tornar aposentado ou fazer parte da estatística crescente da população rural desempregada. De fato muitas formas de adaptação têm sido empregadas por este setor. De acordo com os dados do Censo agropecuário (2006), 26% dos produtores rurais categorizados como agricultores familiares tinham uma atividade econômica (agropecuária e/ou não agropecuária)⁷⁵ fora da sua propriedade. Além desta estratégia (emprego do proprietário e/ou outros membros da família) outra forma de adaptar-se à modernização rural é a adesão ao agronegócio por meio de “parcerias” com grandes empresas como, por exemplo, a Souza Cruz no setor fumageiro, a Seara no setor alimentício ou a Klabin no setor agroflorestal.

Este processo de “modernização/adaptação”, no entanto, traz consigo algumas complicações de ordem social que “põem em risco as condições de reprodutibilidade social, econômica, política e cultural dos produtores familiares agropecuários” (GEHLEN, 2004, p. 96). Isso porque a adaptação ao modelo agroindustrial depende das condições estruturais em que os agricultores se encontram e as possibilidades de acesso à informação sobre tal adaptação. “Gera-se assim um conflito conceitual entre a racionalidade competitiva das agroindústrias, que

⁷⁵ Em Santa Catarina esse percentual é de 22% e na região Vale do Itajaí/SC é de 25% dos produtores rurais familiares que possuem outra atividade agropecuária e/ou não agropecuária fora de sua propriedade. Chama a atenção o percentual de produtores rurais que trabalham em atividades não agropecuárias no Vale do Itajaí. Seu percentual é bastante alto se comparado ao do Estado ou da Federação, chegando 17% dos produtores rurais familiares trabalhando em atividades não agropecuárias.

priorizam a produtividade, e a dos produtores que priorizam sua reprodução social e a sustentabilidade ambiental onde vivem” (GEHLEN, 2004, p. 96). Esse conflito, no que tange ao agricultor rural, tem, de um lado, suas características históricas de relação com a terra e, de outro, uma situação onde a “sobrevivência”, posta em primeiro plano, provoca o abandono das relações de produção tradicionais em nome da “modernização”. A urbanização de comunidades rurais tem sido um processo rápido e constante. Atualmente, por exemplo, a instalação de pequenas fábricas em cidades rurais de pequeno porte é considerada como uma solução plausível para resolver os problemas econômicos apresentados. Embora essas iniciativas desempenhem um papel importante de criação de empregos, descaracterizam o modelo produtivo agrícola. Essa modernização do campo – que, por exemplo, leva indústrias para pequenas localidades rurais (como a Klabin que só realiza parcerias com propriedades num raio de 150 km de sua fábrica) – intensifica as desigualdades no campo. Verificamos que muitas das desigualdades socioeconômicas em diferentes regiões do país e mesmo entre regiões do Estado (a exemplo das diferenças entre as regiões Alto Vale do Itajaí e Serrana) decorrem em parte de suas diferenças geográficas, mas que o aprofundamento das desigualdades ou a falta de oportunidades estão mais relacionadas com escolhas ou estratégias políticas e econômicas, agravadas segundo muitos autores pela intervenção do Estado no processo de Desenvolvimento Econômico, a partir, principalmente, da década de 1960 e 1970, inspirados pela política desenvolvimentista nacional. A intervenção do Estado na construção e aprofundamento das desigualdades socioeconômicas pode ser verificada, por exemplo, na concentração no PIB estadual de Santa Catarina. Theis e Butzke (2009, p. 08) afirmam que cerca de 60% do Produto Interno Bruto [PIB] de Santa Catarina em 2002 concentravam-se em quatro microrregiões e que 14 microrregiões detinham menos de 5% do PIB. Essa disparidade tem reflexos na reprodução social, em especial a do agricultor rural, que como vimos tem sido cada vez mais reduzido em quantidade e produtividade, devido às influências do mercado. Questionamos de que maneira esses conflitos de interesse e racionalidade se processam dentro do contexto da modernização, sob a forma da agroindustrialização da agricultura familiar.

2. Estratégias de Agroindustrialização da Agricultura Familiar

A definição da agricultura familiar leva em consideração sua formação cultural, baseada na policultura, na mão-de-obra familiar e na reprodutividade da família na propriedade, características que vêm se transformando em função da “adaptação” à modernidade. Segundo Redin e Silveira (2010), atualmente este conceito leva em consideração as influências do mercado sobre os agricultores rurais e suas estratégias para manterem-se na produção. Tais interferências surgem sob a forma da imposição de preços e de formas de produção (padronizadas e fragmentadas), o que dificulta a manutenção de uma cultura “original”, em que o modo de vida peculiar era uma marca de distanciamento da lógica do mercado. Atualmente, com a pressão do mercado, essa cultura vem se associando à lógica mercantil, uma vez que para manterem-se no campo precisam adaptar-se às leis do mercado. Esse processo vem sendo debatido entre especialistas que colocam em evidência o dilema entre a adaptação ao modo de produção industrial e a manutenção no campo.

Segundo Redin e Silveira (2010) essa é uma forma de adaptação para manutenção do campesinato, pois embora sua lógica produtiva tenha que ser adaptada ao mercado, é exatamente essa estratégia que os mantém no campo. Entendemos, no entanto não se tratar de uma “escolha”, posto não haver outras opções, trata-se de uma “via de mão única”. Evidenciamos tal movimento de “adaptação” e suas contradições. A adesão ao mercado agroflorestal, assim como os empregos fora da propriedade, são entendidas como tentativas de garantir renda para o agricultor familiar e desta forma mantê-los em suas propriedades. No entanto essas tentativas podem tornar-se insustentáveis econômica e ambientalmente se não levarem em consideração alternativas produtivas diversificadas, do contrário deixam o pequeno produtor rural cada vez mais dependente das indústrias e das políticas do Estado, quando um desenvolvimento ideal deveria permitir condições de reprodutividade mais autônoma.

Além das questões imediatas, de cunho econômico/financeiras, verificamos que as questões socioculturais, caracterizada pela forma de produção diversificada e projeto de manutenção na terra por meio da reprodução desse modo de vida pelos herdeiros, tem ficado mais frágil a cada geração. Percebemos que, por exemplo, embora praticamente todos os nossos pesquisados tenham uma “roça” diversificada destinada à subsistência, quando perguntados sobre o que cultivavam em suas terras

citam apenas a produção comercial, não consideram a diversidade de culturas em sua propriedade como atividades agrícolas. Outro exemplo é o investimento no estudo dos seus filhos com a finalidade de não permanência destes na propriedade. Tais exemplos evidenciam consequências do processo de modernização que descaracterizam a agricultura familiar ou, em última instância, levam ao seu abandono. Não pretendemos aqui discutir sobre a validade/importância da manutenção ou não da agricultura familiar, procuramos evidenciar as contradições envolvidas nesse processo.

O processo de industrialização do campo é influenciado, como dissemos, pela indústria agrícola, não só na imposição de preços e modos de produção, mas também em uma elaboração discursiva/ideológica presentes no ideário dos agricultores, empresa e agentes do Estado. No caso estudado o discurso da empresa recai sobre a lucratividade do agronegócio e aborda (à sua maneira) as dificuldades e injustiças apresentadas pelos próprios agricultores. Nas reuniões de “sensibilização” os técnicos da empresa apresentam projeções econômicas da renda que os agricultores podem obter a partir do plantio de florestas de eucalipto e destacam a seguridade dessa produção, argumentando que os cultivos feitos na região são muito frágeis diante das oscilações climáticas e, conseqüentemente, de mercado, efeito que não acontece com o plantio de florestas – especialmente com o plantio das mudas das árvores elaboradas pelo programa, mais resistentes, posto que modificadas geneticamente.

Esse é um exemplo da pressão sofrida pelos agricultores rurais que, para Redin e Silveira, fazem parte da “nova configuração camponesa”⁷⁶. Defendem que mais do que as relações internas à propriedade devemos entender o agricultor familiar também pelas estratégias que utilizam para se manterem na terra: “significa compreender o fazer agricultura como além de cultivar a terra e colher seus frutos, mas viver na e da terra” (REDIN & SILVEIRA, 2010, P. 18). Nesse sentido, verificamos que a adesão dos agricultores baseia-se na sua expectativa futura negativa de não conseguirem manter-se em sua propriedade ou não alcançarem renda suficiente para sustentar sua família. De modo que a “adaptação” do agricultor rural tem menos relação com a manutenção de suas características campesinas e, de

76 Uma característica da cultura camponesa é a preocupação com sua sustentabilidade, ou futuro das gerações. Nesse sentido o apelo da Klabin para a sustentabilidade da produção de floresta e o argumento do “pé-de-meia” é bastante providencial para convencer os agricultores a aderir ao programa. O que não significa uma perda da cultura, mas pelo contrário é fruto dela.

forma pragmática, mais com sua sobrevivência ou sustentação na propriedade:

“Um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento rural diz respeito ao mercado de trabalho ou, de maneira mais ampla, ao trabalho em geral. De um lado, porque, para a grande maioria da população, o trabalho é a fonte de renda que possibilita a sobrevivência e o acesso aos frutos do desenvolvimento; de outro, porque, no curso das mudanças que conformam o próprio desenvolvimento, o mercado de trabalho - e particularmente o mercado de trabalho agrícola - sofre grandes transformações em quantidade (por exemplo, o desemprego tecnológico) e qualidade (por exemplo, o trabalho temporário, sazonal ou em tempo parcial).” (KAGEYAMA, 2004 *apud*, PEREIRA, 2010, p. 80).

Sendo assim, e conforme já destacamos no capítulo III, os temas “seguridade econômica” e “rentabilidade” são de extrema importância para os pequenos produtores rurais e são temas também importantes na formulação ideológica para a conformação de investimentos agroindustriais. Por sua vez as instituições públicas têm validado atividades de adesão do pequeno agricultor ao sistema agroindustrial como parte de planos de desenvolvimento rural – dando continuidade histórica à forma de incentivo governamental do Estado⁷⁷. O próprio PRONAF, principal política pública voltada à agricultura familiar, apresenta uma linha de crédito própria para as atividades agroflorestais, o PRONAF Floresta. Percebemos nos discursos dos técnicos das instituições públicas que a justificativa mais utilizada para o apoio ao Programa da Klabin é o incentivo econômico aos pequenos produtores rurais.

⁷⁷ Sobre a influência das políticas de “desenvolvimento econômico” em Santa Catarina sob o rótulo de “Plano de Desenvolvimento Catarinense” ver: MUSSOI, Eros Marion. (2003), “Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidade na continuidade”; SCHIMIDT, Vanice Dolores Bazzo. (2003), “Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social”; THEYS EBUTZK, (s/ano), “Planejamento e Desenvolvimento desigual em Santa Catarina”.

2.1. Influências Institucionais - o PRONAF

Historicamente, no Brasil, as políticas agrícolas privilegiaram os setores mais “capitalizados” e voltados ao mercado de exportação. Os resultados dessas políticas para a agricultura familiar foram, conforme explicita Mattei (2008), “altamente negativas, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção” (MATTEI, 2006, p. 13). Condição que pode ser confirmada pela alta taxa de êxodo rural e a disparidade na proporção entre o número de estabelecimentos agrícolas familiares e a área por eles ocupada por estes.

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) instituído em 1996 pelo decreto Presidencial nº 1.946 de 28.07.96, é um programa de crédito rural que inclui os pequenos e médios produtores rurais familiares como beneficiários da política de crédito agrário do país. Dessa maneira o programa pretende incentivar a permanência dos agricultores familiares no campo e ampliar sua produção, utilizando para tanto:

“apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, observadas as condições estabelecidas neste capítulo, entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar. (Res. 3.559)” (MCR 10-1-1)⁷⁸.

O público alvo do Programa engloba agricultores familiares definidos pela mão-de-obra familiar e pela geração de renda obtida por meio do trabalho na terra. Os beneficiários estão classificados em quatro grupos, segundo tamanho da propriedade, mão-de-obra – familiar e/ou

78 Manual disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Consiste em um manual de especificações sobre o crédito agrícola e traz nos capítulos 10 a 13 especificações sobre o Programa Nacional de Fortalecimento Familiar, o Pronaf. Disponível<<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idxGeropMCR>>.

não familiar –, parcela de renda proveniente da terra e/ou participação dos programas de assentamento agrários:

- A e A/C englobam agricultores familiares assentados por processos relacionados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- B enquadra pequenos agricultores familiares com renda (nos últimos 12 meses) proveniente exclusivamente da propriedade de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e;
- Agricultores familiares⁷⁹ que possuam renda (incluindo rendas de origem externa à propriedade) acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)⁸⁰.

Os créditos são distribuídos por distintas linhas de financiamento, para custeio e investimento. As linhas de custeio destinam-se ao financiamento de “atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF. (Res 3.559, MCR 10-3-2)” e as de investimento destinam-se ao “financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não-agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. (Res 3.559; Res 3.662 art 2º, MCR 10-3-3)”. Essas duas linhas gerais desdobram-se em 16 tipos de financiamentos destinados a diferentes beneficiários e finalidades,

79 Esclarecemos que as distinções referidas por letras são feitas apenas para distinguir os agricultores de menor renda (o grupo B) e os que têm relação com processos atinentes ao INCRA (grupos A e A/C). Todos os demais agricultores, com renda anual de 6 a 110 mil reais são enquadrados apenas como “agricultores familiares”.

80 Observe-se que a classificação dos beneficiários do Pronaf foi alterada em 2008, pela Resolução nº 3.559, com vigência a partir de 01.07.2008. De 1999 a 2008 os beneficiários eram classificados em seis grupos (A, A/C, B, C, D e E) diferenciados de acordo com o nível da renda bruta familiar anual (Resolução 2.629, de 10.08.1999). Segundo as análises de Mattei (2008, p. 01), esta classificação foi elaborada para adequar os financiamentos às diferentes realidades dos agricultores familiares. No entanto, essa configuração levou a um panorama de expansão do Programa, insustentável financeiramente que levou a nova reconfiguração (Mattei, 2008, p. 03). Assim, a partir de 2008, os grupos C, D e E foram incorporados nos grupos “B” e “Agricultores Familiares”. Até então os grupos eram assim divididos: grupos A e A/C, agricultores oriundos de assentamentos da reforma agrária; grupo B agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual de até R\$ 4.000,00; grupo C, agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 4.000,00 a R\$18.000,00; grupo D, agricultores com renda bruta entre R\$18.000,00 e R\$50.000,00 e grupo E, agricultores com renda bruta anual entre R\$ 50.000,00 e 110.000,00. É importante observar que esta classificação por faixa de renda tornava mais evidente a distribuição do crédito nos diferentes segmentos sociais. Atualmente os agricultores que recebem de R\$ 6.000,00 até R\$ 110.000,00 estão no mesmo extrato de financiamento.

incluindo especificidades sobre agricultores assentados e pequenos agricultores familiares. Com relação ao último destacamos as linhas de crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (PRONAF Agroindústria) e Investimento para Sistemas Agroflorestais (PRONAF Floresta). Essas linhas são importantes, pois se enquadram na modalidade de crédito associada ao PML. Verificamos que dentro da configuração do Programa Matas Legais, o PRONAF se faz presente na concessão de crédito para produção agroflorestal, que está incluso no segmento agroindustrial.

O PRONAF Agroindústria financia “investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural (...) (Res 3.559)” (MCR 10-6-1-“b”); e o PRONAF Floresta financia “investimentos em projetos técnicos que demonstrem retorno financeiro e capacidade de pagamento suficientes do empreendimento e que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário [...] (Res 3.559)” (MCR 10-7-1-“b”).

A principal contradição apresentada pelo PRONAF, apontada por Mattei (2006 e 2008) e Guanzirolí (2007), reside na disparidade entre o objetivo inicial proposto pelo programa e seus procedimentos concretos. Inicialmente se propõe uma política focada nas necessidades da agricultura familiar. No entanto, o que se verifica na prática é a liberação de recursos majoritariamente para agricultores com maior renda e em investimentos no plantio de produtos agroindustriais como o fumo e o milho (GUANZIROLI, 2007, p. 306). Os investimentos são, portanto, voltados para os agricultores mais “integrados” à lógica produtiva hegemônica, baseada na intensificação produtiva, privilegiando os agricultores com maior poder aquisitivo, mais “adaptados” aos avanços tecnológicos e que apresentam uma crescente/eficiente taxa de produtividade. O Programa perde seu foco inicial de incentivo à agricultura familiar para tornar-se um programa de manutenção do modelo econômico hegemônico.

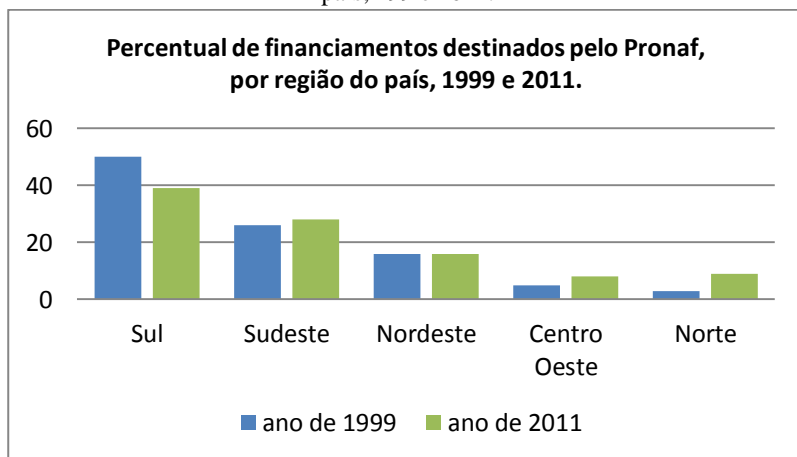
Lauro Mattei (2006) reconhece essa contradição estrutural do Programa, enfatizando as disparidades na distribuição dos recursos evidentes nos dados oficiais. Tais disparidades decorrem da própria formulação do programa e também das diferentes condições econômicas e infraestruturais das regiões do país, privilegiando as mais “integradas” ao modelo produtivo hegemônico. Em 1999 cerca de “50% dos recursos

do programa se concentravam na região Sul, enquanto a região Nordeste respondia por 26%; a Sudeste por 16%; a Centro-Oeste 5%; e a região Norte por apenas 3% do total” (Mattei, 2006, p. 18).

Em sua análise Mattei (2006) se mostra otimista com relação à possibilidade de mudanças, inspiradas por análises críticas que apontem os limites e as contradições do PRONAF, afirmando que a partir de 1999 tem havido um esforço no sentido de compensar essas disparidades. No entanto, em 2011, de acordo com os dados disponibilizados pelo MDA, verifica-se que a Região Sul permanece concentrando a maior parte dos recursos, 39%, em segundo lugar a região Sudeste com 28% e em terceiro lugar no volume de recursos destinados pelo PRONAF está a região Nordeste com 16%. As demais regiões, Norte e Centro Oeste apresentam 9 e 8% respectivamente (MDA, Anuário Estatístico do Crédito Rural 2011)⁸¹. Esses números apresentam uma faceta das contradições embutidas na política de crédito agrícola destinado aos pequenos produtores rurais, mas não é a comparação mais clara. Se analisamos a estrutura fundiária dessas regiões, verificamos diferentes situações que corroboram a crítica à desigualdade na distribuição dos recursos. A região Centro-Oeste apresenta 5% dos estabelecimentos familiares do Brasil e a região Norte 9%. Já a região Nordeste concentra 50% dos estabelecimentos familiares do país e as regiões Sudeste e Sul 16% e 19% respectivamente, conforme gráficos a seguir:

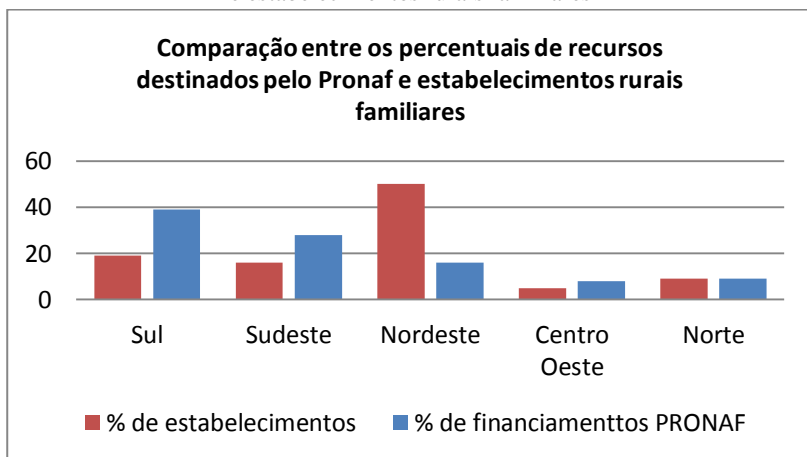
⁸¹ Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/https/CreditoRural/2011/rel524.pdf>> Acesso em 15/08/2011.

Gráfico 8 - Percentual de financiamentos destinados pelo Pronaf, por região do país, 199 e 2011:



Fonte: MDA

Gráfico 9 - Comparação entre os percentuais de recursos destinados pelo Pronaf e estabelecimentos rurais familiares



Fonte: MDA e IBGE

Esses dados escondem as disparidades infraestruturais nas diferentes regiões, baseadas na política fundiária de concentração de terras e incentivo à produção latifundiária, mantendo tal estrutura e o

sistema produtivo correspondente. A maior parte dos contratos agrícolas nas regiões Sul e Sudeste, que juntas possuem 35% dos estabelecimentos familiares do país, destinam-se ao plantio de milho; na região Norte a maior parte dos contratos destina-se ao extrativismo; na região Centro-Oeste, onde estão apenas 5% dos estabelecimentos familiares, os recursos também são destinados ao cultivo de milho e, na região Nordeste, que detêm 50% dos estabelecimentos familiares do país, o principal cultivo é a mandioca, seguida do milho⁸².

Além da distribuição por principais produtos agrícolas agroindustriais e região, outro dado socioeconômico importante é a distribuição dos créditos por grupo beneficiário. De acordo com Guanzioli (2007), em 1999, 70% dos recursos foram destinados aos grupos C e D, que correspondiam aos grupos com maior renda, enquanto ao grupo A foram destinado 21% dos recursos e apenas 1% para o grupo B. Em 2004, quando ainda existia essa classificação, o grupo B respondeu por 7% dos recursos, os grupos C e D responderam por 62% e o grupo A por 13% – os recursos restantes foram destinados ao grupo E. Concentração que permaneceu em 2007, quando 74% dos recursos foram destinados aos grupos C, D e E. Atualmente, devido à alteração dessa classificação em 2008, não temos como calcular essa distribuição, pois os grupos C, D e E, deixaram de existir, sendo os agricultores por eles contemplados incorporados à categoria agricultores familiares que obtenham renda da produção na propriedade acima de R\$ 6.000,00 até R\$ 110.000,00 (incluindo rendas provenientes de outras atividades fora da propriedade). Apesar desse déficit de informação acreditamos não ter havido alterações significativas de 2007 para 2011.

O PRONAF funciona, como qualquer outro programa de crédito, com base na lógica (hegemônica) de que os agricultores mais bem sucedidos são também os beneficiados, aqueles que têm maior dificuldade de adequação ficam “de fora” do programa. Cabe ressaltar, conforme assinala Guanzioli (2007), que ao se tratar da renda proveniente da produção agrícola da propriedade, mais da metade dos estabelecimentos, em 1996, não conseguiam obter uma renda mínima apenas por meio de sua produção e ficavam também excluídos do Programa. Dentro desse contexto os agricultores não “beneficiados” pelo programa buscam alternativas de renda fora da propriedade, por

82 Estes dados obtidos do Censo agropecuário 2006, não são exatos, pois o censo não apresenta dados por região, apenas por Estado e em conjunto com todas as destinações do Pronaf. Procuramos identificar apenas a quantidade de contratos por tipo e cultivo agrícola. Deste modo podemos destacar a predominância dos cultivos voltados à agroindústria e às commodities de exportação.

meio da previdência social (com auxílio gravidez e aposentadoria) ou a venda do trabalho em outros estabelecimentos, agrícolas ou não.

A principal contradição apresentada pelo PRONAF refere-se ao fato de apresentar-se como uma “política agrícola”, quando na prática é um programa de crédito rural, que atinge produtores rurais “adaptados” ao sistema moderno de produção. O PRONAF é apresentado como um programa de apoio aos pequenos produtores rurais, no entanto, apoia, de fato, as cadeias agroindustriais e os agricultores a elas “integrados”. Se por um lado destina-se a incentivar os pequenos produtores rurais, por outro, o faz pressionando os agricultores familiares a envolverem-se ou integrarem-se no sistema de produção hegemônico e não incentivando um cultivo diversificado e adaptado aos problemas enfrentados pela agricultura familiar. Ou seja, ele se apresenta como uma política voltada para os “excluídos”, quando de fato não o é.

De acordo com Guanzirolí (2007) o PRONAF é um programa de crédito e como tal “auxilia” e/ou “incentiva” aqueles agricultores que possuem infraestrutura para se adequarem ao mercado (agroindustrial), porém não tem alcance, ou não consegue alcançar aqueles produtores rurais mais pobres e com menos condições de “adaptação”. É um programa promotor da agroindústria, pautado na perspectiva de uma produção crescente. Deste modo, como todo programa de crédito, o PRONAF não pode ser destinado aos agricultores com baixa renda, que provavelmente não conseguiriam pagar pelo empréstimo, ou seja, em sua configuração atual, não comporta estruturalmente os agricultores menos “integrados”. Para Guanzirolí, a maneira como o Estado poderá auxiliar esse segmento é por meio de políticas agrárias e sociais, não de crédito:

“Uma política de crédito focalizada nos setores mais carentes do meio rural poderia ser um contra-senso, já que eles não têm atividade que sustente ou demande esse tipo de política. Seria o crédito o melhor instrumento para modificar a realidade de exclusão social da agricultura? Qual é o sentido de dar crédito a quem não tem renda monetária? Por esse motivo, a proposta de 1996 (FAO/INCRA) afirmava que esses grupos (os C e D) deveriam ser alvo de políticas agrárias e sociais e não de crédito. (GUANZIROLI, 2007, P. 310)

A estrutura agrária e as relações que ela abrange são bastante complexas, e não podem ser contempladas efetivamente por um

programa focado em um determinado nicho agrícola. Não se pretende minorar os efeitos positivos trazidos pelo programa, diante do contexto produtivo atual, no entanto, questiona-se a abrangência da política agrícola nacional e a necessidade de uma política voltada efetivamente aos diferentes segmentos agrícolas do país, uma política que também leve em consideração uma estratégia produtiva menos agressiva ao meio ambiente e às relações sociais, baseada numa distribuição mais igualitária da terra e com racionalização da produção, substituindo assim a política de subsidiar apenas monoculturas de exportação como historicamente é praticado no país. O que não pode ser alcançado apenas por meio de financiamentos.

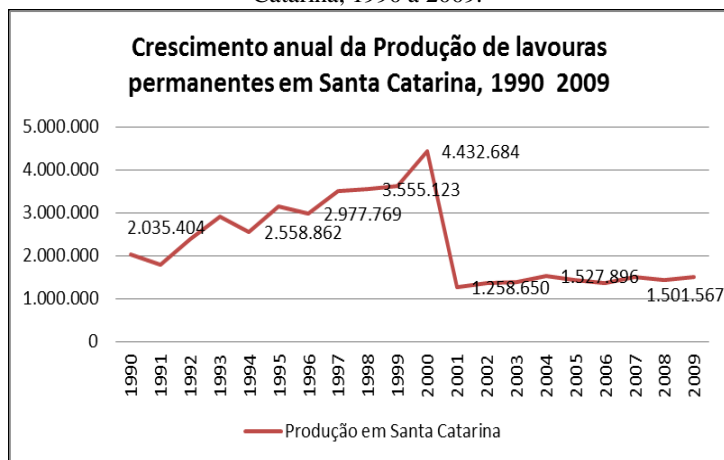
Essa exposição é importante para contextualizar a maneira como a política federal conduz as relações de produção dos agricultores familiares inseridos no PML. Estes, incentivados pelos referidos programas (PRONAF e PML), procuram adaptar-se ao sistema produtivo hegemônico, entendendo esta como a única maneira de manter suas terras e forma de produção. Questionamos, porém, a que custo acontece essa “adaptação”, posto que se plantarem madeira no lugar dos produtos agrícolas tradicionais, perdem suas características culturais e também a capacidade de autoconsumo. O processo de “integração/adaptação” ao sistema agroindustrial não inclui as questões referentes ao consumo/autoconsumo e produção de alimentos, por um lado, nem as consequências ambientais causadas pela lógica produtiva agroindustrial por outro. Isso pode ser verificado nas preocupações ambientais apontadas por nossos interlocutores, resumidas à legislação ambiental no que concerne as limitações produtivas por ela imposta, em termos de área cultivável e não com as inconsistências e/ou incoerências da lei (fato que também identificam).

Os temas produção agrícola e preocupação ambiental são temas que devem ser pensados para avaliar os efeitos da política de “modernização” agrícola. Com base nessa perspectiva, apontamos, a seguir, alguns dados relativos ao crescimento da produção agrícola no país, destacando as duas regiões de estudo – Região Serrana e Vale do Itajaí – para evidenciar a disparidade no crescimento da produção de “produtos do agronegócio” e da produção alimentícia, incentivado pela agroindústria.

2.2. A situação da produção de Alimentos em Santa Catarina e na Região Vale do Itajaí

Discutiu-se a influência da política agrícola nacional na inserção da produção agroindustrial, inclusive nas propriedades agrícolas familiares. Os resultados dessa política podem ser notados por meio dos dados da produção agrícola anual, voltada ao agronegócio. Analisamos os dados da produção agrícola de Santa Catarina e verificamos uma redução de 26% (ou 533.837 toneladas) do total da produção de lavouras permanentes, no período de 1990 a 2009. Destaca-se que até o ano 2000 havia um crescimento anual da produção. Depois desse período houve uma queda significativa e os índices de produtividade mantiveram-se em níveis mais baixos até 2009, conforme o gráfico:

Gráfico 10 - Crescimento anual da produção de lavouras permanentes em Santa Catarina, 1990 a 2009.

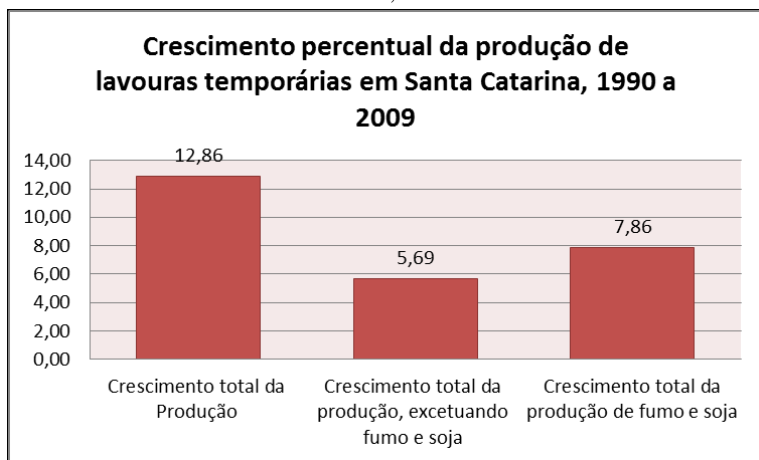


Fonte: IBGE

A produção de lavouras temporárias apresenta uma situação diferente, onde a produção anual apresentou um aumento 12%. Aumento esse influenciado pela produção de fumo, da soja (85%), do arroz (82%) e do milho (21%), de 1990 para 2009, respectivamente. Cabe lembrar que esses produtos estão inseridos na produção agroindustrial. Por outro lado, se considerarmos o crescimento da produção das lavouras temporárias, excetuando a soja e o fumo, o crescimento dessa produção reduz para 11%. Apresentamos no gráfico a

seguir a comparação entre o crescimento total da produção, a produção total excetuando o fumo e a soja e o crescimento da produção do fumo e da soja:

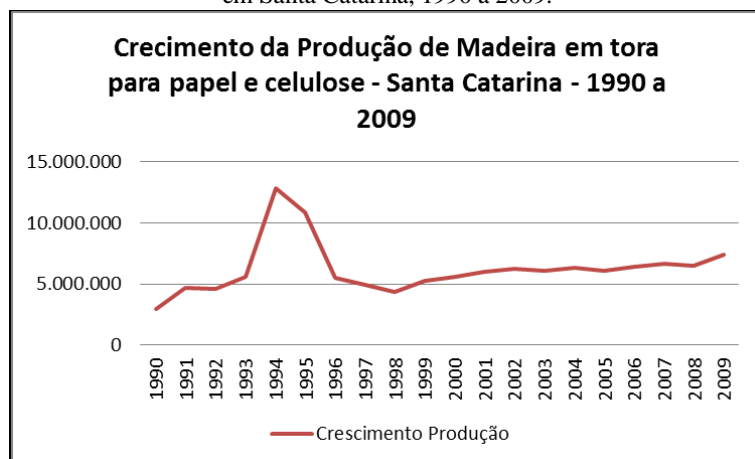
Gráfico 11 - Crescimento percentual da produção de lavouras temporárias em Santa Catarina, 1990 a 2009.



Fonte: IBGE

Verifica-se que a produção conjunta do fumo e da soja apresenta um crescimento mais elevado do que o da produção total excetuando o fumo e a soja. Se retirarmos também o milho e o arroz, temos uma produção negativa das lavouras temporárias no período de 1990 a 2009. Podemos, a partir desses dados, inferir que a produção de alimentos tem aumentado relativamente menos do que outros produtos agrícolas, ou agroindustriais. Ou de outro modo, que a produção agroindustrial tem aumentado significativamente mais do que outros produtos agrícolas, como o feijão, batata e mandioca, por exemplo. Situação diferente encontra-se na produção de madeira em toras para papel e celulose, cujo aumento foi de 4.501.112 metros cúbicos nas últimas duas décadas o que equivale a um aumento de 154%, conforme gráfico a seguir:

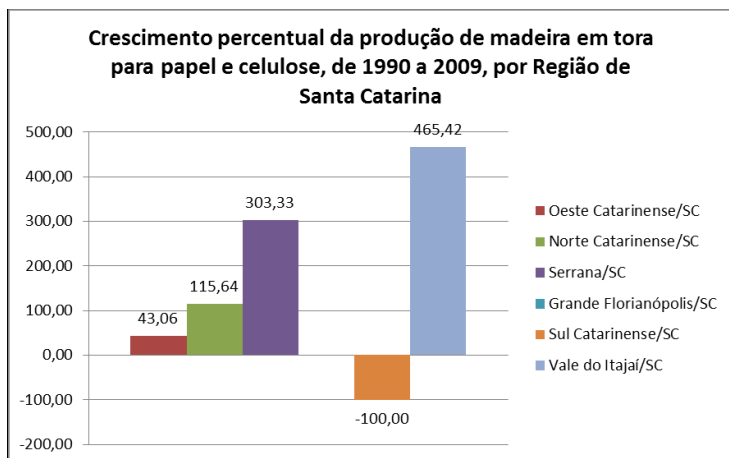
Gráfico 12 - Crescimento da produção de madeira em tora para papel e celulose em Santa Catarina, 1990 a 2009.



Fonte: IBGE

Houve um “pico” de produção no ano de 1994, o que influencia a mensuração do crescimento da produção. Levando em consideração essa nuance, ainda assim, verifica-se crescimento positivo neste setor. Em Santa Catarina, as regiões que apresentam maior produção de madeira em tora para papel e celulose nas últimas duas décadas são a região Serrana, Norte e Oeste. São estas também as regiões que tradicionalmente apresentam maior relação com a produção de madeira em geral, desde a época da colonização e as batalhas pela região do Contestado. Verifica-se que embora sejam responsáveis pela maior parte da produção, apresentam um crescimento relativamente homogêneo – reflexo da tradição nesse tipo de produção. Ao comparar os percentuais de crescimento dessa produção no referido período, evidencia-se as proporções do crescimento nas diferentes regiões de Santa Catarina.

Gráfico 13 - Crescimento percentual de produção de madeira em tora para papel e celulose, de 1990 a 2009, por mesorregião de SC

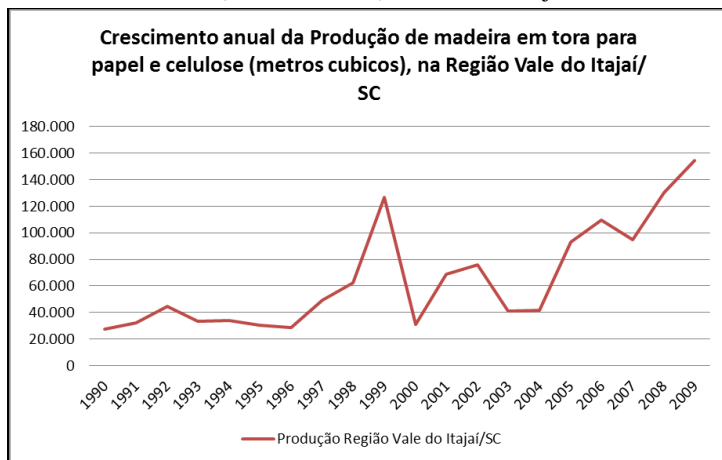


Fonte: IBGE

Percebe-se o aumento significativamente mais elevado na região do Vale do Itajaí, com aumento de 465% em 2009 em comparação com 1990. A Região Serrana também apresenta um crescimento bastante representativo. Cabe lembrar que estas são as duas regiões onde a empresa Klabin implantou o sistema de Fomento Florestal em Santa Catarina.

Se por um lado as regiões tradicionalmente exploradoras de madeira apresentam um crescimento homogêneo e bastante significativo, por outro temos a inserção dessa produção na região do Alto Vale, que tradicionalmente investe no plantio de alimentos, marcado pela produção familiar, de pequeno porte e diversificada. Aumento este bastante significativo em especial a partir do final da década de 1990, tendo um crescimento contínuo nos anos 2000 e um pico na produção em 2009, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 14 - Crescimento anual da produção de madeira em tora para papel e celulose (metros cúbicos), no Vale do Itajaí-SC



Fonte: IBGE

Cabe observar que o ciclo do plantio da madeira em tora para papel e celulose tem como tempo necessário para o plantio, crescimento e desbaste um período de 15 anos, sendo possível um primeiro desbaste com 7 anos. A empresa Klabin SA iniciou o Programa de Fomento Florestal no Estado de Santa Catarina em 1984, coincidindo portanto, com o pico de produtividade em 1999, quando do primeiro ciclo de 15 anos.

A partir da análise comparativa do crescimento da produção nas duas regiões que participam do Programa de Fomento Florestal verificamos distinções também na cultura presente nessas regiões. Ao apresentar um crescimento mais homogêneo, a produção da Região Serrana representa uma cultura de tradição nesta atividade, cujo principal indicativo é a homogeneidade na produção anual, reflexo do plantio permanente, em longo prazo. Essa periodicidade da produção aponta para certa autonomia produtiva, sem relação direta com os períodos de investimento pela empresa, sendo que a produção nessa região não depende somente, ou fundamentalmente, do incentivo do programa, mas, por outro lado, tal incentivo potencializa sua produção.

A Região do Alto Vale, diferentemente, apresenta um crescimento heterogêneo, que reflete uma relação mais estreita com o Programa, uma vez que os aumentos mais significativos da produção anual correspondem aos intervalos influenciados pelo Programa, de 7 e

15 anos para o desbaste, se levarmos em consideração o ano base a 1984, quando do início do Programa na Região.

Os argumentos apresentados para justificar a importância da produção de madeira são incrementados com a variável ambiental além do incentivo à economia local. A variável “proteção ambiental” e “responsabilidade socioambiental” têm sido incorporadas às agendas empresariais e governamentais a partir da década de 1990. No entanto, o apelo mais vigoroso continua sendo o da renda. O discurso apresentado pela empresa para seu público alvo inclui uma análise do crescimento da demanda de madeira pelo mercado e a estabilidade da produção. O tema da estabilidade, ou “sustentabilidade econômica”, tem um apelo muito forte, principalmente em contraponto à insegurança econômica característica das produções de lavouras temporárias ou permanentes, causada pela lei da “oferta e demanda”, própria do mercado, e devido às inconstâncias climáticas, responsável pelas boas ou más safras.

O discurso do “incentivo”, portanto, cumpre seu objetivo de atrair adeptos ao programa utilizando o argumento da garantia econômica. Por outro lado, argumenta também sobre a importância de uma agricultura diversificada. De acordo com Auras (1991), esse incentivo à produção diversificada “é vantajosa tanto para a empresa, que assim, não corre o risco de ter de bancar o custo de reprodução da família colona, quanto para o agricultor que considera a policultura uma garantia contras as intempéries e os imprevistos nos preços dos produtos integrados” (AURAS, 1991, p. 295, in. MATIAS, 2007, p. 119). No entanto, quando analisamos esse discurso, na prática, evidencia-se o caráter mais retórico do que prático, posto que a justificativa para o plantio de madeira é justamente a renda e isso, na prática, tem diminuído a diversidade produtiva. Verificamos, por exemplo, que o crescimento da produção de lavouras temporárias aumentou mais na produção de fumo e soja, produtos do agronegócio, do que a produção tradicional de alimentos, como o da mandioca, do feijão e do tomate, por exemplo. Ou seja, há uma desvalorização da produção de alimentos, diversificada, e uma (super) valorização da produção de monoculturas subsidiadas por grandes empresas e apoiadas pelo governo. Movimento que demonstra a incorporação da agricultura familiar à agroindústria, ou, nos termos de Ribeiro, (1991) a agroindustrialização familiar.

2.2.1. Resultados do Campo

Em campo observamos dados que corroboram nossa análise sobre a agroindustrialização familiar, destacados pelos próprios produtores

rurais, relacionados com o abandono da produção diversificada e suas expectativas sobre o PML. Dividimos a apresentação desses dados em subitens assim distribuídos: a) motivos que levaram à adesão ao Programa, expectativas e avaliação; b) relacionamento com a temática ambiental, incluindo a forma como se relacionam e/ou entendem os problemas ambientais (caso entendam existir) e; c) características socioeconômicas dos produtores entrevistados e suas relações de produção, incluindo o autoconsumo.

As entrevistas foram realizadas nos municípios de Agrolândia, Atalanta, Braço do Trombudo, Correia Pinto, Imbuia, Ituporanga, Presidente Getúlio e Rio do Oeste, totalizando 19 entrevistas nas regiões Serrana e Vale do Itajaí em Santa Catarina. Cabe ressaltar que o objetivo da pesquisa é o de entender a articulação dos diferentes segmentos sociais na realização do PML, incluindo a percepção dos agricultores e contextualizá-los no processo de construção da temática ambiental sob a perspectiva da criação do valor verde. Sendo assim, optou-se por uma amostra não estatística. Por tanto ao apresentar os dados temos clareza de que não são dados representativos do universo da população. Ainda assim os dados aqui apresentados são relevantes dentro do objetivo proposto, pois suscitam características da população estudada relacionadas ao PML e seus procedimentos de atuação.

2.2.2. Agricultores Rurais e o PML

Nesse bloco evidenciamos questões relativas ao início da participação no programa e a participação dos entrevistados em outros programas de desenvolvimento rural sustentável. De acordo com o observado em campo, e já observado no capítulo onde descrevemos o PML, a formação do Programa Matas Legais, nos termos propostos pela Klabin e Apremavi, como um programa de fomento ambientalmente correto, não é identificado por todos os agricultores. Fato que dificultou a identificação do período de adesão ao PML. Ao serem perguntados sobre o Programa Matas Legais os agricultores ficaram confusos e apenas conseguiam falar sobre o Programa quando o termo PML é substituído pelo termo “programa da Klabin”. Depois de identificada essa confusão, e utilizando o termo substituto, então a entrevista conseguia fluir.

A maioria dos agricultores entrevistados aderiram ao PML no período entre 2006 e 2009, ou seja, no período de vigência do PML. Apenas dois deles afirmaram já fazerem parte do programa de fomento

florestal anterior ao PML. A maioria dos entrevistados acredita ter firmado parceria com a APREMAVI e com a Klabin concomitantemente, ainda que com dúvidas, mas cerca de 40% dos entrevistados dizem ter firmado parceria em momentos diferentes com as diferentes instituições. Entendem a participação da APREMAVI como uma “ajuda” com as questões ambientais, mas não percebem claramente a parceria entre as instituições.

Buscamos identificar quais outros programas ambientais existem na região e dos quais fazem parte os entrevistados. Cerca de 10% dos entrevistados não souberam responder, 37% desconhecem algum programa nesse sentido e a maioria, 53%, conhece, embora nem todos participem de algum.

Dentre aqueles que participam de outros programas de desenvolvimento rural sustentável, a maioria participa de projetos organizados pela EPAGRI e pelas Prefeituras dos municípios onde moram. Foram citados o programa microbacias⁸³ da EPAGRI e palestras ministradas por servidores da prefeitura ou EPAGRI. Sobre os outros programas relataram que acontecem quando aparecem problemas ambientais, como por exemplo, surto de “borrachudos”, quando fizeram mutirão, junto ao microbacias, para fazer as fossas sépticas para diminuir a infestação.

Perguntou-se sobre a maneira pela qual souberam da existência do PML. Cerca de 50% dos entrevistados souberam do PML por meio de vizinhos, 15% por intermédio da prefeitura ou EPAGRI, nos programas de desenvolvimento rural e cerca de 30% pelo próprio PML, através de suas reuniões itinerantes. Observamos que os argumentos sobre o PML que mais levam os agricultores a buscar o Programa é o fato de ser uma forma de “ajudar” o agricultor que não tem dinheiro a investir no “reflorestamento”. 74% dos entrevistados buscaram integrar-se ao PML motivados pelos benefícios econômicos da produção em parceria, que fornece o investimento financeiro inicial e o auxílio técnico, gerando expectativa de aumento de renda futura. Alguns entrevistados citaram ter como motivação as preocupações ambientais,

⁸³ O programa Microbacias é um programa desenvolvido pela Epagri e que atualmente participa do Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM/MICROBACIAS 2. O objetivo é “contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações”(EPAGRI). Os agricultores entrevistados que citaram o microbacias o definem como um programa que auxilia na instalação de fossas sépticas.

juntamente com as perspectivas econômicas. Devemos observar que estes correspondem também aos entrevistados no primeiro campo, onde os técnicos da APREMAVI acompanharam as entrevistas. Em geral quando falam sobre a relação do PML com o meio ambiente citam a participação da APREMAVI que auxilia nessas questões, como adequação ambiental para fazer o plantio. Ou seja, não entendem as atividades ambientais como pertencentes ao programa, o que fica evidente quando perguntados sobre as atividades realizadas dentro do programa, a totalidade dos entrevistados respondeu que sua atividade no programa refere-se exclusivamente ao plantio de eucalipto.

Ainda com relação às motivações que levam a adesão ao PML perguntou-se sobre a demanda de trabalho exigida pelas atividades, pois um dos argumentos das instituições envolvidas apresentados pelo discurso de “incentivo econômico” é o envelhecimento da população do campo. O argumento é de que cada vez mais os jovens saem do campo e permanecem apenas os pais que envelhecem e não conseguem mais manter o trabalho na terra. Assim, procuram o plantio do eucalipto que exige menos trabalho. Aproximadamente 50% dos entrevistados responderam que o plantio demanda “muito tempo de trabalho”, 10% afirmaram haver pouco trabalho e outros 40% afirmaram não exigir trabalho nenhum. Apesar de haver uma certa disparidade nas respostas, elas giram em torno da interpretação sobre o mesmo fato. Todos concordam que o plantio de pinus exige trabalho nos dois primeiros anos, e que depois quase não há trabalho na manutenção. Então sua avaliação diz respeito ao foco da interpretação. Aqueles que enfatizam o fato de só precisarem trabalhar intensivamente apenas nos dois primeiros anos acham que o trabalho exige pouco tempo empenhado; aqueles que focam sua resposta no trabalho exigido nos dois primeiros anos, respondem afirmativamente sobre a necessidade de muito tempo de trabalho.

Nos dois primeiros anos do plantio, quando exige mais trabalho, os agricultores tem mais contato com os técnicos da Klabin. Estes fornecem os subsídios para o plantio e cuidados iniciais com o plantio. A partir do terceiro ano passam a ter mais contato com os técnicos da APREMAVI, os quais fazem “visitas” às propriedades para fornecer instruções de manejo ambiental. Sobre o relacionamento com os técnicos das duas organizações, perguntou-se como avaliam seu trabalho, levando em consideração a capacidade didática e de responder às demandas dos agricultores. Numa escala entre “ruim”, “boa” ou “muito boa”, cerca de 70% responderam “muito boa” e 30% boa. Conforme

colocado na questão referente às motivações para a adesão, o suporte técnico para o plantio é um dos pontos mais atraentes do PML.

O principal benefício trazido pelo Programa, segundo avaliação dos entrevistados, é econômico, ficando os benefícios ecológicos como secundários em poucos casos. Dentre os benefícios econômicos trazidos pelo programa, os entrevistados dividem-se entre aqueles que consideram já ter ganhado tal benefício, com os subsídios dados pela empresa para o investimento inicial e aqueles que não consideram o investimento inicial um ganho financeiro, acreditando que os benefícios econômicos virão com o passar do ciclo, quando houver a poda das toras. Ou seja, também aqui a avaliação varia conforme o foco dado pelo agricultor. Quando entende o investimento inicial como um ganho, respondem já haver ganho financeiro. Quando entendem o subsídio como uma parte do processo, então avaliam que o ganho será futuro. Cabe ressaltar que esse subsídio inicial para o plantio é calculado com base no investimento necessário, por hectare, para o plantio, desbaste e combate a infestações nos dois primeiros anos do plantio. Esse investimento inicial, que deve ser integral para o plantio, se aplicado conforme instruções do PML, garante uma melhor resposta das plantas e portanto no resultado final após 7 anos. No entanto, muitos dos agricultores investem menos no plantio, economizando na compra de adubos e defensivos agrícolas, para dessa forma investir uma parte desse dinheiro em outras “coisas”, tais como reforma da casa, compra de equipamentos, etc. Esse movimento é um dos problemas apontados pelos técnicos do PML, que alertam sobre a possível diminuição da produtividade em função dessa “economia” no investimento inicial.

Os principais problemas enfrentados no plantio, por ordem de relevância para os entrevistados, são o combate a formigas (55%), tempo demandado para o preparo da terra e desbaste (20%) e legislação ambiental (5%), os demais entrevistados responderam não haver problema algum durante o plantio ou não souberam responder. O combate às formigas é a tarefa mais difícil encontrada pelos produtores, pois elas podem reduzir significativamente a produção. A forma como combatem essa infestação, quando há, é por meio de “defensivos agrícolas”, os “venenos”. Utilizados também, por cerca de 90% dos entrevistados, para outros cultivos na propriedade. Ressalte-se que a utilização dos “defensivos agrícolas” é uma prática vista como negativa pelos agricultores. Embora utilizem para seus plantios, e só respondam com muito cuidado (argumentando que só usam aqueles que “não são proibidos”), sabem que a legislação proíbe a utilização indiscriminada e

que os ambientalistas não gostam. Um saber quase intuitivo, pois reconhecem haver aqueles proibidos e não proibidos e ainda assim ficam constrangidos em falar a respeito.

Procuramos identificar o que os agricultores entendem por sustentabilidade, ao perguntar se o PML é sustentável. Verificou-se que a maioria dos entrevistados considera o programa sustentável, mas relacionam a sustentabilidade à sustentabilidade econômica e não a ambiental. Diante dos objetivos propostos pelo PML, de sustentabilidade ambiental no ciclo da madeira, perguntou-se como os agricultores percebem a idéia de preservação ambiental. Cabe ressaltar que os agricultores têm dificuldade para falar do assunto. Sendo assim procurou-se identificar quais são os temas apontados por eles. Cerca de 40% dos entrevistados relacionaram preservação ao tema “água”, afirmando que é preciso “cuidar” da água, 26% dos entrevistados identificam a preocupação com as futuras gerações e saúde humana, argumentando que é preciso cuidar da natureza para que as futuras gerações possam também dela usufruir; 16% se preocupam com a preservação das matas, também com argumentos relativos ao uso pelos filhos e netos. Cerca de 10% acha confusa essa discussão e 5% refere-se à legislação ambiental, argumentando que é preciso preservar para não ser multado.

Para aprofundar nossa percepção sobre como entendem o tema “preservação ambiental”, pediu-se que apontassem os principais problemas ambientais em sua comunidade. O problema mais identificado pelos agricultores é o corte ilegal da madeira (32%), seguido dos problemas com a legislação ambiental (21%), plantio perto dos rios ou a destinação do lixo nos rios (16%), 11% relataram problemas com a proliferação de borrachudos, que relacionam com o desmatamento, e cerca de 20% não souberam responder. É importante enfatizar que os principais assuntos tratados pela APREMAVI são: preservação da água e das matas. Diante dos problemas apresentados perguntou-se como, ou através de que meios, tiveram contato com o tema do meio ambiente e/ou preservação ambiental. Mais de 40% afirmaram ter o primeiro contato com a temática através da produção, ligada a grandes empresas (Granja, cooperativa, sindicato, Souza Cruz, Klabin). 22% por meio de instituições públicas (prefeituras, EPAGRI, IBAMA ou Polícia Ambiental); e cerca de 35% ficaram sabendo por meio da televisão.

Diante das várias inferências à legislação ambiental procuramos identificar se os agricultores conhecem a legislação ambiental e como a

percebem. 90% dos entrevistados conhecem a legislação, o que pode ser percebido durante as entrevistas, pois muitos criticam a forma como ela é implantada, gerando muitos desconfortos para a maioria dos agricultores. Os 10% restantes dizem conhecer, mas reconhecem não entender como ela funciona. É interessante perceber que embora não tenham conhecimento pleno sobre a legislação ambiental (todos os direitos e deveres), complicados ainda mais pelos debates entorno do novo código florestal, ao serem questionados sobre as interferências do código florestal sobre seu cotidiano, a maioria dos entrevistados, 53%, afirma não haver interferência alguma. Apenas 26% consideram-na injusta, confusa e/ou rigorosa. O interessante nas respostas sobre o tema preservação ambiental é que os entrevistados são bem informados sobre as proibições que a legislação ambiental impõe, mas não têm segurança sobre os procedimentos que podem realizar. Afirmam que os técnicos da APREMAVI, nesse sentido, são bastante prestativos e auxiliam quando necessário. Por outro lado, embora saibam das limitações acham exageradas e alguns dos entrevistados reconheceram transgredir algumas dessas proibições. Fato do qual não se orgulham, mas também não se arrependem. Na prática acontece que se acreditam ser necessário praticar algum ato “ilegal” o fazem torcendo para não ser multados; preocupação bastante presente.

2.2.2.1. Características socioeconômicas dos agricultores

Cabe lembrar que o público alvo do Programa é composto por agricultores considerados pequenos e médios produtores rurais, de acordo com o art. 4º da Lei nº 8.629/93 e se inserem nas linhas de crédito PRONAF e PROPFLORA. Com base nesses parâmetros verifica-se que 13 das 19 propriedades pesquisadas inserem-se na categoria pequena propriedade e 6 na categoria média propriedade. Com base nos argumentos apresentados sobre o desenvolvimento rural pelo PML, EPAGRI, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), procuramos identificar o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do PML para averiguar como se dá, na prática, os “incentivos” acima mencionados relativos a “integração” ao agronegócio, diversificação produtiva e incentivos econômicos.

Conforme assinala Kageyama (2004), há um movimento cada vez maior da população que mantém sua propriedade no meio rural, mas mora em cidades próximas para trabalhar, ou que mora no meio rural, mas trabalha na cidade. Entre os entrevistados buscou-se identificar quantos proprietários moram na propriedade e quantos não moram.

Verificou-se que cerca 80% dos entrevistados residem na propriedade. Aqueles que não residem utilizam a propriedade para obter renda, através de arrendamento ou do plantio de “reflorestamento”. Dentre aqueles que moram na propriedade verificou-se um grande número de propriedades onde habitam somente o casal, cerca de 40%. Seus filhos moram em outra cidade, para estudar e/ou trabalhar, ou (a minoria) moram em outra propriedade, próxima a dos pais. Diante da grande quantidade de propriedades onde reside apenas o casal, perguntou-se sobre a ocorrência de empregados na propriedade. Cerca de 40% do total de propriedades possuem empregados. No entanto, esse percentual não possui uma correspondência direta com o percentual de propriedades onde vivem somente o casal. Dentre as propriedades onde vivem somente o casal, apenas 11% possuem empregados

Dentre as atividades produtivas (geradoras de renda) procurou-se identificar quantos agricultores produzem apenas na propriedade e quantos possuem outra atividade econômica. 21% dos entrevistados não têm outra atividade econômica, 26% têm renda proveniente de transferência do governo (aposentadoria) e 53% possui outra atividade de trabalho além da produção agrícola na propriedade. A renda dessa população é bastante diversificada. Cerca de 36% apresentam uma renda da propriedade acima de R\$ 2.000,00 e por outro lado cerca de 15% recebem até 500 reais.

Dos principais cultivos produzidos na propriedade, a cultura mais comum (37% das propriedades) é o milho, seguido do leite (32%) e animais (21%). Outros cultivos citados foram granja, alho e cebola. 11% das propriedades cultivam somente eucalipto. Cabe ressaltar que a região Alto Vale do Itajaí, onde centrou-se as entrevistas, tradicionalmente cultiva a cebola, sendo considerada a região da cebola, no entanto, o plantio desse cultivo tem diminuído em função dos preços e da insegurança quanto sua produtividade: justificativas argumentadas pelos entrevistados, já que muitos deles deixaram de plantar cebola e substituíram pela produção do leite, do milho ou do fumo. Todos cultivos realizados em sistemas de “parcerias” com a agroindústria.

Ainda com relação às atividades agrícolas praticadas na propriedade, verificou-se que 37% dos entrevistados têm plantio somente para consumo, 53% dos produtores destinam seu plantio para a venda e 21% destinam sua produção para ambos. É importante observar que ao questionar sobre o destino da produção procuramos identificar se os produtores consideravam seu plantio para subsistência como uma atividade produtiva. Dentre aqueles que responderam produzir apenas

para a venda, em sua maioria também plantam para subsistência, no entanto não consideram esse plantio uma atividade produtiva. Aqueles que plantam somente para consumo, em geral são aqueles aposentados e que aderiram ao PML para complementar a renda. Estes consideram o plantio do eucalipto um investimento no futuro. Ou seja, apenas cerca de 21% dos entrevistados consideram trabalho, tanto as atividades relativas ao cultivo de subsistência como para a venda. Dentre os produtos produzidos para a venda estão os animais (gado de corte e de leite e porco) e derivados (principalmente o leite), o milho, o fumo e a madeira. Ou seja, vendem e cultivam primordialmente os produtos que fazem parte da agroindústria regional. Deixam de investir em outros plantios para investirem apenas nos referidos cultivos, comercializados principalmente junto a empresas de grande porte (como a Pamplona, Cravil, Tirol, Lactovale e Universal), entrando assim na chamada “agroindústria familiar”.

3. Considerações:

A importância desse Programa para a empresa parece substancial, pois ao associar-se à APREMAVI ganha maior credibilidade junto ao mercado mundial de madeira para papel e celulose, que apresenta um movimento de preocupação com a sustentabilidade ambiental, e ganha apoio institucional do Estado que, por sua vez, também insere-se nesse movimento mundial de sustentabilidade ambiental e que, além disso, percebe o PML como uma possibilidade de apoio à agricultura familiar, meta incluída na política agrária nacional.

No entanto devemos colocar em questão as consequências que esse tipo de programa pode trazer em longo prazo no desenvolvimento local, regional e global da sociedade moderna. Como pudemos observar o PML trabalha junto com os agricultores, temas importantes para eles. Sem uma política agrária bem estabelecida, porém, a tendência a opção agroindustrial pode tornar-se economicamente e ambientalmente insustentável – pois mesmo tendo uma “renda garantida”, ao deixarem de produzir para sua subsistência os custos para tanto aumentam – além do fato de que esse processo, de substituição da subsistência pela agroindústria, pode não gerar necessariamente os resultados esperados.

Marineide Maria da Silva (2003) discute a situação dos fumicultores do sul de Santa Catarina demonstrando uma tendência ao abandono das lavouras de mandioca na região e a substituição pelo plantio do fumo. Ao observar as motivações ou incentivos para tal

movimento constatou que todos os argumentos apresentados pelos agricultores levam justificativas econômicas. A pesquisadora, no entanto, verificou que a promessa inicial de bons resultados financeiros ficou aquém do que esperavam os agricultores. Estes, atualmente, além de sofrerem com a desvalorização do cultivo do fumo, estão presos à política de financiamento das empresas e dificilmente conseguem investir em outros cultivos. Além dos muitos problemas sociais, econômicos e ambientais trazidos pelo fumo, verificou um crescente incentivo do governo, por meio principalmente do Pronaf. Segundo a autora, em 1997, 32% do total de recursos liberados pelo Pronaf destinaram-se ao custeio do plantio de fumo, em Santa Catarina esse percentual chegou a 55%. Conclui que no lugar de o governo incentivar a agricultura familiar e o plantio de alimentos está favorecendo as empresas que se beneficiam desse cultivo como matéria prima (SILVA, 2003, p. 117).

Outro exemplo de problemas encontrados na política de incentivo incondicional do governo à inclusão do pequeno agricultor rural à cadeia agroindustrial é apresentado por Schmidt (2003). A autora aponta que em Santa Catarina, a partir da década de 1960, iniciou-se o que viria a ser o “sistema de integração”, sendo o primeiro sistema de fomento ao pequeno produtor rural por uma agroindústria, a Sadia. (SCHIMIDT, 2003, p. 266). Nesse sistema, médias ou grandes agroindústrias estabelecem um contrato onde o pequeno produtor passa a ser fornecedor de matéria-prima para empresa, tendo subsídios e incentivos do Estado. No entanto, a partir da década de 1980, “começam a serem aceitas as evidências do fracasso desse modelo sob o ponto de vista social, ambiental e de distribuição no território” (SCHIMIDT, 2003, p. 267). Verificou-se que a lógica de concentração e intensificação da economia fez excluir os agricultores que não estivessem no raio de atuação da empresa; sendo que o número de propriedades de pequeno porte diminuiu e; do ponto de vista territorial, verificou-se a expulsão dos jovens do meio rural, tendo como resultado a formação de bolsões de pobreza no meio urbano e também no rural. Com relação ao meio ambiente, referindo-se a agroindústria de suínos na região Oeste, verificou que cerca de 90% dos recursos hídricos no meio rural estavam contaminados (SCHIMIDT, 2003, p. 268).

Evidencia-se uma tendência governamental, portanto, a incentivar a adesão dos pequenos proprietários ao sistema agroindustrial sem, no entanto, levar em consideração os vários exemplos de consequências negativas ocasionados por esse tipo de sistema de produção. Parece

faltar uma avaliação sobre a forma como estão sendo implantados tais programas e com qual finalidade se produz, além de apenas dos resultados econômicos imediatos.

Ao abordarmos a “modernização” agrícola, tema que permeia as políticas de “incentivo” ao meio rural, tanto nos procedimentos relacionados com o PML como também pelo próprio Pronaf, observamos que algumas mudanças estruturais nas relações rurais vêm ocorrendo. Uma delas é a perda da identidade com a terra. Termo talvez um tanto “dramático”, pois alguns autores tratam como “adaptação” ou “integração”. Por outro lado o termo “perda de identidade” talvez traduza melhor o processo de descaracterização do campo e sua “industrialização”, marcada pela tecnificação do plantio e beneficiamento; pela crescente venda, liberação e desvalorização da mão-de-obra e que aprofunda as diferenças sociais, características próprias da “modernização” ou industrialização”. No meio rural as diferenças sociais estão marcadas pela distribuição desigual das terras, com a ocupação da maior parte das terras pela minoria das propriedades agrícolas. Características que ficam evidentes nas formas como a população rural busca adaptar-se (aqui sem aspas, pois quero informar um processo onde os habitantes rurais são coagidos a buscar formas concretas de geração de renda, mantendo-se ou não na terra, vendendo ou não sua mão-de-obra) para sua manutenção e de sua família. Kageyama (2004) constata que dentre as transformações socioeconômicas ocorridas no meio rural está a sustentação econômica por meio das transferências governamentais mais do que por meio de programas de incentivo à agroindústria familiar e que a urbanização do meio rural com o incremento de fábricas nessas regiões tem favorecido uma transformação econômica, onde os trabalhadores cada vez mais deixam de produzir em suas propriedades para assalariarem-se no setor de prestação de serviços, no serviço doméstico ou na construção civil. Tal fato demonstra uma ineficácia na gestão pública em apresentar uma política pública realmente voltada para a pequena propriedade rural. O tema do “auxílio técnico”, tão caro aos agricultores rurais, só acontece e é muito bem recebido pela empresa privada para tecnificação da produção agroindustrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação discute a chamada crise ambiental, desnaturalizando essa noção, reportando-a para as relações sociais que a orientam. O primeiro capítulo apresenta algumas abordagens sobre “sustentabilidade ambiental” para evidenciar como a temática se constrói em resposta às experiências vivenciadas nas relações sociais. O estudo priorizou a análise das relações produtivas envolvidas na realização do Programa Matas Legais (PML), projeto que expressa a temática ambiental sob a perspectiva do mercado, abarcando relações multisetoriais – Estado, mercado, terceiro setor e sociedade civil, representada pelos agricultores familiares. Destaco como o modo de produção determina a maneira como os recursos naturais (o meio) e as preocupações ambientais se articulam e algumas relações em torno da temática sob a perspectiva das relações materiais, históricas e sociais.

Realizar este trabalho foi um desafio surpreendente. Ao iniciá-lo, embora percebesse sua relevância – já que seu foco articula segmentos inicialmente contraditórios (mercado e terceiro setor) –, não tinha clareza sobre sua magnitude. No decorrer da pesquisa as relações de produção implicadas na temática ambiental tornaram-se paulatinamente mais claras e, em certa medida, fui alertada pelos dados. Inicialmente pretendia estudar a parceria entre a ONG e a empresa, sua proposta de sustentabilidade e oferecer uma análise pontual sobre as potencialidades e contradições dentro do programa. No entanto, ao compreender a complexidade das articulações – com a política agrícola nacional e seus reflexos sobre a agricultura familiar, por exemplo –, percebi tratar-se de uma análise mais complexa, que supunha uma descrição cuidadosa de seus procedimentos, para revelar sua importância. As relações sociais são complexas – quanto mais a estudamos, mais realizamos o quanto falta compreender.

A dissertação evidencia também as relações de produção em torno do PML. Inicialmente, aponta sua articulação com as relações de mercado – o mercado da conservação e o da madeira para papel e celulose –, e com o Diálogo Florestal – um movimento transnacional; depois sua ligação com as estratégias de atuação do PML e os órgãos públicos, e como – os discursos desse setor revelam a ideologia do desenvolvimento permeia suas atuações e, por fim, o papel desenvolvido pelo Estado nessa articulação, por meio de sua política agrícola, baseada na destinação de crédito.

A pesquisa verificou que essa política agrícola converge de forma crescente para a chamada agroindústria familiar (a qual inclui o setor florestal), concluindo que o programa de fortalecimento da agricultura familiar, fortalece, de fato, o mercado agroindustrial, do qual o PML é beneficiário. Ou seja, as relações de produção formam um circuito de influências que convergem para a mesma direção, a lógica capitalista de produção, fundada no aumento da produtividade e diminuição de custos. Nesse percurso, são mascaradas/fetichizadas as relações de exploração do ser humano e da natureza: do ser humano, pois esse processo de agroindustrialização, correspondente ao da “terceirização” ou da “reestruturação produtiva”, supõe o cálculo de racionalização dos custos de produção com o objetivo de reduzir, ao máximo possível, os custos com a força de trabalho, relegando a maior parte destes gastos aos próprios trabalhadores. Ou seja, nesse processo, a força de trabalho é conduzida de modo a diminuir os custos da empresa, colocando os agricultores como “parceiros” ao invés de empregados; exploração da natureza, pois, apesar do discurso preservacionista, mantém-se a lógica de produção fundada na exploração da terra, reduzindo as preocupações ambientais ao cálculo do custo-benefício dos gastos relativos à adequação ambiental. Nesse mesmo processo de terceirização, as empresas ficam isentas dos encargos ambientais e ao mesmo tempo têm uma imagem de “sustentáveis”, cumprindo as exigências ideológicas dominantes.

Deve-se compreender e explicar as contradições do Programa Matas Legais. Não é o caso de julgá-lo (bom ou mal), o Programa cumpre funções importantes para a vida no campo, como o auxílio técnico e a relação de confiança construída pelos técnicos que informam sobre as possibilidades e limites do manejo da propriedade rural, embora não transcenda a lógica fundamental que produz a crise ambiental e tenda a reproduzi-la. Por outro lado, também a política de crédito rural, embora não cumpra os requisitos do “fortalecimento da agricultura familiar”, se apresenta como uma alternativa viável em um contexto rural onde ou o agricultor adere à agroindústria ou tem cada vez menos condições de manter-se no campo. O Pronaf e o Matas Legais são mecanismos confluentes de orientação mercadológica, baseados política e ideologicamente na ideia de que o desenvolvimento social segue/é consequência do desenvolvimento econômico. Estão fundados na lógica básica das necessidades permeadas pelo sistema capitalista, a de produção cada vez mais eficiente, entendendo eficiência como a maior produtividade em menor tempo, com menos custos, incluindo os gastos

ambientais e sociais (força de trabalho). A lógica do consumo predatório do meio ambiente é coerente com as relações de produção próprias ao capitalismo e suas contradições. Nesse sentido, a defesa do meio ambiente apenas se tornará eficaz na medida em que for incorporada estruturalmente à ação política fundada em outra ordem de necessidades que supere as determinadas pela lógica fundamental do capital.

Cabe evidenciar, ainda, que as relações conservacionistas aqui estudadas voltam-se para a preservação da Mata Atlântica. Bioma cuja maior cobertura relativa localiza-se no estado de Santa Catarina, aonde também mais perdeu sua cobertura original. A ação do Programa Matas Legais, bem como a Legislação Ambiental, intentam manter os remanescentes que ainda existem, no entanto, reafirmamos, ao manter a lógica da eficiência econômica sobre a da preservação ambiental, tal objetivo pode não ser alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.

ALTVATER, E. Existe um marxismo ecológico. **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**. Coleção Campus Virtual. Expressão Popular, CLACSO, cap.15. Argentina, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.15.doc>. Acessado em 06/11/2009.

ANDION, C. **Atuação das Ongs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO**. 2007, 427p. Tese, UFSC (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas).

ANDRIOLI, A. I. A atualidade de Marx para o debate ambiental. In: V Colóquio Marx e Engels. **Anais...** Campinas, SP, UniCamp, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao3/Antonio_Andrioli.pdf. Acesso 30 de abril de 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FLORESTAS PLANTADAS. **Anuário Estatístico da ABRAF**: ano base 2009. Brasília, 2010, 140p. Disponível em < <http://www.abraflor.org.br/> > Acesso em 30/04/2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PAPEL E CELULOSE. **Relatório Anual 2008/2009**. [S.l.:s.n.], 2010. Disponível em < <http://www.bracelpa.org.br/bra2/index.php> > Acesso em 30/04/2011.

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA VIDA. **Prestação de contas da APREMAVI**. Disponível em <<http://www.apremavi.org.br/download.php?codigoArquivo=86>> Acesso em 07/02/2011).

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ. **Projeto Demarcação da Reserva Legal**: Sigamavi. Disponível em <<http://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/reservalegal/arquivos/apresentacaoAMAVI.pdf>> Acesso em 09/02/2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura. **Manual de Crédito Rural**, MCR518, 2010. Disponível em < <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856> > Acesso em 30/04/2011.

BURKETT, P. Marxismo e ecologia. Entrevista concedida a João Aguiar, 2007. Disponível em: <http://odiario.info/articulo.php?p=371&more=1&c=1>. Acessado em 28/11/2009, as 16:16h.

CARVALHO JUNIOR, L. C.; PEREIRA, J.G.S.; BINOTTO, P.A. Cadeia Produtiva de Papel e Celulose. **LABSAD-UFSC**, Florianópolis [S. ano]. Disponível em <
http://www.labsad.ufsc.br/estudos_economia_SC/Trabalhos%20sobre%20economia%20catarinense/0%20Sintese%20master%20plan/4.4%20CPR%20Papel%20Celulose.pdf> Acesso em 11/09/2011.

CHAGAS, E. F. A Majestade da Natureza em Ludwig Feuerbach. In. Chagas, E. F.; Redyson, D; de Paula, M. G. [org.]. **Homem e Natureza em Ludwig Feuerbach**. Fortaleza: UFC, 2009 (p. 37-66).

COLBY, M. E. **The Evolution of Paradigms of Environmental Management in Development**. [S.l.: s.n.] 1989.

CORREA, C. E. G. ; PEREIRA, T. V. V. **Gestão Urbana e regional no Vale do Itajaí: o caso de Blumenau**. FURB/NPDR.[S.I.;S. ÁNO]

DA PAZ, R. D. O. Organizações não governamentais: Um debate sobre a identidade política das associadas à ABONG. São Paulo: **Cadernos ABONG**, n°. 33. Junho de 2005.

DELGADO, G. A Questão Agrária no Brasil , 1950-2003. In. JACCOUD, L. [ORG] **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. (p. 52-90) Disponível em <
http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf >
Acesso em 11/09/2011.

DIÁLOGO FLORESTAL. **Relatório do II Encontro Nacional: Três Barras e Canoinhas**. [S.l.:s.n.], 2008. Disponível em <
<http://www.dialogoflorestal.org.br/download.php?codigoArquivo=46>>
Acesso em 25 de Janeiro 2011.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB/USP, 2005.

_____. **A Ecologia Política das Grandes ONGs Transnacionais Conservacionistas**. São Paulo: HUCITEC - NUPAUB, 2008.

DICK, E. **O projeto planejando propriedades e paisagens como mecanismo para o desenvolvimento da multifuncionalidade agrícola**. Florianópolis, 2008. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial) Universidade Federal de Santa Catarina.

DUPUY, J. P. Da ecologia à crítica radical da sociedade industrial. In: **Introdução à Crítica da Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

EHRHARDT, C. M. A. M. **Histórias Submersas**: Anomalias da Hidrelétrica Machadinho. Florianópolis, 2008. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial) Universidade Federal de Santa Catarina.

EPAGRI – Centro de Socioeconomia e planejamento agrícola. **Agroindicadores**: Desempenho e competitividade do setor florestal brasileiro e catarinense: Panorama mundial. Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/agroindicadores/opiniaio/analise_florestal.htm> Acesso em 17/12/2010

EPICURO. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

FERRAZ DA FONSECA, I.; BURSZTYN, M. Mercadores de Moralidade. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol.10, n°. 2, Jul/Dez. 2007. disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1414-753X2007000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em 11/09/2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC. **Santa Catarina em dados**: 2010. Florianópolis, FIESC, 2011.

FOLADORI, G. Sustentabilidad Ambiental y contradicciones sociales. **Ambiente e Sociedade** - Ano II, n°. 5, Jul/Dez. 1999. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/n5/n5a03.pdf>> Acessado em 06/11/2009.

_____. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. **Ambiente e Sociedade**. n°. 6-7, Campinas Jan./Jun, 2000 (pp. 169-173).

FORTES, R. V. **As Novas Vias da Ontologia em György Lukács**: as bases ontológicas do conhecimento. Belo Horizonte, 2011. Tese (doutorado em filosofia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FOSTER, J. B. **A Natureza de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Marx e o Meio Ambiente. In. WOOD, E. M.; FOSTER J. B. **Em defesa da História**: Marxismo e pós-modernismo, Rio de Janeiro: Zahar. 1999.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPECIAIS – INPE. **Atlas do Reflorestamento, 2009.** Disponível em <<http://mapas.sosma.org.br/>> Acessado em 18 de janeiro de 2011.

GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, **18(2)**, 2004. P. 95-103. Disponível em <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/651.pdf>> Acesso em 11/09/2011.

GIDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social.** São Paulo: Unesp, 1997.

_____. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Unesp. 1991.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Economia e Sociologia Rural.** Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/04.pdf>> Acesso em 16/08/2011.

GUIVANT, J. S.; TOMIELLO, N. Ambivalência na comunicação das estratégias de sustentabilidade: uma análise da cadeia de valor da Wal-Mart na perspectiva global, nacional e local. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 9, n. 95, p. 55-78, 2008.

HANNINGAN, J. **Sociologia ambiental.** Lisboa: Piaget, 2000.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; PEREIRA LEITE, S. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, VOL. 25 Nº 74, outubro, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300010&lng=pt&nrm=iso&tl> Acesso em 11/09/2011.

INSTITUTO BIO ATLANTA. **Sementes do Diálogo:** registros da primeira fase o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica, 2005-2007. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlânta, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados Agregados:** Agricultura. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=PA&v=214&z=t&o=11>>. > Acesso em 22/03/2011.

JAPPE, A. **As aventuras da Mercadoria:** Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf>> Acesso em 11/09/2011.

KLABIN SA. **Novos Caminhos para um novo tempo:** relatório de sustentabilidade 2009. [S.l.:s.n.], 2010. Disponível em <<http://www.klabin.com.br/pt-br/home/Default.aspx>> Acesso em 30/04/2011.

LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, S. [org.] **ONGs e Universidades**. São Paulo: ABONG, Petrópolis, 2002.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: Coscoroba/CLAES, 2004. Disponível em <<http://www.ambiental.net/coscoroba/LeisAmodernidadeInsustentavel.htm>> Acesso em 11/09/2011.

LIMA, W. P. **A silvicultura e a água: ciência, dogmas e desafios**. PROCHNOW, M. [org.]. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlanta, 2010 (64p.).

MC ADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Para Mapear o Confronto Político**. Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>> Acesso em 11/09/2011

MAC CHAPIN. Um desafio aos conservacionistas. In. DIEGUES, A. C. [org] **A ecologia das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: HUCITEC - NUPAUB, 2008, p. 23-60.

MACHADO, E. C. O. **Coxilha Rica:** Caminho das Tropas, caminho das águas mudanças anunciadas. Florianópolis, 2008. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial) Universidade Federal de Santa Catarina.

MARX, K. O Capital. Cap. I, livro I. **Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1996.

_____. Prefácio à Contribuição à crítica da Economia Política. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, [S. ano].

_____. (1965). **A ideologia Alemã**. Zahar, Rio de Janeiro, 1965. (p. 14-15)

MATTEI, L. Mudanças nas regras de financiamento do Pronaf. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA)**, - nº17 – março, 2008. Disponível em <http://oppa.net.br/artigos/portugues/art_oppa_017-03_2008-lauro_mattei.pdf> Acesso em 16/08/2011.

_____**Pronaf 10 anos: Mapa da produção acadêmica.** Brasília: MDA, 2006. Disponível em<http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nead.org.br%2Fportal%2Fnead%2Fnead-estudos%2Fdownload_orig_file%3Fpageflip_id%3D4210872&ei=ONVKTtGzJtS9tgefku-Cg&usg=AFQjCNH7GeKj67PwTbeJ8Bh8v2RFpcmtWQ> Acesso em 16/08/2011.

MATIAS, I. A. **Uma contribuição para análise crítica do dilema do “reflorestamento”**: O plantio de pinus em São José do Cerrito – SC. Florianópolis, 2007, 184p. Dissertação (mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina.

MENEZES, E. C. O. **Industrialização e Meio Ambiente no Estado de santa Catarina**: estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do alto Vale do Itajaí. Florianópolis, 2009. Tese (doutorado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina.

MÉSZÁROS, I. A **Necessidade do Controle Social**. São Paulo, Ensaios, 1987.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

MULLER, R G. Missão Civilizatória e Exterminismo: um caso de Realismo Político. Relatório Técnico de pesquisa junto ao NECVU/Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ), 2008.

MUSSOI, E. M. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In.:____. PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson [orgs]. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003. p. 231.

NUNES COSTA, M. A. Políticas públicas com o investimento social corporativo: uma análise comparativa entre Brasil e Portugal. In. VII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, Florianópolis, maio de 2010. **Anais ...** Mesa Temática 2, Empresas e a responsabilidade social e ambiental – Sessão 1.

PEREIRA, L. **Ensaios de Sociologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Pioneira, 1978.

PEREIRA, R. F. C. Modernização da agricultura no Brasil e as transformações da agricultura familiar. **Sociedade e desenvolvimento rural**

– v.4, n. 1 – Jun – 2010. ISSN 1981-1551 Disponível em www.inagrodf.com.br/revista

POLZL, Wilian B. et. al. Cadeia Produtiva do processamento mecânico da madeira – segmento da madeira serrada no estado do Paraná. **Floresta**, Curitiba, n°. 33, vol. (2) p.127-134, 2003. Disponível em < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/viewArticle/2267> > Acesso em 11/09/2001.

PORTO GONÇALVES, C W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: Pequena contribuição crítica atual ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Interthesis**, Florianópolis: PPGIC/UFSC, 2004.

POSTONE, M. **Tiempo, trabajo y dominación social**: una reinterpretación crítica de Marx. Madrid: Politopías, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES HUNIDAS -PNUD. Atlas do desenvolvimento Humano. 2003.

REDIN, E; SILVEIRA, P. R. C.. O campesinato revisitado: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea. In. 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural - SOBER. Campo Grande - MG, 2010, **Anais...** . Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/15/533.pdf>>. Acesso em 03/01/2011.

RIBEIRO, G. L. **Ambientalismo e Desenvolvimento sustentável**: Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, n. 34, 1991 (p. 59-101).

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: CORTEZ, 2007.

SCHIMIDT, V. D. B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In. Paulilo, M. I.; Schmidt, W. [org.]. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. UFSC, Florianópolis: UFSC, 2003 (p. 265-286).

SCHULZ, R. Sensibilidade Emancipatória: Schelling, Feuerbach e Marx a Contrapelo da Contradição. In. Chagas, E. F.; Redyson, D; de Paula, M . G. [org.]. **Homem e Natureza em Ludwig Feuerbach**. Fortaleza: UFC, 2009 (p. 171-212).

SEVILLA GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

SILVA, M .M. A fumicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas. In. Paulilo, M. I.; Schmidt,

W.[org.]. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003 (p. 99-124).

SOARES et.al. A cadeia produtiva da celulose e do papel no Brasil. **FLORESTA**. Curitiba, PR, v. 40, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2010. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/viewArticle/17094>> Acesso em 11/09/2011.

SOUZA, J. C. Feuerbach: crítica à religião, crítica da modernidade. In. Chagas, E. F.; Redyson, D; de Paula, M. G. [org.]. **Homem e Natureza em Ludwig Feuerbach**.. Fortaleza: UFC, 2009 (p. 141 - 170).

TARROW, S. **O poder em movimento**: Movimentos sociais e confronto político. Vozes, Rio de Janeiro, 2009.

THEIS, Ivo Marcos. et. al. O cavalo de Tróia e sua barriga verde: Planejamento Regional e Desigualdades sócio-espaciais em Santa Catarina. In. XIII ENANPUR, Florianópolis, 2009. **Anais...** Disponível em < <http://www.anpur.org.br/anais/ena13/ARTIGOS/GT1-902-765-20090320215151.pdf>> Acesso em 17/08/2011.

VIEIRA, L; Bredariol, C. **Cidadania e Política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VIEIRA, P.F. Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: Esboço de Roteiro Metodológico Participativo. **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4. especial, p. 249-309, dez. 2006.

_____. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento. In. VIEIRA, P.F. et. al. [org.] **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Introdução. In. VIEIRA, P.F. et. al. [org.] **Rumo à ecossocioeconomia**: Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: CORTEZ, 2007. (p. 09-31).

_____. Introdução. In. VIEIRA, P.F. et. Al. [org.]. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos**: Conceitos, Métodos e Experiências. Florianópolis: Secco, 2005. (p. 13-42).

VIEIRA, P.F.; WEBER, J. Introdução Geral: Sociedades, Natureza e Desenvolvimento Viável. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. [Orgs.], **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**: Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2000 (pp. 17-49).

VIOLA, E. J & LEIS, H. R. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In. **Meio**

Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

WALERSTEIN, I. Ecología y costes de producción capitalistas: No hay salida. **Iniciativa Socialista**, 1998. Disponível em <<http://www.inisoc.org/ecologia.htm>> Acesso em 11/09/2011.

WOOD, E. M. **A Democracia contra Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 2000.

Sites:

DIÁLOGO FLORESTAL

FIBRIA. Disponível em <<http://www.fibria.com.br/web/pt/institucional/historico.htm>> Acesso em 27/06/2011.

SANTA CATARINA. Município de Telêmaco Borba. Disponível em <http://www.telemacoborba.pr.gov.br/a_cidade/historico/historico.php>. Acesso em 26 de janeiro de 2011.

APREMAVI - <http://www.apremavi.org.br/>

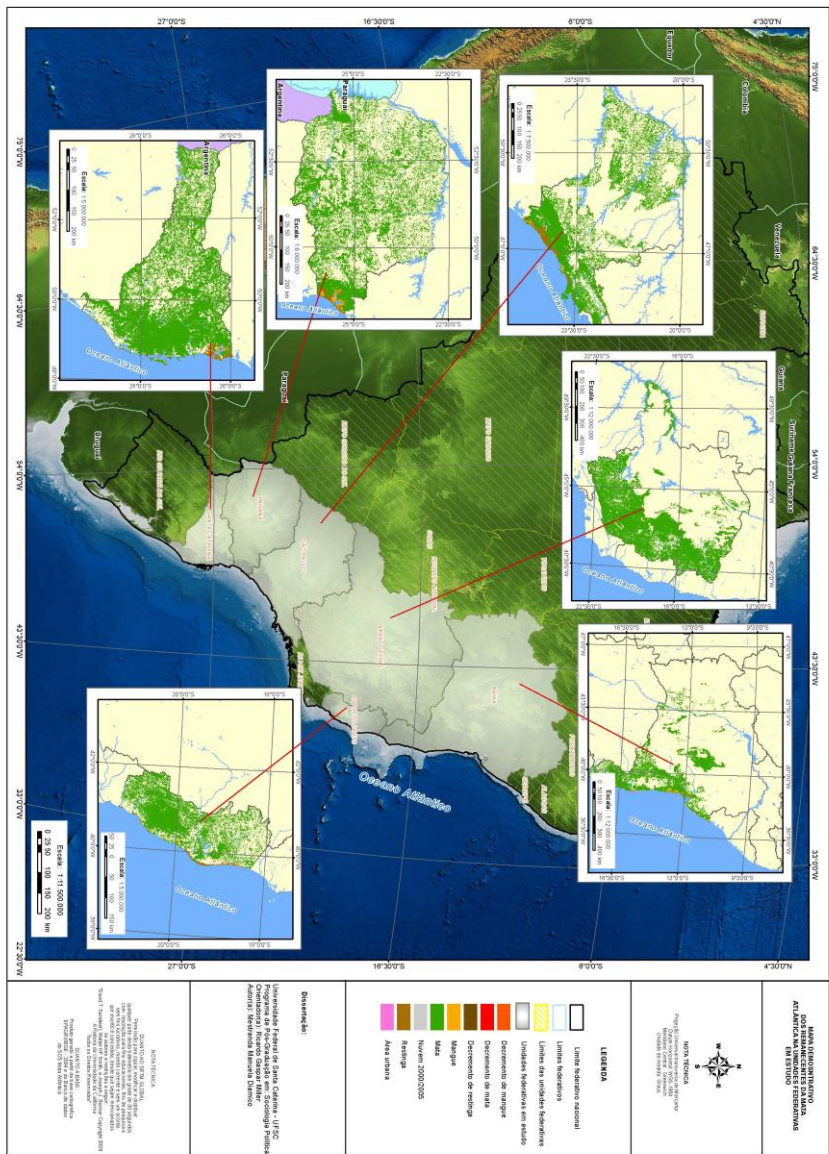
KLABIN - <http://www.klabin.com.br/pt-br/home/default.aspx>

PRONAF - <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>

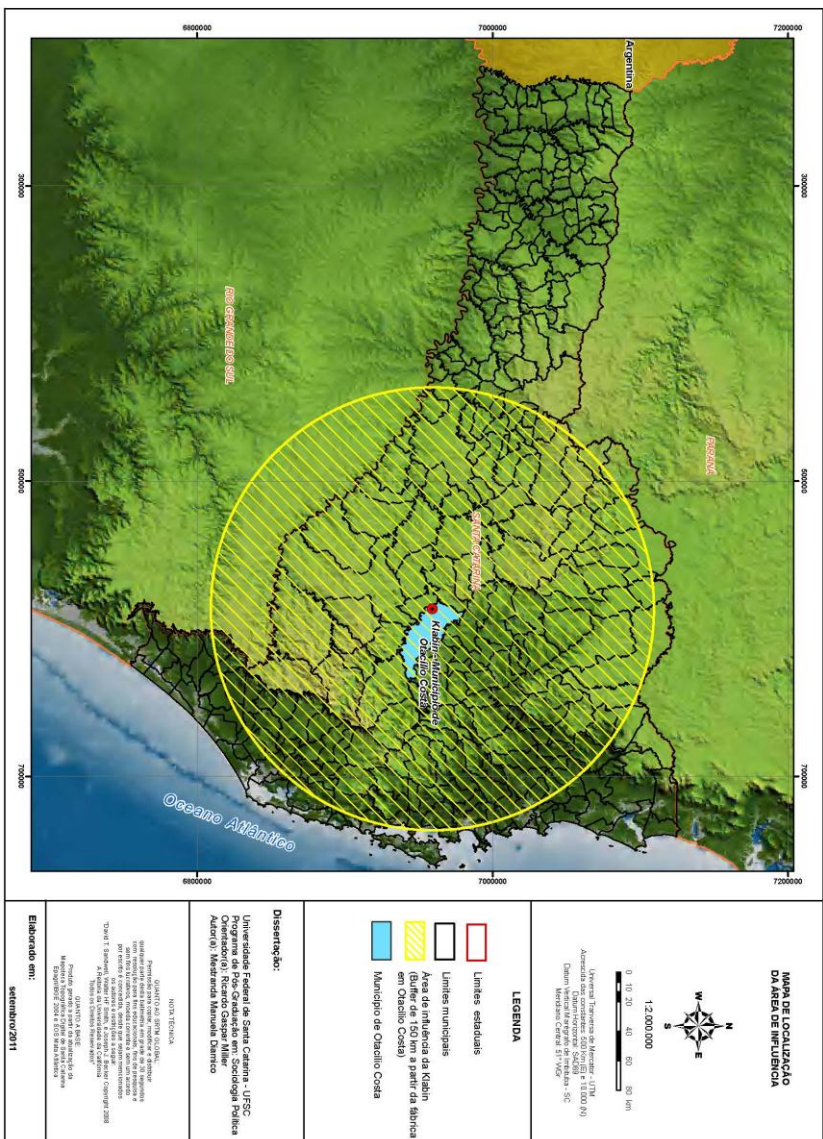
AMURES - <http://www.amures.org.br/home/>

AMAVI - <http://www.amavi.org.br/>

ANEXO A – Mapa com os remanescentes florestais dos 6 estados com maior produção de madeira para papel e celulose.



ANEXO B – Mapa com o raio de atuação da Klabin em Santa Catarina:



ANEXO C – Contrato de adesão ao fomento florestal da Klabin:

**CONTRATO DE PARCERIA AGROFLORESTAL KLABIN-
SC
(PRONAF - Nº XXXX)
(- Município de XXXXXXXXX - SC)**

QUADRO RESUMO

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

A) A empresa [qualificação] celebrou, com o banco XXX [qualificação], “**Convênio de Colaboração Financeira Rural com Interveniência**”, sob o número XX, dos Banco/Agência/conta nºs XX;

B) o referido **Convênio** tem por objeto a destinação, pelo **banco XX**, de “uma linha de crédito de caráter rotativo, com recursos obrigatórios – MCR 6.2 (...) destinados à aplicação em financiamentos de Investimento agrícola, enquadrados no **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, para exploração de madeira, contratados com **PRODUTORES RURAIS** selecionados e indicados pela **EMPRESA**”;

C) os **PARCEIROS OUTORGANTES**, qualificados no campo (1) deste Quadro Resumo – título **II, abaixo** –, figuraram entre os “**selecionados e indicados**” pela empresa, ao **banco**, para receber financiamento do investimento agroflorestal que farão em imóvel rural de sua propriedade – o descrito e caracterizado no campo (3) deste Quadro Resumo – e, tendo sido por este aceitos, tornaram-se “beneficiários do **financiamento** indicado pela **EMPRESA**”, nos valores das parcelas que o **banco** vier a debitar da “**CONTA VINCULADA DE CADA FINANCIAMENTO**, na data da liberação dos recursos” e creditar na “**conta(s) corrente(s) do(s) produtor(es)**, na mesma data”, conforme “**carta de liberação**” prevista no subitem 2.4, do instrumento do “**Convênio de Colaboração Financeira Rural com Interveniência**” referido na letra **A**, do título **I – acima** –, tudo de acordo com a Nota de Crédito Rural emitida contra os **PARCEIROS OUTORGANTES**, na condição de mutuários, sendo que o pagamento do IOF (0,38%) que incidirá sobre a operação contratada deverá ser descontado do valor que vier a ser liberado em favor destes.

II - PARCERIA AGROFLORESTAL:

(1) **PARCEIROS OUTORGANTES: XXXXXX** [qualificação]

(2) **PARCEIRA OUTORGADA: empresa** [qualificação]

(3) **OBJETO:**

- a) conforme **MATRÍCULA nº xxx**, do Livro nº x, do Cartório de Registro de Imóveis de xxxxxxxxxxxx, os **PARCEIROS OUTORGANTES** são legítimos proprietários e possuidores do **imóvel rural a seguir descrito e caracterizado**, cadastrado junto ao **INCRA** sob o código nº xxxxxxxxxxxx:

“O terreno rural, com benfeitorias, situado na localidade XXX, neste município e comarca, contendo a área de xxxxxxxxxxxx”;

- b) do referido imóvel, constituirá objeto do presente contrato, tão-somente, uma área superficial [qualificação] , obtido por meio de GPS;
- c) esta área rural corresponde, justamente, à que os **PARCEIROS OUTORGANTES** se comprometeram a utilizar para fins de “**exploração de madeira**”, com **mão-de-obra própria (familiar)** e **recursos da “linha de crédito” do PRONAF**, na forma e valores referidos no título **I-C**, deste Quadro Resumo.

(4) **DESTINAÇÃO:** o imóvel descrito e caracterizado no campo (3), deste, na área delimitada na letra a, destinar-se-á à implantação de florestamento ou reflorestamento com árvores de Eucalyptus, pelos próprios **PARCEIROS OUTORGANTES**, em regime de parceria, com a **PARCEIRA OUTORGADA**, na forma estabelecida neste contrato.

(5) **PRAZO DE DURAÇÃO:** embora o “**Convênio de Colaboração Financeira Rural com Interveniência**”, referido no título **I-A**, deste Quadro Resumo, indique como prazo máximo do financiamento “**8 anos**, para exploração de madeira”, **a parceria florestal que ora se estabelece**, entre os **PARCEIROS OUTORGANTES** e a **PARCEIRA OUTORGADA**, **terá prazo de 15 (quinze) anos**.

(6) **PARTICIPAÇÃO:** a) por conta do financiamento concedido aos **PARCEIROS OUTORGANTES**, por intermédio e sob a responsabilidade da **PARCEIRA OUTORGADA** – na qualidade de interveniente pagadora da Nota de Crédito Rural (NCR) que o **Banco** emitirá, contra os **PARCEIROS OUTORGANTES**, na qualidade de mutuários –, do

florestamento/reflorestamento que os **PARCEIROS OUTORGANTES** vierem a implantar no imóvel, a **PARCEIRA OUTORGADA** terá direito ao total de **330 t** (trezentas e trinta toneladas) de madeira, sendo **180 t** (cento e oitenta toneladas) no primeiro corte (aos 7 anos) e **150 t** (cento e cinquenta toneladas) no segundo corte (relativo à **brotação**, aos 14 anos); **b)** a parte que é atribuída, nesta parceria, à **PARCEIRA OUTORGADA** – na forma prevista na letra **a**, deste – decorrerá do fato do pagamento que esta fizer, em nome dos **PARCEIROS OUTORGANTES**, das parcelas da linha de financiamento que o Banco concedeu àquela, tendo em vista a liberação dos recursos deste financiamento, a ser feita diretamente na conta corrente dos **PARCEIROS OUTORGANTES**, pelo Banco, conforme a **carta de liberação** referida no título **I**, letra **A**, deste Quadro Resumo.

(7) DIREITO DE COMPRA/PREFERÊNCIA: **a)** a **PARCEIRA OUTORGADA** terá direito de preferência na compra das árvores que, na presente parceria, pertencerão aos **PARCEIROS OUTORGANTES**, em igualdade de condições, quanto a preço e formas de pagamento, em relação a outros interessados, devendo, para tanto, ser notificada expressamente (por escrito), com prazo de 30 (trinta) dias, no semestre que anteceder a ambos os cortes; **b)** na hipótese de a **PARCEIRA OUTORGADA** não exercer seu direito de preferência, poderão, então, os **PARCEIROS OUTORGANTES**, dispor das árvores que lhes pertencem, ao final do prazo das respectivas notificações, como lhes aprouver.

(8) MUDANÇA NA TITULARIDADE DO IMÓVEL: **a)** se, no prazo de duração deste contrato, os **PARCEIROS OUTORGANTES** resolverem alienar o imóvel objeto da parceria – mediante venda, doação ou por qualquer outra forma –, deverão notificar, previamente e por escrito, a **PARCEIRA OUTORGADA**, a fim de que, na respectiva escritura ou por termo aditivo a este contrato, restem preservados os direitos desta sobre a floresta nele implantada, mediante a expressa anuência dos novos adquirentes, aos termos deste contrato; **b)** havendo alteração na titularidade do imóvel pela morte de um dos **PARCEIROS OUTORGANTES**, o outro fica obrigado a comunicar o fato à **PARCEIRA OUTORGADA**, para efeito de preservação dos direitos relativos à parceria.

(9) DATA E ASSINATURAS DAS PARTES/TESTEMUNHAS:

Data,

PARCEIROS OUTORGANTES

PARCEIROS OUTORGADOS

TESTEMUNHAS:

ANEXO C2 - CORPO DO CONTRATO DE PARCERIA AGROFLORESTAL

(PRONAF - Nº __/)

(- Município - SC)

(CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DE CARÁTER GERAL)

As partes qualificadas como **PARCEIROS OUTORGANTES** e **PARCEIRA OUTORGADA**, nos campos (1) e (2) do Quadro Resumo, têm, entre si, certo e ajustado, na melhor forma de direito, **parceria agroflorestal** em relação ao imóvel individuado no campo (3) do Quadro Resumo, mediante as condições já expressas acima e as cláusulas a seguir estabelecidas:

1 - OBJETO:

1.1 - Os **PARCEIROS OUTORGANTES** comprometem-se a utilizar a parte do imóvel descrita e caracterizada no campo (3), do Quadro Resumo, para dar cumprimento ao **regime de parceria** que, com a **PARCEIRA OUTORGADA**, ora estabelecem, segundo a destinação prevista no campo (4).

1.2 - A delimitação da parte do imóvel que comporá a parceria, com definição da área útil para o florestamento/reflorestamento e das áreas que constituirão objeto de reserva legal e de preservação permanente, será feita pelos **PARCEIROS OUTORGANTES**, com orientação dos órgãos federais, estaduais e municipais que atuam no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sem ônus para a **PARCEIRA OUTORGADA**, exceto no que diz respeito à orientação técnica específica ao plantio, condução e corte das árvores de *Eucalyptus* objeto da parceria.

1.3 – Na hipótese de os **PARCEIROS OUTORGANTES** virem a obter, junto aos órgãos públicos referidos no item anterior, levantamento topográfico que, em planta planialtimétrica, contenha a divisão do plantio em talhões, como o respectivo quadro de áreas, poderão, tais instrumentos, integrar este contrato, para todos os efeitos, independente de termo aditivo, desde que aceitos e rubricados pela **PARCEIRA OUTORGADA**.

2 - PRAZO:

2.1 - Este contrato terá vigência no prazo previsto no campo **(5)** do Quadro Resumo.

3 - CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO:

3.1 - A participação da **PARCEIRA OUTORGADA** e dos **PARCEIROS OUTORGANTES**, no resultado desta parceria, corresponde aos percentuais do volume de madeira previstos no campo **(6)**, do Quadro Resumo.

4 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

4.1 - Caberá à **PARCEIRA OUTORGADA** a eleição das espécies de *Eucalyptus* a serem plantadas na área objeto da parceria, a determinação das técnicas florestais a serem aplicadas na execução do florestamento/reflorestamento e, aos **PARCEIROS OUTORGANTES**, sua manutenção durante o período de vigência do contrato, obedecidas às prescrições legais incidentes.

4.2 - No prazo de vigência deste contrato, os **PARCEIROS OUTORGANTES** ficarão responsáveis pela posse e integridade das árvores que, nesta parceria, couberem à **PARCEIRA OUTORGADA**.

4.3 - As despesas com o plantio das árvores, compreendendo preparo do solo, aquisição de mudas, adubos, despesas com pessoal, cuidados técnicos, manutenção de cercas e outras, inerentes ao florestamento/reflorestamento, serão suportadas pelos **PARCEIROS OUTORGANTES**.

4.4 - Os **PARCEIROS OUTORGANTES** obrigam-se a atender as exigências dos Poderes Públicos no que diz respeito à obtenção das licenças necessárias à implantação e exploração do florestamento/reflorestamento objeto deste contrato, bem como a cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental incidente.

4.5 - Caso venha a ocorrer algum impedimento que torne impossível a implantação do projeto ou a utilização da área, as partes, de comum acordo, farão o distrato do presente contrato, sem imposição de responsabilidade ou penalidade, para qualquer dos contratantes, exceto se os **PARCEIROS OUTORGANTES** já tiverem recebido alguma parcela do financiamento referido no título **I**, do Quadro Resumo, quando terão que ressarcir a **PARCEIRA OUTORGADA**, pelo valor que tiver pago ao agente financeiro (órgão financiador), em nome daqueles.

4.6 - Ficam os **PARCEIROS OUTORGANTES** comprometidos a promover junto ao INCRA, sempre que for exigida, a atualização dos valores cadastrais dos itens relativos à terra nua e benfeitorias.

4.7 - Para a hipótese de virem a contratar empresas ou empregados, para a realização dos serviços objeto desta parceria, os **PARCEIROS OUTORGANTES** comprometem-se a exigir ou proceder ao cumprimento da legislação trabalhista segundo o previsto na CLT.

4.8 - Em relação aos familiares, empregados ou empresas contratadas para dar cumprimento ao presente contrato, no que diz respeito a serviços, obrigam-se, os **PARCEIROS OUTORGANTES**, a observar toda a legislação relativa às normas de segurança do trabalho e saúde ocupacional, em especial as NRs.

4.9 - Os **PARCEIROS OUTORGANTES** assumem toda a responsabilidade por riscos e acidentes do trabalho que possam vir a ocorrer, no imóvel objeto da parceria, com seus familiares, empregados ou empresas por eles contratadas, no período de vigência do contrato, em decorrência da parceria que ora se estabelece.

4.10 - Os **PARCEIROS OUTORGANTES** comprometem-se a obedecer todas as normas técnicas recomendáveis no sentido de garantir a conservação do solo e recursos naturais existentes no imóvel objeto desta parceria, sob pena de terem de ressarcir a **PARCEIRA OUTORGADA** por dispêndios que tiver, a título de multa ou indenização, por dano ambiental que eventualmente venham a causar, na parte do imóvel que constitui objeto deste contrato.

4.11 - Fica assegurado à **PARCEIRA OUTORGADA**, a todo tempo, o direito de inspecionar e fiscalizar, mediante livre e permanente acesso à área, o cumprimento das cláusulas constantes deste contrato.

4.12 - O florestamento/reflorestamento a ser implantado no imóvel objeto desta parceria, deverá respeitar o Código Florestal (Lei nº 4.771/65), especialmente quanto às áreas consideradas de preservação permanente (arts. 2º e 3º) e as passíveis de averbação de reserva legal (art. 16, III e IV) – estas a cargo e sob a responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGANTES**, face à sua condição de proprietários (art. 16, § 8º), na forma que o Poder Público deles vier a exigir (art. 16, § 4º).

4.13 - Na hipótese de os **PARCEIROS OUTORGANTES**, não virem a praticar, junto aos Poderes Públicos, atos necessários à

regularização do imóvel objeto deste contrato que impeçam o corte das árvores nele implantadas ou o exercício de qualquer outra atividade que comprometa a consecução do fim econômico que este contrato garante à **PARCEIRA OUTORGADA**, estará esta expressamente autorizada a apresentar-se perante o IBAMA, outros órgãos oficiais ligados ao meio ambiente e, também, ao Registro de Imóveis no qual está registrado/matriculado o bem descrito e caracterizado no campo (3), do Quadro Resumo, para, em nome dos **PARCEIROS OUTORGANTES**, praticar todos os atos necessários ao cumprimento desta parceria, valendo este contrato como instrumento do mandato ora outorgado, em caráter irrevogável e irretratável, na forma prevista nos arts. 653, 654 e 684, do Novo Código Civil – todas as despesas em que a **PARCEIRA OUTORGADA** vier a incorrer, para dar cumprimento ao estipulado nesta cláusula, serão cobradas dos **PARCEIROS OUTORGANTES**.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 - O presente contrato terá vigência assegurada mesmo em caso de transmissão, a qualquer título, da propriedade do imóvel objeto da presente parceria, obrigando-se herdeiros e sucessores a respeitá-lo, em todas as suas cláusulas e condições, sendo facultativa sua averbação à margem da matrícula junto ao Registro de Imóveis competente ou, então, sua transcrição em Cartório de Títulos e Documentos; porém será obrigatória a comunicação à **PARCEIRA OUTORGADA**, por parte dos **PARCEIROS OUTORGANTES** – ou dos seus herdeiros ou sucessores – toda vez que houver alteração na titularidade do imóvel objeto deste contrato, na forma prevista no campo (8) do Quadro Resumo.

5.2 – A **PARCEIRA OUTORGADA** não terá responsabilidade civil ou trabalhista, relativamente às pessoas que venham a trabalhar no imóvel, bem como por dívidas de natureza previdenciária, fiscal ou outra que por ventura venha a existir em decorrência da atividade a ser desenvolvida pelos **PARCEIROS OUTORGANTES**, por conta desta parceria.

5.3 - Os **PARCEIROS OUTORGANTES** obrigam-se a não ceder, nem transferir, de qualquer forma, o presente contrato, nem onerar o crédito dele oriundo, bem como a não emitir qualquer título de crédito que o represente e o comprometa.

5.4 - Os impostos, taxas e outros ônus fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o imóvel serão pagos pelos **PARCEIROS OUTORGANTES**.

5.5 - Correrão por conta dos **PARCEIROS OUTORGANTES** os impostos, taxas e encargos incidentes sobre todas as operações/serviços inerentes ao florestamento/reflorestamento objeto do presente contrato.

5.6 - A parte que descumprir qualquer cláusula ou obrigação oriunda deste contrato, indenizará a outra por perdas e danos, sem prejuízo da parte inocente promover a rescisão do contrato.

5.7 - O não exercício, pelas partes, de qualquer dos direitos que lhes assegura o presente contrato, não significará alteração e/ou novação, podendo tais direitos ser invocados a qualquer tempo.

Fica eleito o foro da Comarca de XX, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas as dúvidas, questões ou litígios que se originarem deste contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em **(3)** três vias de igual forma e teor, para um só efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Data,

PARCEIROS OUTORGANTES

PARCEIRA OUTORGADA

TESTEMUNHAS

ANEXO D – Relação de municípios participantes do PML e números de contratos por município, por mesorregião de Santa Catarina:

Vale do Itajaí				Serra	
Município	No.	Município	No.	Município	No.
Agrolândia	44	Lontras	4	Curitibanos	1
Agronômica	3	Mirim Doce	2	Correia Pinto	4
Alto rio do Campo	1	Petrolândia	36	Otacílio Costa	37
Apiuna	1	Pouso Redondo	7	Painel	1
Ascurra	1	Laurentino	1	Palmeira	59
Atalanta	2	Presidente Getúlio	1	Ponte Alta	1
Aurora	3	Rio do Campo	11	São José do Cerrito	2
Benedito Novo	1	Rio do Oeste	6		
Braço do trombudo	7	Rodeio	1		
Chapadão do Lageado	13	Salete	7		
Dona Emma	2	Santa Terezinha	1		
Imbuia	2	Taió	3		
Ituporanga	2	Trombudo Central	9		
Indaial	1	Vidal Ramos	3		
José Boiteux	2	Total	177		

Fonte: A planilha original foi disponibilizada pela empresa Klabin.

ANEXO E – Mapa dos municípios participantes do PML por microrregião de Santa Catarina:

ANEXO F – Questionário aplicado aos agricultores durante o campo:

Agricultores

Quando? _____

Quem? _____

I - PARTICIPAÇÃO E HISTÓRICO

1-	Quando	iniciou	sua	participação	no	PML?	-

2-	Participa de algum outro programa, junto a outra instituição ou ONG, associação, movimento, cooperativa? Qual, desde quando?						
()	sim		()	não-	

3-	Existe algum outro programa ambiental em sua região?						
()	conhece		()	não	conhece

4-	Como ficou conhecendo o Matas Legais?						
()	vizinhos	()	prefeitura	()
()	Epagri	()	PML	()
()	APREMAVI					
()	outro, qual :					
4 a – O que o levou a participar do Matas Legais?							
()	preocupação com o MA	()	melhora da renda	()
()	auxílio técnico					
()	outro – Qual:					

II - SOBRE O PROGRAMA

5-	Quais são as suas atividades desenvolvidas junto ao programa?						
()	plantio de punis/eucalipto	()	plantio de nativas	()
()	plantio de exóticas e nativas	()	preservação do meio ambiente	()
()	outros - qual					

6-	Exige muito tempo e trabalho?						
()	sim/pouco	()	sim/muito	()
()	não					
7-	Você participa das reuniões promovidas pelo programa? Interage com outros participantes?						
()	sim	()	não		
8-	Com quais parceiros você tem contato?						
()	APREMAVI	()	Klabin	()
()	ambos	()	não tem	()
()	NS/NR					
9-	Como é sua relação com os parceiros no PML?						
()	Ruim	()	Boa	()
()	Muito boa	()	NS/NR		
10-	Qual sua avaliação sobre o PML? Trouxe benefícios? Qual a principal contribuição?						
()	sim trouxe	()	sim trará	()
()	não trouxe nem trará	()	NS/NR		
11-	Quais são as maiores dificuldades na execução do PML?						

() tempo () formiga () renda () legislação () nenhuma () NS/NR

12- Qual a sua opinião sobre conservação ambiental? Quais as principais contribuições trazidas por essa tendência de sustentabilidade? (o que é sustentabilidade)

() água () futuras gerações () saúde humana () mata () acha confuso () NS/NR

13- O PML trouxe alguma contribuição para o desenvolvimento sustentável local? Qual/quais?

() Sim () Não – Quais:

14- Quais os principais problemas ambientais que você percebe na região?

() legislação () plantio perto dos rios () lixo perto dos rios () corte ilegal de madeira () madeira clandestina () outros, qual _____

15- Como você tomou conhecimento sobre o tema da sustentabilidade e conservação da natureza?

() Produção (Granja, cooperativa, sindicato, Souza Cruz, Klabin)

() IBAMA () EPAGRI () Prefeitura () outros _____

16- Você utiliza algum tipo de insumo químico em sua propriedade?

() sim () não () NS/NR

17- Consideram o PML sustentável?

() sim () não. Por que? _____

18- Tem conhecimento da legislação ambiental? Ela interfere em seus hábitos?

() sim pouco () sim muito () não tenho conhecimento

() interfere pouco () interfere muito () não interfere

19- Na sua produção, você tem alguma relação com a EPAGRI? Em quais atividades?

() sim () não - Atividades:

III - CARACTERÍSTICAS SOCIO – ECONÔMICAS

20- Localização: _____

21- Tamanho da propriedade:

() Até 30 he () Mais que 30 até 50 he () Mais de 50 he até 100he

() Mais que 100he

22- Quem reside nessa propriedade?

() família () aluga () caseiro () outro _____

23- Tem algum empregado?

() sim - () quantos / () não

24- Quais as culturas desenvolvidas na propriedade?

() leite () fumo () granja de frango () granja de suínos () alho ()

animais () fumo () milho () arroz () só madeira

23ª. Caso plante fumo, como é a relação com os fumageiros (PML)?

() ruim () boa () não tem relação () NS/NR

25- Planta para consumo ou para venda?

<input type="checkbox"/> consumo <input type="checkbox"/> venda <input type="checkbox"/> ambos
26- Onde comercializa seus produtos? Sem contar a madeira.
<input type="checkbox"/> Cravil <input type="checkbox"/> Pamplona <input type="checkbox"/> Lactoval <input type="checkbox"/> Tirol <input type="checkbox"/> outros
27- Alguém da família trabalha fora da propriedade? Quem?
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> aposentado Quem _____
28- Renda mensal média da família? Incluindo renda de quem trabalha fora?
<input type="checkbox"/> até 500 <input type="checkbox"/> mais de 500 a 1000 <input type="checkbox"/> mais de 1000 até 1500 <input type="checkbox"/> mais de 1500 a 2000 <input type="checkbox"/> mais de 2000
29- A adesão ao PML já trouxe benefícios à família? Qual?
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não trouxe ainda <input type="checkbox"/> não trouxe e não trará <input type="checkbox"/> renda
<input type="checkbox"/> preservação do meio ambiente <input type="checkbox"/> assistência técnica <input type="checkbox"/> NS/NR
30- Quais benefícios você espera do PML?
<input type="checkbox"/> renda—Quanto _____
<input type="checkbox"/> preservação do meio ambiente – Quais _____
<input type="checkbox"/> melhorias na propriedade Quais _____
31- O PML desenvolve alguma atividade visando desenvolvimento econômico local?
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quais: <input type="checkbox"/> Palmito <input type="checkbox"/> madeira para uso domestico <input type="checkbox"/> diversidade na propriedade <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> NS/NR <input type="checkbox"/> Outro _____
32- Você tem alguma sugestão para aprimorar o PML?

ANEXO G – Relação de Organizações Não Governamentais financiadoras da APREMAVI:

Transferências de Organizações Não Governamentais Internacionais e nacionais – 1999 a 2006		
Ano	Valor (real)	Doador
1999	21.300,00	Fundação Francisco
2001	10.183,90	Bund Kreisgruppe Heidelberg
2002	5.800,00	RMA - Rede de Ongs da Mata Atlântica
2002	10.469,02	GGF (Global Greengrants Fund)
2002	54.991,00	TNC - The Natures Conservancy
2003	28.853,62	BUND Heidelberg
2003	60.179,83	Fundação AVINA
2003	55.201,45	TNC - The Natures Conservancy
2004	12.000	WWF Brasil
2004	2.794,39	GGF (Global Greengrants Fund)
2004	134.613,54	Fundação O Boticário -Trainees
2004	134.371,28	TNC - The Natures Conservancy
2005	4.000,00	SPVS
2005	285	FEEC Federação de entidades Ecologistas Catarinense(repasse para Philipp)
2005	10.550,42	Fundació Natura
2005	14.625,00	Vidágua
2005	2.000,00	PARQUE MATA ATLÂNTICA
2005	52.494,58	TNC - The Natures Conservancy
2005	27.135,57	Fundação AVINA
2005	137.204,60	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
2006	27.350,00	Fundació Natura -Espanha (10,000 euros)
2006	5.087,50	Transferência da c/c 21,829-4/Boticário
2006	28.111,60	Heidelberg
2006	10.642,50	Fundação Tides
2006	9.750,00	Vidágua
2006	2.500,00	TNC
2006	82.924,44	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
2006	75.878,05	Fundação AVINA
TOTAL		1.021.297,29